Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo

27º Relatório Gerencial de Resultados

01 de julho a 30 de setembro de 2025

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão: 28/10/2025

INSTITUTO ELO

PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DE MINAS

AQUI O TREM PROSPERA.

Rua Guajajaras, 1570, 3° Andar, 1570, Terceiro Andar, Barro Preto
Belo Horizonte - MG, 30180-099 | (31) 3348-1500

DIRETOR PRESIDENTE
Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL
Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO
Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Thiago Morais

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO
Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS
Rafaela Carvalho Naves Grazziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS
Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas
Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Robert Tavares
Subgerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Delor Celestino da Costa Junior
Subgerente de Prevenção a Criminalidade

Camila Matos e Maria Luiza Mendes de Araújo
Analistas de Monitoramento e Gestão de Projetos

Lucas Matias de Almeida, Mariana Viegas e Mateus Ferreira de Almeida
Supervisores da Prevenção - Programa Mediação de Conflitos

Fabiana Amaral e Marília Saraiva
Supervisores da Prevenção - Programa Fica Vivo!

Fernanda Menezes, Jakeline Lara e Maíra Rinco
Supervisores da Prevenção - Programa Ceapa

Lidiane de Oliveira e Arthur Rodrigues da Silva
Supervisores da Prevenção - PrEsp

Francisco Uarles Targino da Costa
Supervisor da Prevenção - Programa Selo Prevenção Minas

Luziene Rodrigues Santana
Supervisora da Prevenção - Programa Proteja Minas

Sumário

INTRODUÇÃO 5

TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS 7
TABELA 2 – PRODUTOS PREVISTOS 9

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS 10

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS 10
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos 18
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos 21
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social 23
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO! 29
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! 31
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! 36
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! 41
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! 46
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS 50
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA 52
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial 57
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio 60
Indicador nº 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório 64
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL 67
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP 67
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório 72
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional 75
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS 77
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas 78
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas 83
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas 91
ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC) 99

Indicador nº 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec.....*101*
Indicador nº 8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio 104
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS).....107
Indicador nº 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher.....*108*
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE.....121
Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade.....*127*
Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade.....*128*
Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão.....*129*
Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover).....*130*
ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE.....132
Indicador nº 11.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial.....*132*
Indicador nº 11.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade.....*133*
ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA.....135
Indicador nº 12.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica.....*135*
Indicador nº 12.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão.....*136*
ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCS TERRITORIAIS.....137
Indicador nº 13.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos.....*137*
ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS.....140
Produto 5.1. - Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade".....*140*

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....143

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.....145

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 27º Período Avaliatório (01 de julho a 30 de setembro de 2025). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Em 2025, houve um aumento significativo na quantidade e algumas alterações no formato dos indicadores pactuados no Plano de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG em relação ao ano anterior. Por consequência, tais alterações reverbaram diretamente na apresentação do Relatório Gerencial de Resultados. Destacam-se a inclusão de novos indicadores, quais sejam, 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório; 8.1 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec; 8.2 - Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio; 10.4 - Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover) e 13.1 - Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Ao todo, Plano de Trabalho conta com 35 indicadores e 17 produtos, dentre os quais destacam-se 4 novas implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) e o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

O 27º período avaliatório de 2025 apresenta uma performance positiva, de modo que se observa o cumprimento integral ou parcial de quase todos os indicadores pactuados. No que se refere aos produtos e ações, esse periodo é marcado por entregas importantes que exigiram um grande esforço de centenas de trabalhadores da parceria IElo e Supec, dentre as quais destacam-se: I) realização do Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade"; II) realizações de capacitações de grande impacto com palestrantes internos e externos à Política de Prevenção Social à Criminalidade; III) Entrega do Manual do Serviço Apec; IV) Atualização da metodologia do Programa Proteja Minas; V) Atualização da metodologia do Programa Ceapa; VI) por fim, ressalta-se o processo de implantação do Sistema de Informação da Ceapa nos municípios de Santa Luzia, Ibirite, Curvelo, Ribeirão das Neves, Barbacena, Vespasiano e Pouso Alegre. Paralelo a essas implantações da Ceapa, está em curso o desenvolvimento do sistema integrado para os programas Selo Prevenção, Proteja Minas e PrEsp.

Como posto nos RGRs anteriores, a implantação do sistema de dados para os Programas representa um marco revolucionário para a Política de Prevenção Social à Criminalidade. O sistema permitirá, dentre outras inovações, sair de um processo de atendimento e produção de dados baseado em papel e planilhas de excel para um sistema totalmente integrado, informatizado e digital.

Conforme previsto, a implantação do Sistema Ceapa tem se configurado como um processo complexo e desafiador. Entre os principais fatores, destaca-se o caráter inédito da iniciativa, uma vez que se trata do primeiro programa e sistema desenvolvidos especificamente para essa finalidade. Essa condição confere à execução um componente de inovação institucional, demandando a adaptação progressiva das equipes envolvidas — de desenvolvimento, suporte, implantação e operação — aos novos processos e ferramentas. Além disso, considerando que se trata da execução de uma política pública em funcionamento contínuo, não é possível interromper as atividades rotineiras para a realização das etapas de implantação, testes e ajustes do sistema. Assim, todas essas ações são conduzidas de forma simultânea. Dessa forma, a rotina operacional do Programa tem ocorrido em paralelo à curva de aprendizagem, à identificação e correção de inconsistências e à migração gradual do modelo tradicional (baseado em papeis e planilhas excel) para o novo sistema informatizado, assegurando a continuidade dos atendimentos e a integridade das informações processadas.

O fechamento dos dados do Programa Ceapa, referente ao 27° Período de Acompanhamento (PA), demandou um tempo adicional em razão do processo de implantação do novo Sistema de Informação da Ceapa, desenvolvido e gerido pela

empresa Sydle. Esse processo de implantação é realizado em etapas anteriores ao início da operação propriamente dita e envolve uma série de atividades técnicas e operacionais que exigem articulação entre diferentes atores.

Inicialmente, a Sydle realiza o upload dos dados extraídos das planilhas de inscrição e monitoramento utilizadas por cada Central de Alternativa Penal. Por se tratar de um volume significativo de informações, provenientes de dois instrumentais distintos, é comum que surjam divergências na unificação dos dados, as quais necessitam de correção por parte das equipes técnicas locais.

Assim que o upload dos dados é concluído, a Sydle gera um "relatório de erros" e o encaminha à equipe de analistas para verificação e correção. Esse relatório, geralmente extenso, exige consultas detalhadas aos documentos físicos e digitais arquivados nos Programas de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (PAPs), bem como nas planilhas previamente utilizadas para inscrição e monitoramento dos cumpridores. Apenas após a devolutiva da equipe técnica de cada Central, a empresa realiza os ajustes necessários diretamente no sistema.

É importante destacar que, com exceção das Centrais de Vespasiano e Pouso Alegre — que iniciaram suas operações com o sistema apenas na primeira quinzena de outubro e, portanto, terão seus dados computados a partir do 28° PA — as demais Centrais (Santa Luzia, Ibirité, Curvelo, Ribeirão das Neves e Barbacena) passam por esse processo de transição. Durante o 27° PA, essas cinco Centrais utilizaram uma metodologia híbrida de coleta e monitoramento de dados, conciliando os registros nas planilhas com o novo Sistema de Informação.

Foi nesse contexto de transição entre os modelos novo e antigo que o Departamento de Monitoramento de Projetos do Instituto Elo procedeu com a contabilização dos indicadores de resultado do Programa. O trabalho exigiu um esforço conjunto entre os analistas de dados, as equipes locais e a empresa desenvolvedora, demandando tempo adicional para assegurar a consistência e integridade das informações consolidadas no Relatório Gerencial de Resultados (RGR).

Por fim, ressalta-se que esse é um processo de transição necessário para garantir maior qualidade e segurança na gestão dos dados do Programa Ceapa. Apesar de todo o cuidado técnico adotado previamente à implantação do sistema, é possível que, conforme a evolução do uso da ferramenta e a identificação de eventuais inconsistências residuais, seja necessário realizar retificações pontuais nos dados apresentados neste RGR, especialmente no próximo ciclo de acompanhamento. Acredita-se que esse transtorno natural do processo inicial de implantação constitui etapa necessária para conseguir elevar a gestão dos dados e da Política de Prevenção a um patamar mais seguro, moderno e eficaz.

A seguir, descrevem-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					27º Período Avaliatório jul/25 a set/25	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 53.960 •	• 59.969 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 2.330 •	• 3.216 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 11.160 •	• 11.855 •
2	Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.120 •	• 3.466 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 9.750 •	• 9.283 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 89.775 •	• 100.742 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 497 •	• 533 •
4	CEAPA Considere a Alternativa	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 68.544 •	• 74.072 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 74% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 4.896 •	• 4.747 •
		4.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	1	• 18% •	• 2% •
5	PrEsp CIDADANIA E LIBERDADE	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 18.792 •	• 19.001 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 85,2% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 2.065 •	• 2300 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					27º Período Avaliatório jul/25 a set/25	
7	Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 805 •	• 546 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 1.830 •	• 1.738 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 600 •	• 998 •
8	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	8.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	2	• 9.690 •	• 11.721 •
		8.2	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	1	• 2.385 •	• 2.767 •
9	PROTEJA minas	9.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	1	• 652 •	• 1058 •
10	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	10.1	Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 273 •	• – •
		10.2	Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 609 •	• - •
		10.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 135 •	• - •
		10.4	Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	1	• 2,5% •	• 2,69% •
11	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	11.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	1	• 68 •	• 66 •
		11.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	1	• 3 •	• 3 •
12	Gestão da Parceria	12.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• - •
		12.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• - •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					27º Período Avaliatório jul/25 a set/25	
13	Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	13.1	Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	1	• - •	• - •

Tabela 2 – Produtos previstos

Área Temática		Produto		Status	
	Produtos	5.1	Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade"	• 100% •	• Aprovado •

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 27° período avaliatório o Programa Mediação de Conflitos alcançou, de forma plena, seus três indicadores, que mensuram a execução do Programa nos territórios.

No que tange ao **Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos**, foram realizados nos meses de julho, agosto e setembro um total de 21.953 atendimentos em números absolutos, superando a meta pactuada para o trimestre, estabelecida em 18.720, representando um percentual de 17,27% de aumento sobre a entrega estipulada. Houve um aumento expressivo de atendimentos nas diversas modalidades de atendimento neste período, como será destacado nos gráficos abaixo, trazendo luz ao cenário do trimestre e do ano:

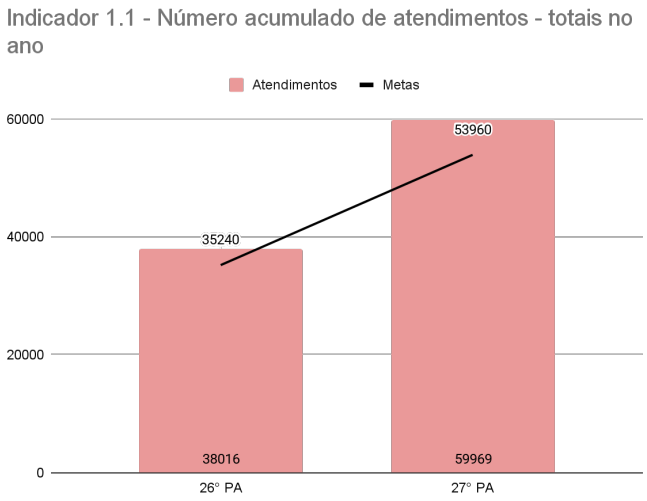


Gráfico 1: Indicador 1.1

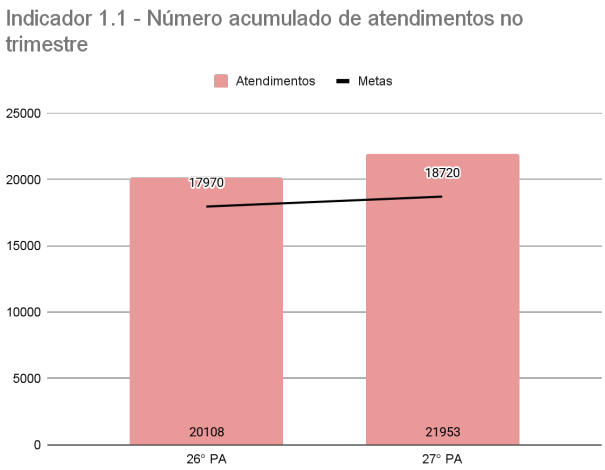


Gráfico 2: Indicador 1.1 (trimestre)

Evidencia-se, através da análise dos dados do período um impulsionamento massivo de atendimentos acumulados no período. Como já apontado no 26º PA, as práticas de atendimentos coletivos seguem saltando aos olhos, em especial o

recorte das oficinas, fruto de investimento temático a partir de formações e supervisões para melhor orientação das equipes a partir das suas práticas de trabalho. Ainda em diálogos com o período avaliatório anterior, mencionamos a ampliação de teto de oficinas como uma estratégia exitosa que potencializou a prática dessa modalidade nos territórios, com representações quantitativas e qualitativas valiosas.

Em termos numéricos observamos a prevalência desse tipo de atendimento em 53% das nossas frentes de atendimentos, e o nosso alcance enquanto programa nos territórios também passou por uma mudança muito expressiva no trimestre, indo de 56 para 69 oficinas, nos deixando bem próximos do teto estabelecido pela DCM, o que não é compreendido pelo grupo de supervisores como um movimento meramente operacional: ele é intrinsecamente qualitativo em todas as suas camadas. Destacamos aqui a capilaridade que o programa ganha com essa modalidade de atendimento, demarcando intensamente a característica territorial que o programa possui, ao estarmos em recortes de microterritórios discutindo a interface ofícios e fenômenos de violências com as mulheres que residem em nossos territórios e que não são afetadas exclusivamente em suas subjetividades em uma lógica individual, pois elas também comumente são companheiras, familiares, vizinhas de pessoas que estão intimamente vinculadas à dinâmica de criminalidade e violências nas áreas de abrangências, permitindo não somente um acolhimento periférico da demanda (com múltiplas construções de leituras atreladas), mas também vínculos e possibilidades de entradas com o público que está mais afeto ao fenômeno da letalidade.

No diálogo entre teoria e prática, elucidamos essa discussão a partir de ações executadas pelas equipes nos territórios, destacando a potência das articulações a partir dessa modalidade de atendimento, como pode-se observar no caso do "Desfile de Primavera" promovido em setembro pela oficina de tranças do PMC Ribeiro de Abreu. Este desfile foi o produto final das intervenções promovidas com as mulheres atendidas, no intuito de fomentar as potencialidades de cada uma, fortalecer a rede de proteção informal, as relações intergeracionais, ancestralidade e fomentar espaços seguros, livres de rivalidades femininas. Na ocasião, as atendidas ficaram responsáveis de trançar os cabelos umas das outras, tendo inclusive a possibilidade de mães/avós trançarem os cabelos de suas filhas/netas, e vice e versa, potencializando o fortalecimento de vínculos intergeracionais e a construção de memórias afetivas deste espaço. Nesse contexto, o foco do desfile era valorizar as habilidades e características de cada mulher presente no desfile, bem como potencializar o empoderamento e autonomia das mulheres presentes.

Abaixo um recorte do projeto:

Figura 1: Desfile de Primavera

Dando sequência a essa análise crítica que pauta os dados como norteadores, mas os transpassa em análises, nos debruçarmos sobre outra prática coletiva, sendo a própria "Atendimentos Coletivos", que salta os olhos por sua característica pendular ao longo dos períodos avaliatórios de 2025. No 26º PA enfatizamos um crescimento em 174 atendimentos nessa modalidade em detrimento ao 25º, mas aqui já notamos um recuo de 74 atendimentos, reforçando a característica dessa modalidade, que nos conduz, em termos de esforços intelectuais, a revisitar essa e as práticas comumente vinculada a ela, visando impulsionar e solidificar essa prática de trabalho.

Dessa forma, trazemos luz ao uso do espaço da comissão metodológica de 2025, que é composta por integrantes de todas as frentes de trabalho do programa e tem como foco o pensar, de maneira ampliada, as práticas coletivas do PMC e tem debatido com importante profundidade a forma como as modalidades "Atendimentos Coletivos" e "Organização Comunitária" potencialmente se atravessam, tanto no sentido puro da organização comunitária em ser uma "ponte" para os atendimentos coletivos ou projetos, mas também como ela tem tido um fim em si mesma por vezes, gerando um impacto qualitativo, ainda que a nível de leitura, onde entendemos que, por vezes, algumas das intervenções nessas fichas poderiam ter evoluído em atendimentos coletivos.

Ainda pensando na análise do indicador 1.1, é relevante ressaltar que os atendimentos individuais atingiram seu pico no ano no mês de julho, com 1.353 (seguindo uma dinâmica similar nos meses seguintes), sendo a segunda modalidade com maior destaque nessa discussão. Ressaltamos aqui que os cuidados em capacitar as equipes para atendimentos que dêem conta de acolher as demandas que o público traz em sua esfera subjetiva, mas dizendo do coletivo que a cerca são constantes. Buscamos enfatizar o quão possível é a necessidade de uma escuta ativa que permita, inclusive, observar demandas que poderiam ser contempladas em toda nossa gama de atendimentos, além da ênfase em marcar o lugar do programa em atuar sobre a dinâmica de violências no território, como será discutido a seguir no texto.

Abaixo, observa-se a distribuição dos dados de atendimentos do programa no período:

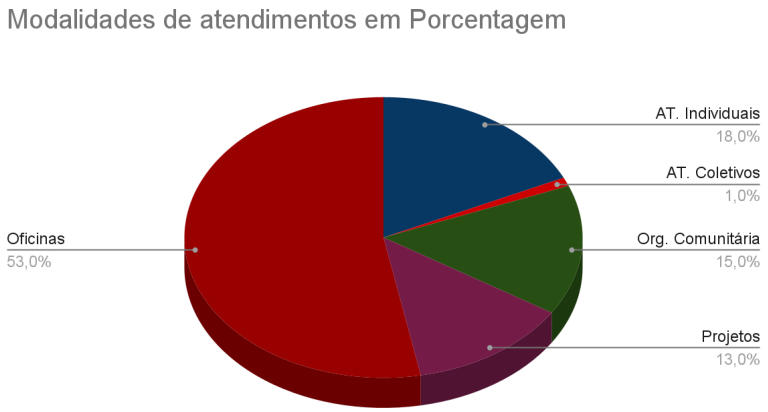


Gráfico 3: Modalidades de atendimento

O PMC tem orientado suas ações para o fortalecimento do capital social, apostando em processos participativos, dialógicos, buscando conectar grupos e comunidades. Essa diretriz parte do entendimento de que a proteção social pode prevenir homicídios ao impulsionar vínculos comunitários sólidos e coesos, favorecendo o surgimento de formas eficazes de controle social informal. Comunidades que cultivam confiança mútua e cooperação tendem a desencorajar comportamentos violentos, consolidando práticas de convivência pautadas na cultura de paz.

O estímulo à participação social, por sua vez, amplia a capacidade dos cidadãos de incidir sobre políticas públicas e de demandar respostas mais efetivas do Estado, o que fortalece o caráter democrático da segurança pública e sua aderência às realidades locais. Assim, ao incentivar o engajamento coletivo e o protagonismo comunitário, o PMC contribui para a criação de espaços em que os conflitos são mediados de maneira não violenta, reduzindo fatores de risco relacionados aos homicídios e favorecendo relações sociais mais seguras, solidárias e sustentáveis.

Conectando esse cenário com a prática das equipes, vivemos o 20º ano do programa e temos articulado, em todos os níveis do programa, ações que trazem holofote a esse marco simbólico do programa e como temos, também, construído - inclusive a nível narrativo - uma mudança sobre como operamos nos territórios, como se pode observar abaixo:

Figura 2: Projeto "Vozes da Comunidade: Conquistas e Caminhos"

No território Minas Caixa, a equipe do PMC promoveu o projeto de prevenção "Vozes da Comunidade: Conquistas e Caminhos", em celebração aos vinte anos do Programa e em reconhecimento às conquistas sociais alcançadas no território, por meio de articulação com lideranças e referências comunitárias locais. A iniciativa contou com uma programação diversificada, composta por aula de dança ministrada pela oficina do PMC "Mulher: Corpo e Movimento", seguida de um café compartilhado, exposição fotográfica retratando as mobilizações e conquistas dos movimentos de moradores do Minas Caixa, além de momentos de troca sobre as trajetórias de luta social no bairro, fazendo uso estratégico do espaço também para marcar as multiplicidades de colaborações do programa na região, indo desde as práticas de mobilização à leituras e práticas no cenário da dinâmica local e na superação de violências.

Dessa forma, enfatizamos não somente a potência das execuções de projetos, mas também do programa em si e seu inestimável valor nos territórios.

Concluindo o tópico, retomamos a discussão suscitada no 26º PA no que diz respeito às demandas que têm sido direcionadas ao programa e o foco na sua execução, onde atuar sobre os cenários de violências nos territórios é um dos nossos principais pontos de atenção no momento. Em uma análise que contempla todo o ano de 2025 (até aqui), quase 11% das demandas direcionadas ao PMC estão relacionadas a violências, marcando a clareza que tem sido construída na relação programa, territórios e o sentido da nossa presença nestes contextos, inclusive reforçando, cada vez mais, o nosso interesse em avançar na superação dos homicídios registrados em nossas áreas de abrangência. Mas, para que déssemos conta de avançar nessa temática é fundamental que a equipe dê conta de conduzir discussões e espaços com esse mote de discussão. Para tanto, no campo onde discutiremos sobre as capacitações executadas pela supervisão este foi o nosso grande foco temático.

Um ponto que ainda mobiliza o nosso olhar é o foco indireto no atendimento a mulheres a partir das demandas de violências, ainda que esse não seja um programa unicamente especializado nesse tipo de atendimento. Buscamos ampliar nossa capilaridade em termos de leitura e práticas entregando mais ferramentas para as equipes também acessarem outros sujeitos que também são alvos importantes de violências, inclusive em um pensar estatístico, onde as pessoas que mais matam e morrem hoje no Brasil são homens e dentro de uma faixa etária acompanhada pelo PMC.

No que tange ao indicador **1.2 - Média de pessoas atendidas,** o PMC superou a meta estabelecida em 37%. Enquanto a meta pactuada previa o atendimento médio de 2330 pessoas, as equipes alcançaram uma média de 3216 pessoas.

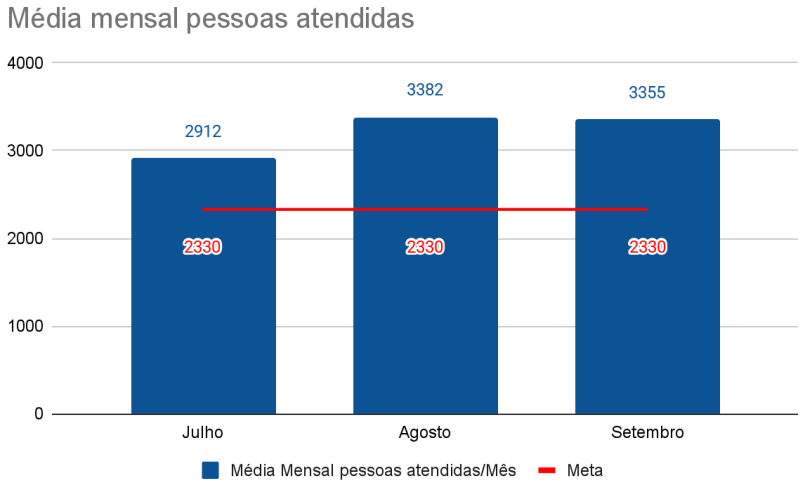


Gráfico 4: Indicador 1.2

Nesse contexto, observamos que houve um aumento expressivo na média mensal nos meses de agosto e setembro. Compreendemos que este aumento está relacionado às ações desenvolvidas pelas equipes, dentre elas estão: atendimentos itinerantes, ações referentes ao agosto Lilás, comemoração dos 20 anos do PMC nos territórios, dentre outras.

Embora estejamos buscando potencializar as intervenções coletivas do Programa, muitas equipes também estão investindo em atendimentos itinerantes pelo território, visando alcançar territórios e pessoas que pouco acessam o programa. Tal prática tem contribuído tanto para o avanço dos atendimentos individuais em alguns territórios, quanto para a identificação de novas referências comunitárias e inserção em grupos já existentes nos territórios. Como exemplo, ressaltamos a experiência da equipe do PMC Bom Jardim - Ipatinga, que tem conseguido uma aproximação com o território do Nova Esperança, através os atendimentos itinerantes, sendo possível se inserir e participar de um grupo já existente e identificando referências comunitárias desse território que se mostrava mais fechado e distante da atuação do Programa.

O agosto Lilás tem grande destaque nesse trimestre tendo em vista que casos de violência doméstica compõem 66% dos casos de violências atendidos pelo programa. Nesse sentido, esta é uma ação de grande importância para serem trabalhadas nos territórios, ampliando as discussões e expandindo as intervenções através das práticas de atendimento coletivas do programa, visando aumentar a capilaridade do programa, em especial em microterritórios que pouco acessam a UPC. Além disso, ações que pautem o agosto Lilás contribui para o fortalecimento do vínculo e das articulações com a rede comunitária e de proteção social, tendo em vista que esta também é uma temática abordada por estas.

Observamos que o quantitativo de intervenções coletivas tem se mantido estável em comparação ao trimestre anterior, exceto por um aumento no quantitativo que se refere às oficinas, de 56 para 69 neste trimestre, alcançando um número próximo ao teto estabelecido. Essas novas implantações contribuem para a promoção da cidadania, o fortalecimento do capital social, os vínculos comunitários, a construção de estratégias para a prevenção às diversas violências que se apresentam no território, bem como potencializa o aumento da capilaridade do programa, possibilitando ao Programa o acesso a um público mais diversificado, e alcançando pessoas ainda não atendidas. Além disso, a estabilidade nas intervenções coletivas demonstra o investimento das equipes no que tange a estas práticas, proporcionando o fortalecimento do vínculo entre o PMC e os moradores do território, possibilitando tanto a permanência de pessoas já atendidas pelo programa, como contribui para a construção de processos coletivos baseados nessa lógica da segurança cidadã com diferentes atores do território.

Ressaltamos que houve ao longo do trimestre diferentes intervenções que visaram comemorar os 20 anos do Programa nos territórios, fomentando intervenções que contassem com a participação ativa dos moradores do território, destacando aspectos da identidade dos territórios, desafios a serem superados e suas potencialidades, assim como ressaltando as ações do território que contaram com a participação do PMC. Podemos destacar a Vila Cemig, que fez um momento de confraternização e resgate memorial da implantação do Programa e da história dos territórios de abrangência, em que foi realizada uma exposição de fotos que mostram o desenvolvimento dos territórios e algumas das intervenções realizadas pelas equipes do PMC ao longo dos anos, juntamente com uma roda de conversa, foi proposto a construção conjunta de uma linha do tempo, com alguns dos marcos históricos que compuseram essa trajetória. Além disso, foram levantados alguns dos interesses da comunidade para o futuro. Também foi discutido como que, algo comum à história de

todos os territórios, e como a organização e a mobilização comunitária foram essenciais para a reinvindicação de direitos e conquista de melhorias.

Figura 3: Comemoração 20 anos PMC Conjunto Esperança/Vila Cemig

Outra intervenção interessante e que cabe destacar foi a ação integrada dos programas FV e PMC da UPC Ribeiro de Abreu, com a participação da polícia civil para emissão de identidade. A ação foi realizada no CRAS Conjunto Paulo VI, tendo em vista que foi um microterritório acometido por um aquecimento na dinâmica social das violências e criminalidades. Esta ação teve como intuito movimentar a população para ocupar o território, trabalhar a identidade do bairro por meio de memórias, construído junto das referências comunitárias, integração e fortalecimento de laços entre a juventude. Nessa conjuntura, foi possível contar com a participação de muitas pessoas do território, o que possibilitou a expansão da presença institucional, a qualificação do vínculo entre Programa e comunidade, o aumento da capilaridade do programa e fortalecimento do vínculo comunitário.

Figura 4: Ação conjunta PMC e FV da UPC Ribeiro de Abreu

Reitera-se que muitas pessoas vêm sendo atendidas simultaneamente em diferentes modalidades de atendimento do Programa, potencializando o desenvolvimento da sua autonomia, o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, a ampliação do acesso à cidadania e garantia de direitos, fortalecendo e potencializando a participação ativa da população na construção de estratégias de prevenção às violências nos territórios.

No que tange ao **indicador 1.3 - Ações junto às redes de proteção social,** o PMC tem apresentado uma estabilidade no que tange a este indicador, superando a meta global em 5%. A meta global pactuada era 11160 ações junto às redes e as equipes efetivaram 11855 ações. Estes dados mostram o tímido aumento que tem ocorrido no que tange às ações juntos às redes de proteção social realizadas pelas equipes, tendo em vista que em números absolutos, as equipes realizaram 4.131 ações com a rede, sendo 177 ações a mais se comparado ao período anterior.

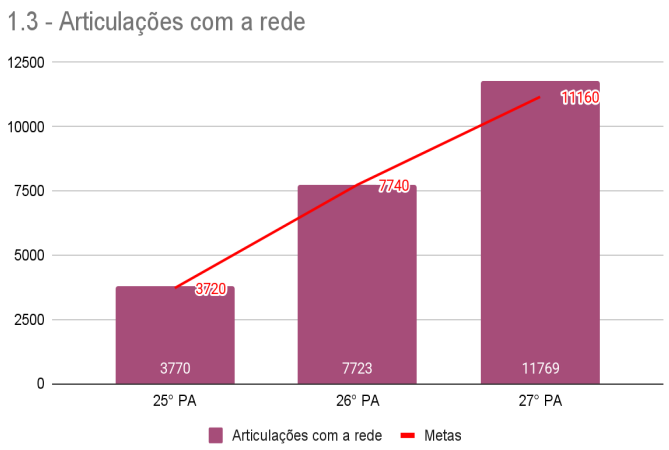


Gráfico 5: Indicador 1.3

Embora os dados apresentem-se estabilizados, podemos observar um aumento gradual no que tange a este indicador. Reitera-se que as equipes têm realizado ações diversificadas com a rede, participando de reuniões de construção de fluxo e alinhamento institucional (5816); discutindo casos (2429); encaminhando casos (2602) e participando de espaços que discutam temáticas transversais à segurança pública (1009). Se faz importante destacar que tais ações/articulações com a rede ocorrem sempre que possível e necessário, visando articulações e intervenções intersetoriais qualificadas e assertivas, tanto na atuação de casos individuais, quanto em intervenções coletivas nos territórios, visando respostas assertivas e integradas aos fenômenos de violências que se apresentam. Nessa conjuntura, observa-se que estes dados têm se mantido estáveis ao longo do ano de 2025, com pequenas variações.

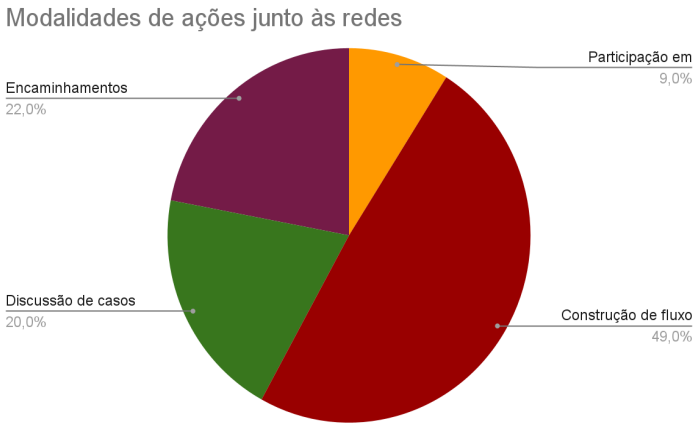


Gráfico 6: Modalidades de ações junto às redes

Os dados apresentados demonstram a imprescindibilidade da atuação intersetorial do PMC, baseadas no alinhamento interinstitucional destacando a construção conjunta das ações e intervenções tanto em casos individuais quanto nas modalidades de atendimento coletivo do PMC, visando promover a prevenção às violências letais a partir do fortalecimento do vínculo com os diferentes atores existentes nos territórios. Destacamos que a maior interação das equipes com os territórios e a identificação de novas referências comunitárias fortalece a rede comunitária e contribui para o fortalecimento do capital social e para a construção de estratégias de prevenção às violências.

Este indicador contabiliza parte do escopo de trabalho realizado pelas equipes, destarte, os resultados apresentados demonstram a consolidação da atuação do PMC junto às redes comunitárias e de proteção social existentes nos territórios, resultado da consolidação da cultura de trabalho coletivo nas UPCs, sustentado por constantes práticas de capacitação técnica, troca metodológica e supervisão, de modo que tais espaços fomentam e instrumentalizam as equipes para construir ações com a participação ativa da comunidade e das redes; potencializa a escuta ativa e qualificada das pessoas atendidas, e constrói o encaminhamento e monitoramento dos casos de maneira assertiva, compartilhando responsabilidades e a construindo de respostas e integradas sobre os fenômenos de violências que se apresentam, possibilitando a assertividade dos atendimentos e garantindo o acesso efetivo aos direitos das pessoas atendidas.

Elucidando a discussão acima, sintetizamos como as ações de rede são estratégicas inclusive internamente, potencializando práticas de atendimentos e/ou qualificando as discussões que serão conduzidas pelas equipes, como no intercâmbio entre as UPC's de Ribeirão das Neves (Justinópolis; Rosaneves e Veneza):

Figura 5: Intercâmbio entre UPCs de Ribeirão das Neves

Em um movimento de articulação estratégica fundamental para o município de Ribeirão da Neves, as gestoras sociais das três unidades se uniram com o objetivo de fortalecer a política de prevenção com ênfase na metodologia do Programa Mediação de Conflitos. Para isso, organizaram um encontro que reuniu as equipes técnicas no dia 05/09 no Parque Ecológico do Município, com a participação das analistas do PMC.

A partir da análise de casos práticos, a atividade proporcionou um espaço rico para aprimorar a troca de saberes e alinhar as práticas entre as equipes. A ação reforçou, assim, a importância de uma atuação conjunta e coesa, resultando no fortalecimento do trabalho em todo o território.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 53.960 •	• 59.969 •
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizados cumulativamente • 59.969 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta para o trimestre era de • 53.960 •, atingiu-se 111,1% do objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Tabela 3: Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	890	109	112	112	1223
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	700	165	175	215	1255
JARDIM FELICIDADE	923	258	229	167	1577
JARDIM LEBLON	1350	304	302	376	2332
MINAS CAIXA	1138	181	177	291	1787
MORRO DAS PEDRAS	1048	182	205	296	1731
PEDREIRA PRADO LOPES	672	236	200	151	1259
PRIMEIRO DE MAIO	643	106	152	113	1014

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
RIBEIRO DE ABREU	1445	211	169	438	2263
SANTA LÚCIA	716	135	153	153	1157
SERRA	1596	273	160	164	2193
TAQUARIL	2378	559	375	188	3500
VILA PINHO	952	122	166	194	1434
CITROLÂNDIA	1418	246	253	212	2129
JARDIM D AS ALTEROSAS	963	129	219	215	1526
JARDIM TERESÓPOLIS	1821	263	305	241	2630
PTB	1862	241	258	310	2671
ESTRELA DALVA	249	253	155	156	813
NOVA CONTAGEM	960	238	207	225	1630
RESSACA	756	129	224	123	1232
CARAPINA	999	184	219	166	1568
TURMALINA	2114	395	268	368	3145
BOM JARDIM	1248	239	264	285	2036
OLAVO COSTA	1359	249	239	213	2060
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1970	404	387	442	3203
JUSTINÓPOLIS	557	181	208	209	1155
ROSANEVES	922	229	226	184	1561
VENEZA	1597	226	362	177	2362
PALMITAL	1676	284	363	386	2709
VIA COLÉGIO	873	180	131	154	1338
JARDIM CANAÃ	790	152	140	169	1251
MORUMBI	918	122	161	169	1370
MORRO ALTO	513	111	112	119	855
TOTAL	**38016**	**7296**	**7276**	**7381**	**59969**

No que tange ao *indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos*, iremos ressaltar duas equipes que se destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

A equipe PMC do Cabana alcançou 69% da meta, estando abaixo do estipulado pelo indicador. Há uma multiplicidade de fatores que nos ajudam a interpretar esse cenário, com principal destaque à equipe abruptamente reduzida ao longo de todo o trimestre com o afastamento por razões de saúde por parte de uma analista; o período de férias já acordado de outra e a saída de uma estagiária, demandando toda uma reconfiguração do trabalho e um olhar cuidadoso sobre para onde essa equipe daria conta de direcionar sua potência de ação. Em espaços de supervisão estratégias foram pensadas para minorar esses impactos e é projetado um avanço no último trimestre com a recomposição plena da equipe. Outro fator que salta aos olhos foi a dificuldade em efetivar um projeto de oficina contemplando o teto estabelecido, algo que só ocorreu e impactou (positivamente) o cenário da unidade no último mês deste período, com a efetivação de uma oficina e uma natural ampliação de atendimentos na modalidade.

A equipe do PMC PTB ultrapassou a meta estabelecida em 85%, realizando um total de 809 atendimentos ao longo do trimestre. A equipe tem investido nas modalidades de atendimentos coletivos, realizando circulações no território, qualificando a leitura sobre estes e fortalecendo o vínculo com a comunidade e com os diferentes atores da rede.

Além disso, a equipe acabou de implementar a Oficina "Oficina de Dança: movimento, saúde e bem-estar" em um local estratégico do território cujo programa tem dificuldades no acesso à comunidade. Nessa conjuntura, a oficina tem se apresentado muito potente neste território, tendo em vista que em seu primeiro mês foi possível acessar um número expressivo de participantes. Cabe destacar que tem sido trabalhado com a equipe sobre os objetivos qualitativos das oficinas, oportunizando um espaço de acolhimento, visando a primazia da construção de vínculo comunitário, o fortalecimento do capital social e a construção de estratégias coletivas para a prevenção às violências que ocorrem no território. A oficina "Minha melhor versão" continua demonstrando um impacto social positivo, propiciando a formação de um coletivo fortalecido, fomentando o protagonismo das mulheres, tem se apresentado um espaço potente, conseguindo realizar diálogos sobre temáticas transversais à segurança pública, propiciando um ambiente acolhedor e com o fortalecimento de vínculos entre as participantes.

Ademais a equipe tem realizado intervenções em organização comunitária de modo a potencializar as relações com a rede intersetorial, e construir intervenções em espaços públicos com a comunidade.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.330 •	• 3.216 •
Descrição do Indicador	
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram atendidas em média • 3.216 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.330 •, alcançou-se 138% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4: Distribuição da média mensal por UPC

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	83	92	71	82
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	88	88	120	99
JARDIM FELICIDADE	137	107	63	102
JARDIM LEBLON	85	120	67	91
MINAS CAIXA	63	64	90	72
MORRO DAS PEDRAS	74	111	216	134
PEDREIRA PRADO LOPES	65	76	36	59
PRIMEIRO DE MAIO	39	49	43	44
RIBEIRO DE ABREU	63	83	262	136
SANTA LÚCIA	42	57	59	53
SERRA	68	99	53	73
TAQUARIL	103	88	60	84
VILA PINHO	44	56	116	72
CITROLÂNDIA	139	182	158	160
JARDIM DAS ALTEROSAS	64	103	113	93

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
JARDIM TERESÓPOLIS	109	174	125	136
PTB	58	95	68	74
ESTRELA DALVA	114	35	36	62
NOVA CONTAGEM	133	118	137	129
RESSACA	62	148	75	95
CARAPINA	98	59	40	66
TURMALINA	164	104	126	131
BOM JARDIM	96	89	107	97
OLAVO COSTA	76	66	84	75
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	159	174	218	184
JUSTINÓPOLIS	103	142	123	123
ROSANEVES	68	66	68	67
VENEZA	89	254	94	146
PALMITAL	98	140	165	134
VIA COLÉGIO	92	67	66	75
JARDIM CANAÃ	112	115	127	118
MORUMBI	74	118	114	102
MORRO ALTO	50	43	55	49
TOTAL	**2912**	**3382**	**3355**	3216

No que tange ao indicador 1.2 - Média Mensal de Pessoas atendidas, iremos ressaltar duas equipes que se destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

A equipe do PMC Vila Pinho alcançou 82% da meta estabelecida, ficando abaixo do desempenho esperado em comparação com as demais equipes. Esse resultado está diretamente relacionado a alguns empecilhos que têm ocorrido no que tange à execução da oficina de dançaterapia, em função de questões de saúde da oficineira. Embora observa-se o resultado abaixo da meta, a equipe da Vila Pinho tem se esforçado ao longo do trimestre, investindo em atendimentos itinerantes e práticas de atendimento coletivo, estreitando os vínculos com as ocupações do território. A equipe realizou um encontro por mês com mulheres da Ocupação Paulo Freire com a temática voltada para a Geração de Renda e Economia Solidária, este tema foi escolhido por ter sido demandado pelas próprias mulheres e por contribuir na prevenção à violência doméstica. Este foi um espaço com um impacto social positivo, contando com possibilidades de escuta e acolhimento, potencializando o fortalecimento do vínculo das mulheres com o PMC e entre si mesmas, visando a construção conjunta de prevenção às violências naquele microterritório. Ademais as mulheres solicitaram que este espaço se tornasse recorrente. Desse modo, podemos observar que há um avanço no que tange a ampliação do alcance do programa e na promoção de novos atendimentos de um público antes pouco alcançado, proporcionando uma aproximação e construção de vínculo com a comunidade local.

Já a equipe PMC Justinópolis superou a meta em 63% e isso dialoga diretamente com a estruturação muito importante em todos os seus processos desde o fim do último trimestre, com a consolidação da equipe atual (de analistas a gestão) e no estabelecimento de fluxos muito claros para o trabalho, inclusive em uma perspectiva de mobilização de público, com uma projeção ainda evidente de crescimento na média de público atendido levando em consideração especialmente o alcance do teto de oficinas no território - desafio que se arrastou durante todo o ano de 2025.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 11.160 •	• 11.855 •
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social: 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa;	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizadas cumulativamente • 11.855 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 11.160 •, foi alcançado 106,2% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	26º PA	JUL	AGO	SET	TOTAL
CABANA	270	20	37	41	368
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	166	34	27	31	258
JARDIM FELICIDADE	112	34	24	34	204
JARDIM LEBLON	207	51	42	50	350
MINAS CAIXA	229	27	42	54	352
MORRO DAS PEDRAS	383	71	65	57	576
PEDREIRA PRADO LOPES	188	35	39	34	296
PRIMEIRO DE MAIO	291	66	69	58	484
RIBEIRO DE ABREU	223	31	27	38	319
SANTA LÚCIA	159	21	25	16	221
SERRA	310	35	51	51	447
TAQUARIL	269	66	47	70	452
VILA PINHO	220	35	41	43	339
CITROLÂNDIA	414	69	55	73	611
JARDIM DAS ALTEROSAS	147	28	43	41	259
JARDIM TERESÓPOLIS	305	58	33	41	437
PTB	199	27	39	37	302
ESTRELA DALVA	74	23	18	15	130
NOVA CONTAGEM	293	51	52	50	446
RESSACA	189	30	37	30	286

UPC	26º PA	JUL	AGO	SET	TOTAL
CARAPINA	305	46	45	41	437
TURMALINA	352	76	43	36	507
BOM JARDIM	127	26	25	23	201
OLAVO COSTA	350	57	66	58	531
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	208	54	39	36	337
JUSTINÓPOLIS	169	54	36	32	291
ROSANEVES	131	28	33	35	227
VENEZA	322	56	54	66	498
PALMITAL	364	56	46	62	528
VIA COLÉGIO	138	28	34	34	234
JARDIM CANAÃ	229	38	44	37	348
MORUMBI	233	45	38	48	364
MORRO ALTO	148	22	28	17	215
TOTAL	**7724**	**1398**	**1344**	**1389**	**11855**

No que tange ao indicador 1.3 - Número acumulado de ações junto às redes de proteção social, iremos ressaltar duas equipes que se destacaram, seja pelo aumento muito superior à meta ou por uma dificuldade significativa para o alcance do indicador.

A equipe do Citrolândia superou a meta estipulada em 46%, esta equipe concentra altos números de atendimentos individuais em comparação com as outras frentes de atendimento. No entanto, observa-se que atualmente há um maior engajamento da equipe para equilibrar as demais práticas de atendimento, proporcionando assim ações e articulações com a rede mais assertivas e integradas, visando a monitoramento dos casos atendidos, bem como o compartilhamento de responsabilidades e a construção de respostas qualificadas e assertivas para os fenômenos de violência, garantindo maior efetividade nos encaminhamentos e intervenções realizadas pela equipe.

Já a equipe do PMC Serra não alcançou a meta do trimestre, estando abaixo em 44%. Foi identificada uma queda acentuada de acessos à rede a partir de parceiros no eixo de discussão de casos, sinalizando um exercício não ampliado da equipe no território em outras perspectivas. Dessa forma, foi estabelecido um acompanhamento não somente a nível temático com a equipe, mas pautou-se também uma aproximação estratégica junto à rede, especialmente àquelas ainda não plenamente mapeadas e/ou que não participam dos espaços instituídos no território ou pelo programa.

Intervenções da supervisão de prevenção social à criminalidade a partir da análise dos indicadores e metas

Neste último trimestre, os Supervisores de Prevenção Social à Criminalidade de referência do Programa Mediação de Conflitos (PMC) desenvolveram um conjunto de ações junto às equipes técnicas e gestores sociais. Essas ações incluíram atividades de supervisão com os gestores sociais, formações, reuniões estratégicas e participações em espaços institucionais articulados com a SUPEC, a Subgerência de Prevenção Social à Criminalidade e com as Gerências de RH e Monitoramento do Instituto Elo.

Foram realizadas 63 (sessenta e três) supervisões com os gestores sociais de referência e contrarreferência, além de 5 (cinco) encontros de capacitação metodológica para os gestores, e 2 (dois) encontros de formação com temáticas relevantes para a qualificação do trabalho prático das equipes e da gestão social. Tivemos ainda a realização de uma formação inicial destinada a analistas sociais e estagiários recém-chegados ao programa.

É importante frisar que, para além das atividades contabilizadas nos indicadores, os supervisores mantiveram interlocuções frequentes com os gestores sociais por meio de ligações telefônicas e mensagens via aplicativo WhatsApp. Esses contatos oportunizaram a construção conjunta de orientações metodológicas, análises de casos e reflexões sobre as dinâmicas sociais e criminais dos territórios atendidos pelo PMC.

As reuniões com a diretoria do programa seguem ocorrendo semanalmente, às quintas-feiras, garantindo um espaço contínuo de alinhamento e planejamento estratégico para a melhor execução do programa na ponta.

Dentre as supervisões mencionadas, destaca-se a realização de intervenções conjuntas entre os supervisores do PMC e do Programa Fica Vivo, especialmente no que se refere à atuação das gestoras das unidades de Venda Nova e das unidades territoriais do município de Uberlândia. Essas ações integradas fortaleceram o compartilhamento de informações

e promoveram maior articulação entre os programas, contribuindo para o aprimoramento das práticas e para uma maior efetividade das equipes.

No que tange aos encontros de formação promovidos pelos supervisores para as equipes técnicas e gestores sociais, foram realizados neste trimestre dois encontros com os seguintes temas:

- "Dinâmicas Sociais e Criminais a partir dos Diálogos Locais", realizado em 31/07/2025;
- "Masculinidades e o Trabalho com Homens em Áreas de Vulnerabilidade Social", ocorrido em 24/09/2025.

O primeiro encontro foi uma proposta em conjunto com as supervisoras de referência do Programa Fica Vivo, e possibilitou, por meio dos Diálogos Locais, a realização de uma formação integrada para as equipes do PMC e do Fica Vivo. Nessa formação, os seis supervisores destacaram a importância da compreensão e da análise das dinâmicas sociais e criminais dos territórios, além da abordagem de conceitos voltados para esse campo de atuação.

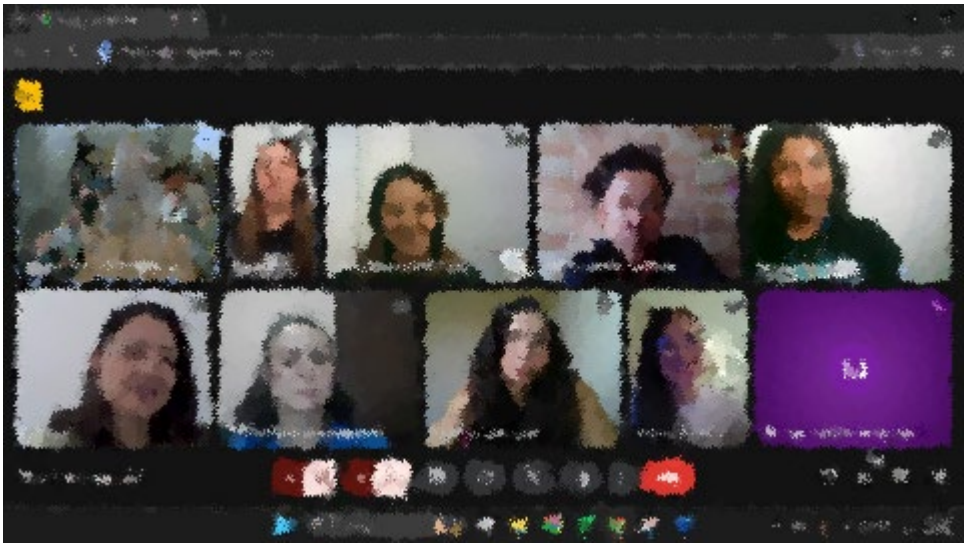
Já o segundo encontro teve como foco central a importância da discussão sobre o trabalho com homens nos territórios de abrangência do PMC. Contamos, nesse momento, com a participação especial da pesquisadora e educadora social Izabela Miranda, formada em Direito, especialista em Criminalidade e Segurança Pública, mestra em Educação, Gênero e Masculinidades, e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (NESP/FJP).

O Programa vem passando por modificações metodológicas, com foco atual nas diversas formas de violência presentes nos territórios, visando evitar seu escalonamento até a letalidade. Estudos apontam que a maioria das pessoas que mais matam e morrem nesses contextos são homens com mais de 25 anos de idade. Por esse motivo, foi promovido este encontro de formação com a temática sobre as masculinidades, a fim de qualificar o trabalho das equipes com esse público-alvo, buscando prevenir as violências e, consequentemente, contribuir para a redução dos homicídios.

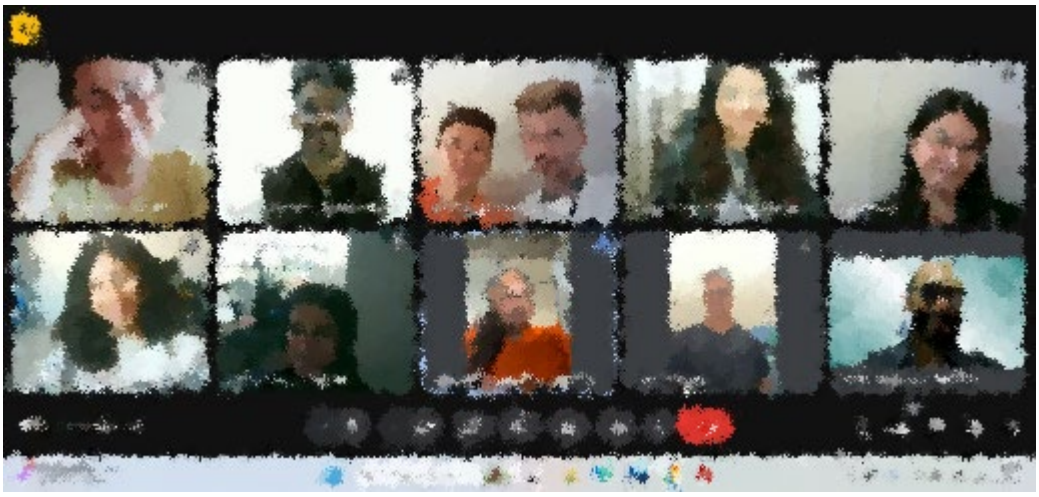
Ainda no campo da formação, ocorreram, neste trimestre, 5 (cinco) capacitações metodológicas sobre o PMC para os gestores sociais, com o objetivo de aprimorar a condução do trabalho junto às suas equipes. Nessas capacitações, foram abordadas as cinco frentes de atendimento do programa, a importância da articulação em rede nos territórios e foi apresentado o novo instrumental de monitoramento e análise das dinâmicas criminais.

Esse instrumental ficará sob responsabilidade da gestão social que, em conjunto com as equipes técnicas, deverá realizar uma análise das dinâmicas criminais, apresentando, a cada trimestre, os homicídios ocorridos nos territórios, qualificando-os por meio da identificação de fatores de risco, do mapeamento e da construção de planos de ação das equipes frente aos fenômenos de violência.

Em tempo, ele também busca responder ao cenário do ranking de homicídios e a crescente no contexto das dinâmicas criminais e na sociabilidade violenta nos territórios. O instrumento tem por objetivo qualificar a leitura e a atuação estratégica das equipes do Programa Mediação de Conflitos nos territórios, a partir da análise sistemática dos homicídios consumados e tentados ocorridos em suas áreas de abrangência, bem como de explorar os fatores de risco identificados nas regiões; suas zonas quentes e os fenômenos observados a partir delas, além do campo de planejamento que implica equipes e gestores a pensarem em estratégias metodológicas e práticas para a superação da manifestação dessas violências.



Em setembro, foi realizada a capacitação introdutória para analistas sociais e estagiários recém-chegados, abordando conceitos fundamentais, metodologias, uso de instrumentais e preenchimento de relatórios. Enfatizou-se a importância da qualidade e da responsabilidade na produção de dados e no cumprimento dos indicadores.



Importante destacar que, neste trimestre, houve a chegada de cinco novos gestores sociais, sendo dois destinados a novas implantações nos municípios de Teófilo Otoni e Governador Valadares. Nas UPCs do Morro Alto (Vespasiano), Morro das Pedras (Belo Horizonte) e Rosaneves e Justinópolis (Ribeirão das Neves), também chegaram novos gestores que ainda não haviam atuado na política de prevenção à criminalidade, sendo capacitados pelos supervisores, já na primeira semana, com foco na metodologia do programa e na transmissão de informações sobre as dinâmicas dos territórios.

O mesmo ocorreu nos municípios onde foram implantadas novas unidades: as gestoras recém-integradas à política foram capacitadas de forma intensiva pelos seus supervisores.

No município de Teófilo Otoni, está sendo inaugurada uma unidade de base territorial, trazendo novidade para as áreas do bairro Manoel Pimenta. Já em Governador Valadares, foi implantada a terceira unidade de base territorial, expandindo os serviços dos programas de base territorial para o bairro São Raimundo.

Foram realizadas duas viagens de supervisão aos municípios de Governador Valadares e Juiz de Fora, com o objetivo de realizar supervisões presenciais com as gestoras das unidades de base territorial. Em Governador Valadares, foi possível realizar uma visita da supervisão de prevenção ao novo território de atendimento no bairro São Raimundo, com circulação em toda a área de abrangência, que contempla os bairros São Raimundo, Vila Ipê, Vera Cruz, Atalaia e Azteca.

Também foram conduzidos três processos seletivos: dois para a função de analista social (em Teófilo Otoni e Governador Valadares) e um para a função de gestor social da unidade São Raimundo.

Em julho, teve continuidade o Comitê de Oficineiras do PMC, que se reúne com a diretoria, supervisores e a gerência de monitoramento do Instituto Elo com o objetivo de fortalecer a execução das oficinas do programa nos territórios e fomentar a participação social — em especial das mulheres atendidas — como estratégia de enfrentamento às violências.

Neste trimestre, também teve continuidade o trabalho das comissões do PMC:

- A Comissão Metodológica, composta por supervisores, diretoria, analistas, estagiários e gestores sociais, está finalizando a discussão sobre os atendimentos de demandas coletivas, como os atendimentos coletivos, ações de organização comunitária e projetos de prevenção, o que tem possibilitado a atualização conceitual em alinhamento com os princípios da segurança cidadã.

- A Comissão de Comunicação está finalizando a produção da revista Entre Meios, dedicada aos 20 anos do PMC, reunindo textos, poemas, fotografias e relatos das equipes de todos os territórios do estado.

Em setembro, nos dias 09 e 10, foi realizado o seminário de comemoração dos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos e dos 5 anos do Programa Selo Prevenção Minas. Ao longo desses dois dias, reuniram-se todos os atores do Estado envolvidos diretamente na execução dos programas: supervisores, gestores sociais, analistas sociais, estagiários, representantes estratégicos do Instituto Elo e da SUPEC (incluindo gerências e diretorias), bem como referências comunitárias, representantes da rede parceira e oficineiras do PMC da capital e da região metropolitana.

A proposta do seminário, além da comemoração, foi fortalecer os papéis de ambos os programas nos territórios e municípios, além de discutir temáticas transversais ao cotidiano de trabalho.

Por fim, destaca-se que o desafio de construir novos indicadores de impacto para o PMC foi exitoso. Foi possível apresentar à Fundação João Pinheiro novos meios de mensurar a efetividade do programa no que se refere à prevenção das violências nos territórios, antes que escalonem para a letalidade.

Os professores da Fundação, em conjunto com a diretoria, supervisores e a superintendência, chegaram a um denominador comum: esse novo indicador passará a integrar a contabilização oficial do programa a partir de 2026.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

O terceiro trimestre, correspondente ao 27º período avaliativo, evidencia o alcance das metas estipuladas para os indicadores **2.1** e **2.3**, ambos com desempenho acima das expectativas. Em contraposição, o indicador **2.2** atingiu **95%** da meta estabelecida.

A seguir, apresenta-se o descritivo das metas pactuadas no Contrato de Gestão nº 02/2019 e os quantitativos efetivamente alcançados no trimestre:

Tabela 6: Indicadores e Metas

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	3.160	3.466	**110%**
2.2	9.750	9.283	**95%**
2.3	89.775	100.742	**112%**

Os resultados apresentados estão diretamente relacionados ao desempenho das equipes técnicas, oficineiros e gestores sociais, atores fundamentais para a efetividade do trabalho desenvolvido nas áreas de abrangência do Programa Fica Vivo!, considerando o comprometimento com a atuação territorial. Destaca-se, ainda, a qualidade das estratégias construídas a partir das especificidades de cada território, norteadas por análises críticas e coletivas sob o acompanhamento e orientação da Supervisão de Prevenção à Criminalidade.

Durante o terceiro trimestre, que compreende os meses de julho, agosto e setembro, observou-se discreta oscilação no quantitativo de homicídios consumados, bem como a intensificação das violências em territórios que sofreram significativa reconfiguração de suas dinâmicas territoriais. Nos trimestres anteriores, verificou-se a ampliação da presença de facções nacionais, o que impactou diretamente as reconfigurações das organizações criminais locais, as regulações territoriais e, consequentemente, os índices de homicídios.

Além do acompanhamento sistemático voltado à análise da dinâmica social das violências e criminalidades, e das ações relacionadas ao eixo da proteção social, ressalta-se o empenho das equipes e gestores no processo de readequação dos espaços de oficinas existentes. Esse processo envolveu desligamentos, implantações e substituições de oficinas e oficineiros, bem como a redistribuição de vagas remanescentes ou não utilizadas em territórios que enfrentam dificuldades para implementar novas oficinas.

Compreende-se que tais limitações decorrem de diversos fatores, dentre eles: a ausência de proponentes; a intensificação das situações de violência que comprometem a segurança dos espaços e inviabilizam a implantação de oficinas; e a escassez de equipamentos parceiros capazes de disponibilizar locais adequados para o desenvolvimento das atividades. Esses elementos impactam diretamente o alcance das metas estabelecidas para o indicador 2.2.

Em contraponto às dificuldades encontradas na ampliação dos atendimentos em oficinas, destaca-se a construção de estratégias que potencializaram o alcance das metas pactuadas para o terceiro trimestre (27º período avaliativo). Nesse sentido, foi intensificada a articulação entre os eixos de Intervenção Estratégica e Proteção Social, explorando as possibilidades de construções coletivas voltadas à valorização das juventudes. Essas ações se consolidaram, especialmente, no espaço do GIE Vida, com a captação de recursos destinados à execução e ampliação de ações, projetos locais e projetos de circulação.

Ressalta-se que a integração entre os eixos do Programa Fica Vivo! amplia as modalidades de atendimento, qualifica a leitura territorial e fortalece a construção de ações voltadas à intervenção nos fenômenos da violência, contribuindo também para a prevenção de conflitos que podem culminar em homicídios.

Por fim, em relação às modalidades de atendimento, conforme apontado no 26º período avaliativo, mantêm-se em destaque os atendimentos individuais, realizados pelas equipes técnicas. Embora haja necessidade de avanço no quantitativo desses atendimentos, busca-se sua ampliação contínua, reconhecendo que sua efetividade está vinculada à relação de confiança estabelecida entre as equipes e as juventudes. Esses atendimentos envolvem processos subjetivos que atravessam a construção da identidade dos jovens atendidos, influenciando suas formas de ser e existir dentro e fora dos limites territoriais.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.120 •	• 3.466 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, • 3.466 • encontros de oficiais por mês. A meta estabelecida foi de • 3.120 •. Portanto, o Programa superou em 11% o estabelecido. Na tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas."

Tabela 7 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
CABANA	168	175	168	170
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	104	92	97	98
JARDIM FELICIDADE	120	107	106	111
JARDIM LEBLON	100	84	90	91
MINAS CAIXA	90	84	72	82
MORRO DAS PEDRAS	122	113	125	120
PPL	86	94	108	96
PRIMEIRO DE MAIO	93	84	88	88
RIBEIRO DE ABREU	135	115	113	121
SANTA LÚCIA	91	92	86	90
SERRA	137	129	144	137
TAQUARIL	126	124	170	140
VILA PINHO	94	100	100	98
CITROLÂNDIA	115	96	119	110
JARDIM DAS ALTEROSAS	51	53	68	57
JARDIM TERESÓPOLIS	113	91	105	103
PTB	101	91	92	95
ESTRELA D'ALVA	23	37	48	36
NOVA CONTAGEM	152	139	146	146

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
RESSACA	96	96	95	96
CARAPINA	91	75	78	81
TURMALINA	91	85	86	87
BOM JARDIM	82	77	86	82
OLAVO COSTA	108	108	115	110
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	132	117	126	125
JUSTINÓPOLIS	126	107	120	118
ROSANEVES	99	77	92	89
VENEZA	154	139	143	145
PALMITAL	142	104	91	112
VIA COLÉGIO	111	104	103	106
JARDIM CANAÃ	103	86	97	95
MORUMBI	109	108	117	111
MORRO ALTO	107	114	134	118
TOTAL	**3572**	**3297**	**3528**	3466

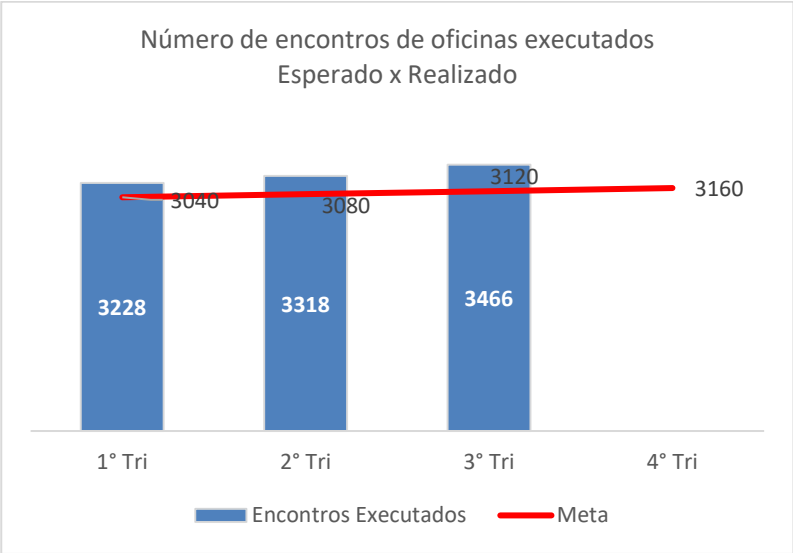


Gráfico 7: Perfomance do Indicador 2.1

Ressalta-se, como elemento fundamental para o alcance e a superação das metas estabelecidas, o comprometimento e engajamento dos oficineiros, das equipes técnicas e da gestão social, sob o acompanhamento da Supervisão de Prevenção.

Destacam-se, ainda, as estratégias construídas para viabilizar a execução das oficinas, considerando fatores relacionados à dinâmica social das violências e criminalidades, que, por vezes, impactam a realização dos encontros

A seguir destacamos os territórios e equipes que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
CABANA	168	175	168	511	170
NOVA CONTAGEM	152	139	146	437	146

Tabela 8: Número de encontro de oficinas

Cabana

A UPC Cabana apresentou desempenho expressivo quanto ao número de encontros de oficinas realizados no último trimestre, evidenciando a consolidação das ações metodológicas preconizadas pelo Programa Fica Vivo!

O alcance das metas estabelecidas decorre de um conjunto de fatores articulados, entre os quais se destacam: a estruturação e estabilidade do grupo de oficineiros; o investimento sistemático da equipe técnica no acompanhamento, orientação e suporte contínuo ao grupo; bem como o alinhamento permanente entre gestão, equipe técnica e oficineiros na construção de estratégias que assegurem a regularidade e a qualidade dos espaços de oficina, inclusive no que se refere às reposições e aos ajustes de cronograma.

Adicionalmente, o número expressivo de oficinas (17 oficinas ativas) e a implantação de novas oficinas, pautada na qualificação e análise das demandas manifestadas pelas juventudes do território, demonstram a capacidade da unidade de se adaptar às dinâmicas locais e de fortalecer o protagonismo juvenil, eixo central da metodologia do Programa.

Esses elementos, em conjunto, refletem a efetividade das ações de prevenção e a coerência entre planejamento, execução e resultados, contribuindo de forma significativa para o alcance e a manutenção das metas estabelecidas.

Figura 6: Oficinas na UPC Cabana

Nova Contagem

A UPC Nova Contagem mantém, atualmente, 17 oficinas ativas e um grupo composto por 16 oficineiros. A estabilidade observada no número de encontros realizados, aliada à coesão do grupo de oficineiros e aos vínculos consistentes com o Programa Fica Vivo! e com a equipe técnica, configura-se como um fator determinante para o alcance das metas estabelecidas e para o desempenho expressivo desse indicador.

A equipe técnica, em articulação com a gestão social, tem promovido encontros mensais voltados à construção individual e coletiva de estratégias que assegurem a qualidade dos espaços de oficina e ampliem a mobilização e o engajamento juvenil. Esse processo de planejamento participativo tem favorecido o aprimoramento metodológico das ações, contribuindo para tornar os espaços de oficina mais atrativos e alinhados às demandas das juventudes locais.

O desempenho positivo verificado no período avaliativo reflete um trabalho contínuo, pautado na coerência metodológica e na atuação comprometida da equipe técnica e dos oficineiros. Destaca-se, ainda, que a equipe é composta por profissionais experientes, com apropriação metodológica sólida e forte vínculo junto ao grupo de oficineiros e às juventudes do território.

Figura 7: Oficinas na UPC Nova Contagem

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
JARDIM DAS ALTEROSAS	51	53	68	172	57
TURMALINA	91	85	86	262	87

Tabela 9: Número de encontro de oficinas

Jardim das Alterosas

A UPC Jardim das Alterosas apresenta um cenário que não favorece o alcance das metas pactuadas, em razão da redução significativa do número de oficinas em desenvolvimento, especialmente devido ao encerramento de quatro delas.

Cabe ressaltar que os desligamentos ocorreram por solicitação dos próprios oficineiros, motivados por razões diversas — desde a compreensão de conclusão do ciclo junto ao Programa até questões de organização pessoal.

Em resposta às recomendações apontadas no 26º período avaliativo, a equipe técnica, em conjunto com a gestão social e sob acompanhamento da Supervisão de Prevenção, tem investido na qualificação das demandas que dialoguem com as demandas das juventudes do território.

Além desse processo de qualificação, fez-se necessário compreender de maneira mais ampla a organização territorial, identificando quais espaços são ocupados pelas juventudes e as possibilidades de implantação de oficinas mais assertivas, alinhadas às dinâmicas locais e às potencialidades comunitárias.

Turmalina

Assim como a UPC Jardim das Alterosas, a UPC Turmalina apresentou resultados aquém do esperado no indicador 2.1. As dificuldades de alcance podem ser atribuídas à atual conjuntura do território e suas especificidades direcionadas à dinâmica social, à reconfiguração do quadro de oficinas e às solicitações de desligamento e afastamento de oficineiros.

Atualmente, a UPC Turmalina apresenta um quadro reduzido de oficinas, o que impacta diretamente o quantitativo de encontros realizados. Considerando as recomendações apresentadas no 26º período avaliativo, a equipe técnica, em acompanhamento à gestão social, realizou o mapeamento de equipamentos e espaços adequados para a implantação de novas oficinas, em substituição às atividades atualmente suspensas e/ou desligadas.

Ressalta-se que, como encaminhamento, faz-se necessário construir, conjuntamente com a gestão e a equipe técnica, estratégias que favoreçam a identificação de novos proponentes e a qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes, considerando a necessidade de maior assertividade na implantação das oficinas.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 9.750 •	• 9.283 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2025 a 30/09/2025 foram atendidos em média • 9.283 • jovens nas oficinas em execução até setembro de 2025, sendo a meta de • 9.750 • alcançando 95,2% da meta estipulada para o Programa.

Tabela 10 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
CABANA	425	417	466	436
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	269	268	261	266
JARDIM FELICIDADE	273	243	240	252
JARDIM LEBLON	304	311	308	308
MINAS CAIXA	310	252	259	274
MORRO DAS PEDRAS	288	267	265	273
PPL	260	278	259	266
PRIMEIRO DE MAIO	256	261	267	261
RIBEIRO DE ABREU	217	207	235	220
SANTA LÚCIA	210	184	205	200
SERRA	345	363	365	358
TAQUARIL	294	291	310	298
VILA PINHO	243	230	237	237
CITROLÂNDIA	252	231	296	260
JARDIM DAS ALTEROSAS	112	115	108	112
JARDIM TERESÓPOLIS	324	324	316	321
PTB	232	231	250	238
ESTRELA D'ALVA	94	104	110	103
NOVA CONTAGEM	339	335	339	338
RESSACA	235	239	277	250
CARAPINA	210	201	204	205
TURMALINA	252	265	261	259
BOM JARDIM	280	289	345	305
OLAVO COSTA	305	310	305	307
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	303	311	319	311
JUSTINÓPOLIS	310	272	275	286

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
ROSANEVES	277	256	285	273
VENEZA	409	390	390	396
PALMITAL	381	305	272	319
VIA COLÉGIO	328	356	343	342
JARDIM CANAÃ	314	297	312	308
MORUMBI	323	219	304	282
MORRO ALTO	370	385	511	422
TOTAL	**9344**	**9007**	**9499**	9283

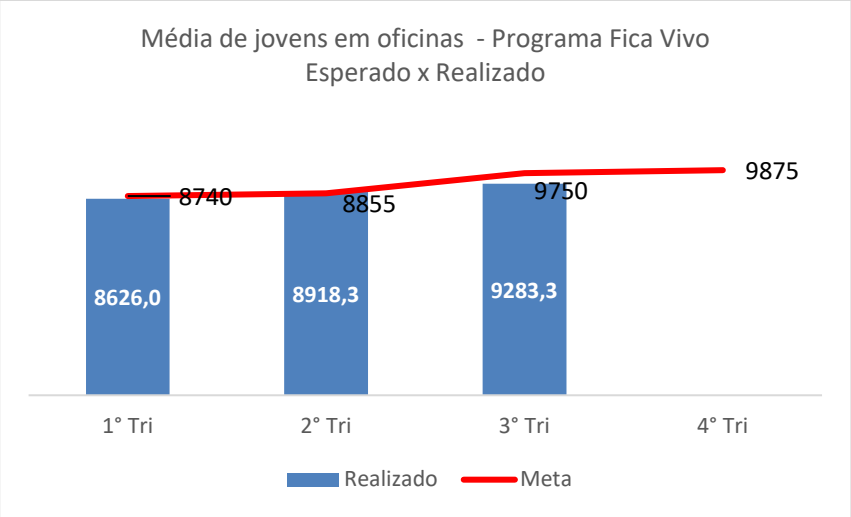


Gráfico 8: Indicador 2.2

Tendo em vista o explicitado na introdução geral, bem como o apresentado no relatório do 26º Período Avaliativo, o indicador 2.2 apresentou desempenho aquém do esperado para o trimestre, considerando os investimentos direcionados às reconfigurações e à readequação do teto de oficinas estipulado para cada território, a partir das especificidades e potencialidades identificadas.

Em atendimento às solicitações apresentadas na análise do relatório gerencial referente ao 26º Período Avaliatório, compreende-se a necessidade de examinar os impactos decorrentes das alterações territoriais desencadeadas pela intensificação das violências e criminalidades.

Nos meses de julho, agosto e setembro, observou-se relativa interferência e alterações na dinâmica de alguns territórios de atuação do Programa Fica Vivo!, em função da entrada de facções nacionais. Essa conjuntura implicou restrições de circulação, intensificação da regulação territorial e aumento das violências como forma de controle, especialmente no que se refere à comercialização de entorpecentes e, em alguns casos, ao crescimento dos homicídios consumados, em decorrência da reorganização dos grupos atuantes e de possíveis filiações a novas lideranças

A seguir destacamos os territórios e equipes que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
CABANA	425	417	466	1308	436
MORRO ALTO	370	385	511	1622	422

Tabela 11: Média mensal de jovens atendidos em oficinas

Cabana

No que se refere ao desempenho destacado da UPC Cabana no Indicador 2.2, observa-se a confluência de fatores estruturais e metodológicos que contribuíram para a consolidação dos resultados alcançados.

Em primeiro plano, destaca-se a atuação do grupo de oficineiros, cuja trajetória consolidada no território, aliada à experiência acumulada e à vinculação positiva junto às juventudes locais, tem se configurado como elemento determinante para a permanência e a participação efetiva dos jovens nas atividades propostas. Essa relação de confiança e reconhecimento social reforça o papel das oficinas como espaços legítimos de convivência, expressão e protagonismo juvenil, conforme preconiza a metodologia do Programa Fica Vivo!.

Outro aspecto relevante refere-se à natureza das oficinas ofertadas no território, que se consolidaram como espaços privilegiados de socialização e lazer, exercendo papel central na rotina da juventude local.

Por fim, evidencia-se o papel estratégico do acompanhamento técnico contínuo realizado pela equipe, que, em consonância com as diretrizes metodológicas, mantém monitoramento sistemático dos índices de participação, intervindo de forma ágil e orientada sempre que identificadas oscilações na frequência. Essa prática tem se mostrado fundamental para a manutenção de um padrão elevado de engajamento juvenil e para a consolidação dos resultados positivos observados.

Morro Alto

O Programa Fica Vivo! no território do Morro Alto mantém atualmente um quadro composto por 14 oficinas ativas, sendo 9 de caráter esportivo, 3 voltadas para a arte e cultura e 1 na área da beleza. A predominância das oficinas esportivas reflete a escuta qualificada e o reconhecimento das demandas apresentadas pelas juventudes locais.

O desempenho positivo do território em relação ao Indicador 2.2 os está diretamente relacionado à capacidade de resposta do Programa às demandas específicas das juventudes, bem como ao comprometimento e à atuação qualificada do grupo de oficineiros, grupo este dedicado às demandas dos jovens e ao cumprimento das diretrizes metodológicas do Programa. A dedicação desses profissionais tem favorecido tanto o acesso quanto a permanência dos jovens nos espaços de oficina, fortalecendo o vínculo com o Programa e contribuindo para a consolidação de trajetórias de socialização e pertencimento comunitário.

Contudo, cabe destacar, que a equipe técnica identifica desafios na consolidação de vínculos mais consistentes com as juventudes, em função do aquecimento da dinâmica criminal em determinados microterritórios da área de abrangência da UPC. Diante disso, têm sido implementadas estratégias de fortalecimento comunitário, como o desenvolvimento de projetos locais e ações de circulação territorial, buscando ampliar o alcance e a efetividade das ações preventivas, promovendo maior inserção dos jovens em atividades coletivas e de promoção da cultura de paz.

Figura 8: Oficinas na UPC Morro Alto

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA DALVA	94	104	110	308	103
JARDIM DAS ALTEROSAS	112	115	108	335	112

Tabela 12: Média Mensal de Jovens Atendidos em Oficinas

Estrela D'Alva

A UPC Estrela D'Alva apresentou resultados condizentes com o processo de implantação recente, considerando a implementação de oficinas, a qualificação da leitura territorial, a identificação de parceiros e proponentes e a construção de vínculos junto às juventudes e à comunidade. Cabe ressaltar que a unidade conta com um quadro de oficinas em construção, visto a necessidade de compreensão e qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes, bem como a definição de espaços estratégicos para o desenvolvimento das atividades.

Atualmente, o território Estrela D'Alva possui 6 oficinas ativas, que se apresentam de maneira bastante significativa e, de fato, favorecem e fortalecem o acesso da equipe ao território e às juventudes, contribuindo para a ampliação dos atendimentos.

Destaca-se, ainda, a condução estratégica, cuidadosa e propositiva realizada pela equipe técnica, que se mostra disponível para a construção de intervenções, projetos locais e de circulação. Essa disponibilidade tem pautado a consolidação de vínculos e a realização de atendimentos que extrapolam os espaços das oficinas, como atendimentos individuais e/ou coletivos.

Considerando todos os elementos apresentados, acredita-se que, nos próximos períodos avaliativos, será possível avançar significativamente na ampliação dos atendimentos e na capilaridade do Programa Fica Vivo! no território.

Figura 9: Oficina na UPC Estrela Dalva

Jardim das Alterosas

Considerando o atual cenário do território Jardim das Alterosas, o resultado aquém no Indicador 2.2 corresponde diretamente ao Indicador 2.1, em razão da ausência de espaços de oficinas em execução e das limitações relacionadas à sua implementação.

Como estratégia para o alcance das metas pactuadas, e em consonância com os apontamentos referentes ao 26º Período Avaliativo, a gestão social, em conjunto com a equipe técnica, tem pautado a necessidade de investimento no processo de qualificação da análise territorial, na identificação das demandas apresentadas pelas juventudes e na busca por proponentes que compreendam a atuação do Programa Fica Vivo! no território.

A perspectiva de novas implementações e da substituição das oficinas encerradas está diretamente vinculada ao alcance do Indicador 2.2, tendo em vista a ampliação dos atendimentos.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 89.775 •	• 100.742 •
Descrição do Indicador	
O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos. 2. Atendimentos Coletivos: 1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial. 2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens. 3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. 4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 100.742 •, sendo a meta de • 89.775 • superada em 12%.

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	2947	499	436	800	4682
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1772	356	332	339	2799
JARDIM FELICIDADE	2189	399	315	564	3467
JARDIM LEBLON	1889	332	340	337	2898
MINAS CAIXA	2120	362	276	280	3038
MORRO DAS PEDRAS	1561	305	301	265	2432
PEDREIRA PRADO LOPES	2115	350	447	290	3202
PRIMEIRO DE MAIO	1579	298	274	318	2469
RIBEIRO DE ABREU	1410	318	241	351	2320

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
SANTA LÚCIA	1528	257	310	248	2343
SERRA	2155	351	383	390	3279
TAQUARIL	2115	370	308	338	3131
VILA PINHO	1586	336	323	350	2595
CITROLÂNDIA	2005	359	405	382	3151
JARDIM DAS ALTEROSAS	1484	154	166	177	1981
JARDIM TERESÓPOLIS	1866	354	400	374	2994
PTB	1491	311	338	322	2462
ESTRELA D'ALVA	48	104	129	124	405
NOVA CONTAGEM	2228	486	359	388	3461
RESSACA	1327	299	441	677	2744
CARAPINA	1440	241	282	269	2232
TURMALINA	1689	328	403	341	2761
BOM JARDIM	1822	455	342	389	3008
OLAVO COSTA	2282	432	407	420	3541
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	2644	466	585	614	4309
JUSTINÓPOLIS	2304	369	350	328	3351
ROSANEVES	2234	477	326	401	3438
VENEZA	3472	553	485	424	4934
PALMITAL	2700	421	353	327	3801
VIA COLÉGIO	2195	535	376	355	3461
JARDIM CANAÃ	1867	472	354	372	3065
MORUMBI	2063	379	342	427	3211
MORRO ALTO	2419	409	399	550	3777
TOTAL	**64546**	**12137**	**11528**	**12531**	**100742**

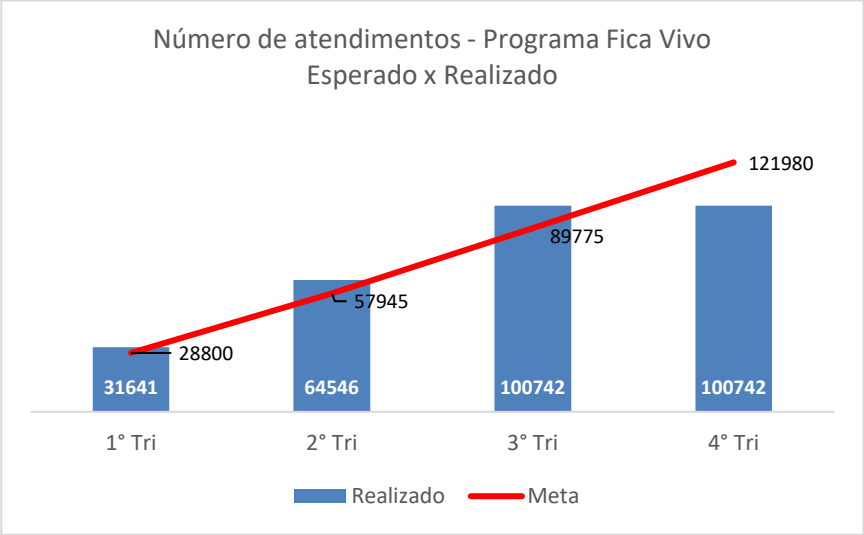


Gráfico 9: Performance do Indicador 2.3

Na análise do indicador 2.3, verifica-se que o desempenho superou as expectativas. Esse resultado está alinhado à efetividade das modalidades de atendimento desenvolvidas pelo Programa Fica Vivo!. Tal desempenho ocorre em razão dos atendimentos que extrapolam os espaços das oficinas, abrangendo também projetos locais e de circulação, além de atendimentos individuais e coletivos.

A seguir destacamos os territórios e equipes que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

Tabela 14: Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
CABANA	499	436	800	1735	578
VENEZA	553	485	424	1462	487

Cabana

Assim como nos indicadores 2.1 e 2.2, a UPC Cabana se destacou de maneira significativa no indicador 2.3. Cabe ressaltar que esse alcance vem de um crescente desde o primeiro trimestre deste ano. Esse desempenho expressivo é resultado de alguns fatores como: quantitativo de oficinas, realização de ações e projetos junto as juventudes do território, grupo de oficineiros experiente e engajado e equipe técnica criativa, propositiva e proativa.

Como já citado anteriormente, a UPC conta atualmente com 17 oficinas ativas, em sua maioria (12) de esportes e com uma média elevada e estável de jovens participantes, média de 30 jovens em cada. Tal desempenho evidencia a capacidade da em assegurar continuidade e engajamento das juventudes nas ações propostas pelo programa.

Para além, destaca-se a promoção e realização de projetos locais e de circulação que alcançam mensalmente um número significativo de jovens. No último trimestre foram realizados 10 projetos (local e de circulação) com a participação de um total de 371 jovens. A equipe técnica juntamente com o grupo de oficineiros vem demonstrando muita criatividade e proatividade no desenvolver dessas ações/ projetos.

Outra frente que vem sendo cuidada e contribuído para o alcance desse indicador são os atendimentos individuais, que neste último trimestre somam um total de 54 atendimentos. Esse cuidado e investimento nas diversas frentes de atendimento do programa tem possibilitado ao público um maior acolhimento, escuta qualificada e fortalecimento de vínculos.

De modo geral, o desempenho da UPC Cabana no indicador 2.3 evidencia a consolidação de uma prática integrada, pautada pela escuta ativa, pela territorialidade e pela articulação de diferentes dimensões de atendimento, individual, coletivo e comunitário, resultando em maior capilaridade e impacto social das ações preventivas propostas pelo programa.

Veneza

A UPC Veneza vem mantendo um desempenho consistente no alcance das metas estabelecidas, com destaque para o indicador 2.3 conforme demonstra os dados na tabela. O resultado positivo alcançado está diretamente relacionado à articulação eficiente entre equipe técnica, o grupo de oficineiros e as juventudes dos territórios.

No período analisado, observa-se a execução de projetos locais e de circulação, os quais ampliaram o alcance do Programa, fortalecendo o vínculo com as juventudes e com a comunidade, princípio basilar da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Tais iniciativas potencializam a dimensão territorial do Programa, estimulando o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade social do público atendido.

Adicionalmente, a equipe técnica do Veneza demonstra desempenho consistente na realização de atendimentos individuais, indicador da efetividade do vínculo estabelecido entre profissionais e jovens. Esse aspecto é central na metodologia do Fica Vivo!, na medida em que a escuta, o acolhimento e o acompanhamento sistemático configuram estratégias de prevenção primária, orientadas ao fortalecimento de trajetórias de vida positivas e à redução de situações de risco.

Dessa forma, o desempenho da UPC Veneza no indicador 2.3 reflete a integração entre planejamento técnico, engajamento comunitário e efetivação das diretrizes metodológicas do Programa, consolidando sua imagem como referência de atuação territorial qualificada e promotora de vínculos sociais positivos.

Abaixo algumas ações e projetos desenvolvidos ao longo do último trimestre que corroboram com a análise realizada acima.

Tabela 15: Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA DALVA	104	129	124	357	119
JARDIM DAS ALTEROSAS	154	166	177	497	166

Estrela D'Alva

Como mencionado nos indicadores 2.1 e 2.2, a UPC Estrela D'Alva apresentou resultados condizentes com o processo de implantação recente, considerando a implementação de oficinas, a qualificação da leitura territorial, a identificação de parceiros e proponentes, e a construção de vínculos com as juventudes e comunidades. Como estratégias de avanço e de alcance das metas pactuadas, a equipe, em alinhamento e sob orientação da gestão social, tem direcionado esforços para a construção e execução de projetos locais e de circulação.

Figura 10: Oficina na UPC Estrela DAlva

Jardim das Alterosas

Em relação ao resultado aquém no **indicador 2.3**, ressaltamos o que já foi mencionado nas análises anteriores, o que corresponde ao cenário atual do território da UPC **Jardim das Alterosas**, bem como às dificuldades encontradas para o alcance dos indicadores **2.1** e **2.2**.

A ausência de oficinas ativas no território impacta diretamente na realização dos atendimentos, mesmo aqueles que ocorrem além dos espaços das oficinas.

Embora não tenha sido possível atingir a meta estabelecida, a equipe, em acompanhamento com a gestão social, direciona esforços para a qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes e para a construção de **projetos locais e de circulação**, visando à execução a partir da articulação entre os eixos do **Programa Fica Vivo!**, conforme mencionado na introdução geral.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 497 •	• 533 •
Descrição do Indicador	
Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS. Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica: 1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizadas cumulativamente • 533 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era • 497 • foi realizado 107,2% do esperado, ou seja, 7,2% além da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 16: Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	26º PA	JULHO			AGOSTO			SETEMBRO			TOTAL
		GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	10	1	0	1	1	1	0	1	1	1	17
CONJUNTO ESPERANÇA/ VILA CEMIG	10	1	0	1	1	1	0	1	1	1	17
JARDIM FELICIDADE	9	1	0	0	1	1	1	1	0	0	14
JARDIM LEBLON	9	1	0	0	1	0	0	1	0	1	13
MINAS CAIXA	9	1	0	0	1	0	0	1	0	1	13
MORRO DAS PEDRAS	22	0	1	0	0	1	1	2	2	1	30

UPC	26º PA	JULHO			AGOSTO			SETEMBRO			TOTAL
		GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
PEDREIRA PRADO LOPES	12	1	1	1	1	0	0	1	1	1	19
PRIMEIRO DE MAIO	9	1	0	0	1	1	1	1	0	0	14
RIBEIRO DE ABREU	22	1	0	0	1	1	1	1	0	0	27
SANTA LÚCIA	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
SERRA	8	1	1	1	1	0	0	1	1	1	15
TAQUARIL	11	1	1	1	1	0	0	1	1	1	18
VILA PINHO	10	1	0	1	1	1	0	1	1	1	17
CITROLÂNDIA	10	1	0	1	1	1	0	0	0	0	14
JARDIM DAS ALTEROSAS	11	1	0	1	1	1	0	1	0	0	16
JARDIM TERESÓPOLIS	10	1	0	1	1	1	0	1	0	0	15
PTB	11	1	0	1	1	1	0	1	0	0	16
ESTRELA D'ALVA	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
NOVA CONTAGEM	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
RESSACA	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
CARAPINA	11	1	0	0	1	1	1	1	0	0	16
TURMALINA	10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	15
BOM JARDIM	11	1	0	0	1	1	1	1	0	0	16
OLAVO COSTA	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	7	1	0	1	1	0	0	1	1	1	13
JUSTINÓPOLIS	12	1	0	0	1	1	1	1	0	0	17
ROSANEVES	12	1	0	0	1	1	1	1	0	0	17
VENEZA	12	1	0	0	1	1	1	0	0	0	16
PALMITAL	7	0	0	0	0	0	0	0	1	1	9
VIA COLÉGIO	11	0	0	0	0	0	0	0	1	1	13
JARDIM CANAÃ	10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	15
MORUMBI	10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	15
MORRO ALTO	12	0	0	0	1	1	0	1	0	0	15
TOTAL	**354**	**29**	**9**	**16**	**30**	**20**	**12**	**30**	**16**	**17**	**533**

No 27° período avaliatório do Contrato de Gestão, que compreende os meses de julho, agosto e setembro, foram realizadas **89 (oitenta e nove) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR**, em contraposição a 13 (treze) justificativas apresentadas para a não realização dos encontros. Atualmente, existem 33 unidades de base territorial implantadas. Destaca-se que o número de reuniões entre as UPCs e o GEPAR é superior ao número de unidades, em razão de alguns territórios serem atendidos por mais de uma CIA da PMMG ou, ainda, por mais de um BPMMG. Em função dessas singularidades, considera-se que o total de encontros pode variar entre 33 e 36 reuniões mensais realizadas.

Ressalta-se, também, a possibilidade de realização de reuniões extraordinárias, além daquelas estabelecidas mensalmente, que podem ocorrer de forma pontual em virtude do aquecimento da dinâmica criminal ou da necessidade de alinhamentos para manutenção da parceria.

A seguir, apresentam-se as informações referentes à quantidade de atas produzidas a partir das reuniões realizadas pela Gestão Social de cada Unidade de Prevenção de Base Territorial com o GEPAR.

Dessa forma, no mês de julho foram produzidas 29 (vinte e nove) atas, em contraposição a 5 (cinco) justificativas para a não realização das reuniões. As justificativas apresentadas foram as seguintes:

- Morro das Pedras e Ventosa – não houve reuniões nesses territórios em razão da ausência de referência da Gestão Social;
- Morro Alto (UPC) – não foi realizada reunião com o GEPAR em virtude da ausência de referência da Gestão Social;
- Via Colégio – a reunião com o GEPAR não ocorreu devido a conflitos de agenda;
- Palmital – a reunião com o GEPAR deixou de ser realizada também em função de conflitos de agenda.

No mês de agosto foram produzidas 30 (trinta) atas, em contraposição a 4 (quatro) justificativas para a não realização das reuniões. As justificativas apresentadas foram as seguintes:

- Morro das Pedras e Ventosa – as reuniões foram realizadas pela Gestão Social e pelos respectivos comandantes, porém sem a presença da equipe do GEPAR, não contemplando o modelo previsto para contabilização do indicador;
- Via Colégio e Palmital – não houve reuniões com o GEPAR em razão da ausência de tenente e da impossibilidade de conciliação de agendas.

No mês de setembro foram produzidas 30 (trinta) atas, em contraposição a 4 (quatro) justificativas. As justificativas apresentadas foram:

- Veneza – não houve reunião com o GEPAR em decorrência da licença-maternidade da referência da Gestão Social;
- Citrolândia – não foi possível realizar reunião com o GEPAR em virtude da dificuldade de conciliar agendas, do número reduzido de dias disponíveis em função do período de férias da Gestão Social e, ainda, pelo fato de a escala de trabalho do comandante do GEPAR ocorrer no turno noturno;
- Via Colégio e Palmital – não houve reuniões com o GEPAR devido à ausência de tenente e à impossibilidade de conciliação de agendas.

Importa destacar que, conforme já mencionado no 26º Período Avaliatório, a UPC Ribeiro de Abreu deixou de realizar reuniões com a 18ª CIA PMMG do 23º BPM desde que o território da CBTU foi retirado de sua área de abrangência. Nesse contexto, o território da CBTU não é mais contabilizado.

Quanto às reuniões preparatórias para o encontro do GIE, ação de Intervenção Estratégica que compõe este indicador, estas consistem na discussão prévia entre a Gerência de Intervenção Estratégica e a Gestão Social. Nesse momento, os atores envolvidos realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do Grupo de Intervenção Estratégica, identificando os principais desafios enfrentados em cada território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades.

As reuniões preparatórias, em geral, ocorrem no dia que antecede o encontro do GIE. Importa destacar que os encontros do GIE, destinados à discussão sobre os territórios, acontecem bimestralmente; logo, as reuniões preparatórias seguem a mesma periodicidade, antecedendo tais encontros.

No período correspondente ao 27º Período Avaliatório, ocorreram **45 (quarenta e cinco)** Reuniões Preparatórias para o GIE (RPGIE), sendo 16 (dezesseis) realizadas em julho, 12 (doze) em agosto e 17 (dezessete) em setembro.

Conforme já comunicado no 26º Período Avaliatório, os Supervisores de Prevenção assumiram, junto aos Gestores Sociais, a condução das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica.

A última ação que compõem este indicador é a presença da gestão no grupo de intervenções estratégicas – GIE. Este é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, entre eles: representantes das delegacias de homicídios, comandantes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros.

Inserido no eixo "Intervenção Estratégica" do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa.

Em julho, foram realizados 05 (cinco) encontros previstos em BH, RMBH e interior. A gestão esteve presente na discussão de 09 (nove) territórios, e ausentes na discussão de 03 (três) territórios, sendo esses: Santos Reis, Palmital, Via Colégio os motivos de ausências foram "atestado médico" e férias da Gestão Social que responde pelas duas unidades em questão. Os territórios com participação da gestão social foram: Morro das Pedras, PPL, Santa Lúcia, Serra, Taquaril, Estrela Dalva, Nova Contagem, Ressaca e Olavo Costa.

Em agosto, foram realizados os 08 (oito) encontros previstos a serem realizados em BH, RMBH e interior, com a gestão esteve presente na discussão de 20 (vinte) territórios, e ausentes na discussão de 02 (dois) território, sendo esse: Minas Caixa, Jardim Leblon. Os territórios com participação da gestão social foram: Citrolândia, Jardim

Teresópolis, PTB, Jardim das Alterosas, Ribeiro de Abreu, Primeiro de Maio, Jardim Felicidade, Veneza, Justinópolis, Rosaneves, Jardim Canaã, Morumbi, Morro Alto, Conj. Esperança/Vila Cemig, Vila Pinho, Cabana, Ventosa, Turmalina, Carapina, Bom Jardim/Esperança.

Já no mês de setembro, foram realizados 07 (sete) encontros com a discussão de 16 (dezesseis) territórios. Os territórios que estiveram representados foram: Santa Lúcia, Serra, Morro das Pedras, PPL, Taquaril, Olavo Costa, Palmital, Via Colégio, Santos Reis, Vila Cemig, Vila Pinho, Cabana, Ventosa, Estrela Dalva, Ressaca e Nova Contagem. Destaca-se que no dia 30/09 ocorreu o GIE Vida em Teófilo Otoni com a presença da nova gestora da base territorial UPC, porém, essa participação não será contabilizada no 27ª PA, porque a UPC não estava formalmente inaugurada.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Contextualização Geral dos Indicadores:

O relatório apresentado propõe analisar o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019 e, diante disso, faz-se necessário o registro do cenário e dos eventos que influenciaram na execução do Programa CEAPA no 27° Período Avaliatório.

Antes de tecer as análises sobre o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019, faz-se necessário o registro do cenário e das circunstâncias que, de maneira direta ou não, influenciaram na execução do Programa CEAPA neste terceiro trimestre de 2025.

De forma preliminar, destaca-se que especialmente em julho houve importante contribuição da Supervisão de Prevenção no trabalho junto à SUPEC de revisão e qualificação dos indicadores existentes, visando a entrega da demanda de construção de indicador de impacto. Para tanto, nesse mês foram feitas agendas com a SUPEC e com a Fundação João Pinheiro e, assim, foram validadas novas perspectivas relacionadas aos 4 indicadores do Programa para 2026.

Também nesse período avaliatório, a partir do mês de agosto houve reconfiguração da Diretoria do Programa, com a chegada da diretora e do gerente que serão responsáveis pela pauta das alternativas penais dentro da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Assim, durante o referido trimestre, as pautas institucionais que passaram a ser acompanhadas pela Superintendência desde maio, estão sendo dialogadas diretamente com esses atores.

Outro destaque importante, já contextualizado no relatório anterior, foi o início das operações de implantação do Sistema do Programa. O software foi inserido primeiramente em formato piloto, na Central de Santa Luzia, e até o final de setembro outras 4 Centrais já haviam passado pela transformação digital. Foi construído cronograma de implantação para as demais Unidades e planeja-se que todas as 20 estejam inseridas nessa lógica moderna até meados de 2026. É importante ressaltar que no dia 20/08 houve capacitação da equipe técnica, Técnicos Administrativos e Gestão Social, juntamente com a Sydle/Levty - empresa desenvolvedora do sistema. Salienta-se que nos meses subsequentes os ajustes finos do software ainda serão desenvolvidos para que seus recursos sejam utilizados à máxima potência, agilizando os processos internos e possibilitando maior segurança das informações.

Somado a isso, no mês de setembro ocorreu a importante entrega da versão atualizada do Manual CEAPA, instrumento imprescindível para orientações técnico-procedimentais que estava obsoleto desde 2014. A Supervisão de Prevenção se dedicou intensamente à produção do documento enquanto manejava as demais frentes de trabalho do seu escopo de atuação, o que foi desafiador diante do prazo e da complexidade metodológica deste Programa. É fundamental ressaltar que essa também é uma entrega pactuada no plano de ação construído após a auditoria da CEAPA e acompanhado pelo Estado por meio de órgãos controladores.

Além disso, é significativo mencionar que no mês de setembro houve mais uma contribuição a nível nacional da Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade do Programa CEAPA no III Seminário Nacional de Alternativas Penais organizado pela SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública), realizado em Salvador/BA. Além da presença no evento e absorção das práticas executadas em diversos estados e âmbitos, a supervisora palestrou na mesa "Interdisciplinaridade: o papel das equipes no processo de responsabilização penal e articulação de rede" apresentando o formato executado pelo Programa, via OS, cuja repercussão foi bastante positiva para os demais estados, bem como para a política nacional de alternativas penais.

No que diz respeito à atuação técnica, nos meses de agosto e setembro foram desenvolvidas ações atinentes ao "agosto lilás" - movimento nacional de conscientização e combate à violência contra a mulher - e ao "setembro amarelo" - campanha brasileira de prevenção ao suicídio com destaque para ações no trânsito. As equipes técnicas participaram de agendas assertivas atreladas a esses calendários, somando esforços para a visibilidade nacional dessas pautas, e construíram ações específicas dentro das temáticas. Nesse sentido, é fundamental ressaltar que tais pautas estão entrelaçadas com a execução do Programa por perpassarem aspectos do público e do campo das alternativas penais.

Por fim, frisa-se que no referido trimestre foram executados diversos espaços de capacitação, tanto aqueles exclusivos para os gestores sociais, quanto os espaços voltados para a qualificação técnico-metodológico da equipe e

gestão. Com os gestores sociais, as agendas de formação de julho e agosto foram Repercussão Prática das capacitações, partes I e II, que objetivaram consolidar as orientações emanadas nas capacitações realizadas mensalmente na prática do trabalho nas Centrais. Para os cargos gerenciais, em agosto houve capacitação sobre o Plano Preparatório para implantação do Sistema, para que esses atores acompanhem e orientem as equipes nesse processo importante, além de, eles próprios, assimilarem o uso do software. Em relação às capacitações técnicas, houve capacitação sobre o Sistema CEAPA, bem como Capacitação Introdutória para os profissionais recém contratados e para aqueles que os gestores avaliaram a necessidade de revisão do método básico. Frisa-se que a agenda dos espaços formativos segue mensal até o final do ano, conforme planejamento.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 68.544 •	• 74.072 •
Descrição do Indicador	
Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA: 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais; 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais; 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença; 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença; 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizados cumulativamente • 74.072 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 68.544 •, o programa superou a meta em 8%. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 17 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	1207	252	238	255	1952
BARBACENA	2219	427	384	320	3350
BELO HORIZONTE	10060	2049	1729	1994	15832
BETIM	3172	520	535	550	4777
CONTAGEM	4864	877	926	912	7579
CURVELO	1096	186	183	221	1686
DIVINOPOLIS	1410	298	176	182	2066
GOVERNADOR VALADARES	1496	255	179	148	2078
IBIRITE	1690	298	280	184	2452
IPATINGA	1921	335	285	391	2932
JUIZ DE FORA	2506	465	500	459	3930
MONTES CLAROS	1820	306	293	344	2763
POUSO ALEGRE	445	212	221	243	1121
R. DAS NEVES	2380	443	405	301	3529
SANTA LUZIA	1319	338	265	309	2231
SETE LAGOAS	1464	323	332	359	2478
UBERABA	1958	308	320	442	3028
UBERLÂNDIA	3222	676	723	855	5476
VARGINHA	1854	319	415	392	2980

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
VESPASIANO	1114	275	214	229	1832
TOTAL	**47217**	**9162**	**8603**	**9090**	**74072**

Ao analisar os resultados da execução das modalidades de atendimento que compõem o indicador 4.1 do Contrato de Gestão 002/2019, verifica-se que a meta trimestral de 23.184 atendimentos foi atingida, com superação, vez que o número alcançado foi de 26.855. Ressalta-se que o volume executado indica crescimento consistente em relação aos períodos anteriores, evidenciando a solidez das ações implementadas e a continuidade do investimento em uma das frentes mais estratégicas do Programa, uma vez que tais atendimentos constituem a materialização do acompanhamento às pessoas no cumprimento da PSC, mas também são o efetivo cumprimento de alternativas penais, tais como as Medidas Protetivas de Urgência e as Medidas Cautelares Diversas à Prisão.

A seguir, apresenta-se a análise das cinco modalidades de atendimento e sua contribuição relativa para o alcance da meta, permitindo compreender os fatores que influenciam a execução global do indicador.

1. Atendimentos Individuais de Inscrição: Esta modalidade representa o marco inicial do processo de cumprimento e responsabilização, caracterizada pela entrevista qualificada e pelo registro detalhado da trajetória da pessoa no Formulário de Inscrição e Acompanhamento | Sistema Ceapa. Durante o trimestre, foram realizados 2.955 atendimentos desta modalidade, evidenciando pequena progressão no módulo comparativo entre trimestres. Observa-se, entretanto, que algumas unidades apresentam fragilidade na porta de entrada, em decorrência de desafios dialógicos com magistraturas e promotorias, baixo volume de casos elegíveis para aplicação de alternativas penais ou critérios de discricionariedade na aplicação destas. Destacam-se os desafios em Curvelo, Pouso Alegre, Governador Valadares, Divinópolis e Juiz de Fora, que serão alvo de leitura específica mais a frente neste relatório.

2. Atendimentos Individuais de Acompanhamento: Destinados às pessoas já inscritas no Programa, estes atendimentos promovem intervenções individualizadas, tanto na esfera da proteção social quanto no cumprimento das determinações judiciais. Representam a modalidade mais desenvolvida, respondendo por 42% do total da meta e demonstrando crescimento contínuo alinhado à entrada de novos casos. Logo, quanto mais casos entrarem no Programa se espera, naturalmente, que esta modalidade também apresenta aumentos. Persistem, porém, desafios em unidades cuja porta de entrada apresenta lacunas, o que leva a menor execução deste tipo de atendimento.

3. Atendimentos Grupais de PEAP: Essas práticas seguem as diretrizes nacionais e têm como foco a responsabilização e a reflexão crítica das pessoas em cumprimento de alternativas penais. No Programa CEAPA, os grupos reflexivos são conduzidos pelas equipes da unidade ou, quando necessário, por parceiros da rede, nas unidades que não comportam assumir integralmente esse eixo. Nestes casos, os atendimentos realizados por terceiros não são contabilizados no indicador 4.1, embora a equipe do Programa mantenha o trabalho técnico-operacional de monitoramento e oficiamento desses casos. Em síntese, independentemente de serem executados internamente ou por parceiros, os participantes são organizados em grupos conforme o tipo de delito e os objetivos centrais da temática, garantindo intervenções consistentes, reflexivas e vinculadas à responsabilização. Cada grupo constitui uma prática legítima e qualificada de cumprimento, e quando de execução interna, contribuindo para o alcance das metas do indicador 4.1 e fortalecendo a atuação do Programa nos contextos de risco e vulnerabilidade presentes na trajetória penal das pessoas atendidas.

Neste trimestre, a execução desta modalidade apresentou valores superiores aos registrados no período anterior, mas menor do que no primeiro período do ano. Destaca-se, entretanto, que a entrada de casos encaminhados com determinação judicial específica para essa modalidade tem apresentado queda, em face do investimento feito no aumento dos encaminhamentos de Medidas Protetivas de Urgência, Medidas Cautelares Diversas à Prisão e outros institutos jurídicos, não impactando o volume absoluto de atendimentos do indicador, mas apontando para a mudança estrutural dos tipos de casos que chegam às Unidades.

4. Atendimentos Grupais na Prestação de Serviços à Comunidade (PSC): Os atendimentos coletivos em PSC permitem acompanhar o cumprimento das horas de serviço, reforçar diretrizes, identificar fatores de irregularidade e promover reflexão sobre o significado do serviço comunitário. Apesar da estabilidade nos valores atingidos nestes dois últimos períodos, a execução total nesta modalidade permanece aquém do potencial desejado (1.058 atendimentos no 26ºPA para 1.043 neste período), demandando atenção da supervisão em conjunto com a gestão social, especialmente quanto à aplicação consistente da metodologia e à organização das agendas dos grupos nas unidades com maior índice de PSC. A ampliação desta modalidade de atendimento contribui diretamente para a redução do número de atendimentos individuais de acompanhamento, representando não apenas uma prática qualificada de intervenção, mas também promovendo a otimização da força de trabalho das equipes.

5. Atendimentos Grupais em Ações de Responsabilização: Voltados ao trabalho com homens autuados na Lei Maria da Penha, esses grupos se consolidaram como centralidade estratégica do Programa, articulando formação de profissionais e reflexão sobre relações de gênero e violências no âmbito doméstico e familiar. A expansão para a execução de modalidade aberta de grupos em municípios como Betim, Sete Lagoas, Juiz de Fora, Ipatinga, Uberaba e Uberlândia, neste trimestre, resultou em um aumento significativo no número de atendimentos, confirmando a eficácia das capacitações e do planejamento feito pela supervisão. Ao realizar 7.822 atendimentos grupais, se evidencia que a gerência de vagas nos grupos neste tipo de metodologia permite uma ocupação racional e eficiente, garantindo que, mesmo diante de perdas decorrentes de revogações, descumprimentos ou outros tipos de baixas, a equipe consiga manejar e organizar a inclusão de novos participantes em tempo hábil, mantendo o uso eficiente da força de trabalho da dupla de facilitação. Neste sentido, até o final de 2025, todas as unidades que tiverem demanda de grupos dentro do escopo da Lei Maria da Penha executarão grupos nesta modalidade. Logo, os resultados dessa inovação serão melhor contemplados por todo o Programa em 2026.

As modalidades acima detalhadas constituem o núcleo operacional das equipes das Centrais, sendo essenciais ao cumprimento das alternativas penais e à atuação nos contextos de vulnerabilidade e riscos que impactam a reincidência criminal. O sucesso geral do trimestre evidencia a efetividade das estratégias implementadas, ainda que se mantenham desafios em unidades específicas, notadamente na porta de entrada e no engajamento de magistraturas locais. Neste sentido, unidades como Pouso Alegre, Curvelo e Divinópolis demandam acompanhamento contínuo para fortalecer fluxos de entrada e articulação com órgãos parceiros.

Sobre às unidades de Pouso Alegre e Curvelo, esta OS encaminhou ao órgão estatal parceiro, SUPEC, no mês de agosto de 2025, um documento contendo análise detalhada da trajetória dessas unidades no que se refere às iniciativas voltadas à consolidação da porta de entrada, conforme solicitado no RM anterior. O documento apresenta a cronologia numérica observada, bem como as articulações realizadas pelos gestores que comandaram a UPC, todas realizadas com base nas orientações da DAL/SUPEC à época. Atualmente, após o envio do material e a apresentação da nova diretoria, a OS segue disponível para realização de espaços dialógicos, com o objetivo de refletir coletivamente sobre as tratativas necessárias à superação dos desafios identificados.

De modo semelhante, a unidade de Divinópolis mantém um histórico de porta de entrada reduzida. Apesar dos investimentos contínuos para fortalecimento de fluxos e construção de pontes para recepção de casos, em especial, Medidas Cautelares, a unidade ainda enfrenta limitações decorrentes da discricionariedade da magistratura local e do consequente baixo volume de pessoas encaminhadas para cumprimento.

Em relação a Juiz de Fora e Governador Valadares, que em seu passado não apresentavam esse tipo de desafio, se observa que, apesar de melhorias recentes nos dados deste trimestre, persistem restrições no volume de encaminhamentos, impactando o alcance da meta em atendimentos individuais e grupais. Tais cenários já são objeto de atuação da gestão social e da supervisão de prevenção, em diálogo com a diretoria, para definição de estratégias conjuntas de superação.

Por fim, cabe destacar que, mesmo diante desses desafios, diversas unidades registraram execução acima da expectativa, demonstrando que os esforços direcionados às modalidades de atendimento refletem impacto positivo e consolidam os avanços do Programa. Abaixo, seguirá considerações direcionadas a compreender esse fenômeno:

Uberlândia: O município em análise demonstra um histórico de desempenho consistentemente superior ao previsto no indicador 4.1, padrão que se manteve no trimestre em questão. Registrou-se uma produtividade de 98% acima da meta estabelecida para essa e demais unidades de porte similar. A modalidade de atendimento individual de inscrição seguiu apresentando aumento, especialmente nas Medidas Protetivas de Urgência, e, em efeito espiral, as demais modalidades também foram impactadas.

A porta de entrada, conforme apontado em relatório anterior, tem sido alvo de preocupação prévia, inclusive com diálogos junto a DAL para construção de intervenção conjunta. Somando a essa estratégia que será colocada em prática em outubro, em paralelo, está sendo aplicada a metodologia de grupo aberto para verificar a real capacidade de absorção do público nessa unidade e os efeitos que promoverá na organização da unidade. Com esta execução, certamente se terá mais atendimentos, mas executados de modo mais fluido, tanto para o público quanto para a rede.

Contagem: A unidade demonstrou um notável desempenho neste ciclo, ultrapassando a meta em 80% (20% a mais que o ciclo anterior), impulsionado principalmente pela grande demanda de casos oriundos encaminhados e que engrenam a roda de atendimentos.

Para otimizar o fluxo de trabalho, a gestão social estabeleceu um novo cronograma de grupos e referências de plantão de atendimento, mas isso ainda não responde a demanda robusta de pessoas para atendimento e acompanhamento. Todavia, permanece ainda crucial reavaliar, conforme apontado no relatório anterior, a real capacidade

técnica de absorção de novos casos e condução de grupos, sendo esta uma pauta já levada a conhecimento da DAL para construção conjunta de estratégias.

Barbacena: o desempenho do município no trimestre culminou na superação de sua própria meta em 50%. O alcance desse quantitativo está relacionado à execução simultânea de grupos de Responsabilização que, na modalidade aberta, geram mais circulação de pessoas em atendimento. Importa destacar que um desses grupos abertos foi destinado especificamente para as mulheres autoras de violência doméstica e familiar, inaugurado em julho, o que, para além dos números, gerou impacto de qualidade nas intervenções.

Por outro lado, é importante tecer análises sobre os municípios que tiveram desempenho aquém do esperado. O principal elemento que argumenta a não consecução do quantitativo é a ampliação da porta de entrada no Programa. São Centrais que enfrentam desafios no agendamento de articulações com o Poder Judiciário local, ou que não recebem retorno positivo sobre o acréscimo de encaminhamento de casos, ou ainda que não conseguem avolumar a porta de entrada em que pese o aceno positivo dos atores em reunião. Diante desse desafio, a Supervisão de Prevenção vêm dialogando com a SUPEC para que o Estado contribua na superação deste cenário, convocando e participando dessas reuniões. Somado a isso, em diversas Unidades há profissionais com licenças médicas longas, o que gera impacto na execução e já é objeto de atuação do Departamento de RH do Instituto Elo, realizando-se, em alguns casos, a contratação de profissionais para substituição temporária da vaga.

Aqueles que não atingiram sua meta para o período foram:

Governador Valadares e Ipatinga: a análise dos dois municípios perpassa por um ponto comum: a redução da porta de entrada no Programa, especialmente de encaminhamentos de medidas protetivas de urgência, que impactam a primeira modalidade de atendimento – os de inscrição – bem como outras modalidades, que aumentam por consequência da entrada de alternativas penais monitoradas. Em Governador Valadares foram encaminhados apenas dois casos no trimestre, e em Ipatinga houve acentuada queda de encaminhamentos nessa modalidade no mês de junho. Outro fator fundamental também atrelado à porta de entrada é a ausência de robustez no encaminhamento de medidas cautelares por desafios atrelados às articulações com o Sistema de Justiça Criminal supracitadas. Ciente desse cenário, Supervisão e Gestão trabalham as possibilidades de atuação para aumento dos casos enviados ao Programa, compartilhando os desafios com a SUPEC, para contribuição. Assim, registra-se que Governador Valadares desempenhou 58% de sua própria meta, e Ipatinga, por sua vez, realizou 80%.

Ibirité: Esta unidade figurou também no relatório anterior devido ao déficit na meta do número acumulado de atendimentos, o que contraria, novamente, ao seu desempenho que é historicamente superior ao esperado. No trimestre em análise, a unidade ainda apresentou valores aquém do pactuado, ficando 24 % longe do alcance da meta. Assim como no trimestre anterior, a unidade seguiu no período vigente com um processo de reestruturação de sua equipe. Mesmo com a recomposição realizada, leva-se um tempo considerável para que os analistas adquiram conhecimento e autonomia nos processos, de modo a contribuir efetivamente para os resultados junto ao público e ao Contrato de Gestão. Diante dessa conjuntura ainda desfavorável, a Supervisão da Prevenção já direcionou, em conjunto com a gestão social da unidade, a implantação de grupos abertos e um acompanhamento mais próximo dos eixos estruturantes do trabalho. Com essas medidas, se espera que a equipe consiga realizar os ajustes finais para responder à execução dos atendimentos dentro do esperado para uma unidade desse porte.

Curvelo e Pouso Alegre: Para fins de análise das equipes que tiveram desempenho abaixo do esperado no período, será feita a aglutinação de duas delas, Curvelo e Pouso Alegre, entendendo que os desafios se assemelham, mesmo que tratem de unidade em momentos muito distintos no processo de transição do Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência para o escopo do Programa Ceapa.

Curvelo, desde sua implantação, têm enfrentado desafios persistentes em sua porta de entrada. Mesmo enquanto operava como Projeto, e posteriormente como Programa CEAPA, esta unidade frequentemente não alcançou o êxito esperado no indicador de atendimento. Em contraste, Pouso Alegre, durante a maior parte de sua atuação como Projeto, conseguiu atingir as metas de atendimento esperadas. Isso se deveu, em parte, a uma porta de entrada de novos casos que se mostrava adequada à demanda daquele momento. Entretanto, com a transição para o Programa CEAPA em abril/maio de 2025 e a consequente necessidade de expandir as modalidades de alternativas penais, bem como a expectativa de responder a metas mais elevadas, esta unidade apresentou um desempenho inferior ao esperado.

Para ambas as unidades, embora em momentos distintos, o desafio central reside na superação dos paradigmas do sistema de justiça local e na construção de fluxos consistentes de alternativas penais, que vão além das Medidas Protetivas de Urgência. Essa demanda esbarra em múltiplas dificuldades, incluindo o perfil dos profissionais funcionalistas do judiciário, a dificuldade na concretização de agendas, a localização de juízes que atuam remotamente de outras comarcas, e a atuação de juízes plantonistas, também de outras comarcas, com limitado acesso ao município da UPC, como é o caso de Curvelo.

Diante do cenário exposto, cabe ponderar que os gestores sociais locais têm procedido com tentativas de articulação reiteradas. No caso de Curvelo, esses esforços já somam mais de dois anos, sem, contudo, lograr um êxito direto e consistente na porta de entrada. Pouso Alegre, por sua vez, apresenta uma situação distinta, com tratativas ainda embrionárias, iniciadas em abril por determinação da DAL. Apesar de ainda não terem gerado os resultados esperados, o tempo de atuação ainda se encontra dentro de uma razoabilidade. A inclusão desta unidade no presente relatório visa sinalizar que um espaço estratégico entre a OS e o OEP já está em curso, buscando uma atuação tempestiva para evitar um futuro semelhante ao de Curvelo.

Nesse contexto, Curvelo conseguiu realizar duas agendas importantes com a magistratura local no mês de junho. Agora, será observado se desses espaços surgirão avanços. Também neste município já está prevista uma reunião com o OEP, a fim de buscar respostas conjuntas, com uma entrada mais consistente do parceiro estatal nas articulações dessa unidade, visto que o cenário de desafios se estende por um longo período e as tratativas locais não alcançaram o êxito pretendido.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 75% •	• 74% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/07/2025 a 30/09/2025 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 74% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 75% •, o Programa deixou de alcançar a meta estabelecida para o indicador, tendo atingido 98,6% do esperado. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 18 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO	METAS
ARAGUARI	51	**67**	76%	75%
BARBACENA	67	**78**	86%	75%
BELO HORIZONTE	580	**820**	71%	75%
BETIM	134	**191**	70%	75%
CONTAGEM	217	**286**	76%	75%
CURVELO	47	**50**	94%	75%
DIVINOPOLIS	72	**90**	80%	75%
GOVERNADOR VALADARES	75	**115**	65%	75%
IBIRITE	90	**125**	72%	75%
IPATINGA	59	**94**	63%	75%
JUIZ DE FORA	94	**114**	82%	75%
MONTES CLAROS	43	**57**	75%	75%
POUSO ALEGRE	48	**65**	74%	75%
R. DAS NEVES	44	**56**	79%	75%
SANTA LUZIA	60	**69**	87%	75%
SETE LAGOAS	48	**66**	73%	75%
UBERABA	44	**55**	80%	75%
UBERLÂNDIA	133	**158**	84%	75%
VARGINHA	46	**97**	47%	75%
VESPASIANO	52	**69**	75%	75%
TOTAL	**2004**	**2722**	**74%**	75%

A análise deste indicador requer uma leitura integrada dos diversos processos e estratégias implementados nas unidades Ceapa, sobretudo diante da complexidade que envolve o acompanhamento das diferentes modalidades de alternativas penais. No ciclo avaliativo em questão, o percentual geral de cumprimento das alternativas penais situou-se abaixo da meta de 75%, alcançando 74%, valor pouco acima do ciclo anterior.

Nesse sentido, diante do número alcançado, a desagregação por modalidade de alternativa penal novamente evidencia que o desempenho mais frágil se concentra na Prestação de Serviços à Comunidade e nas Medidas Cautelares diversas à Prisão, ambas com percentuais de cumprimento inferiores à meta estabelecida. Nas demais modalidades, os dados revelam desempenho satisfatório.

Para fins de melhor entendimento, iniciaremos leitura sobre o que se refere às medidas cautelares. Nessa modalidade, as equipes reiteradamente apontam um conjunto de fatores que impactam o cumprimento regular e o encerramento da determinação com sucesso. As vulnerabilidades intensificadas do público atendido, associadas às questões de cunho territorial (como residências fora da sede do município, a exemplo de Belo Horizonte e suas cidades satélites), dificultam o comparecimento periódico às unidades. Com este cenário em mente, as equipes técnicas têm sido aprimoradas continuamente pela Supervisão e, mais recentemente, pela Gestão Social. O foco reside no desenvolvimento de habilidades que mitiguem os entraves identificados e promovam melhorias no modelo de acompanhamento desse público específico. Como exemplo, no trimestre em questão, foram realizadas formações voltadas à repercussão prática das capacitações sobre grupos abertos, além de discussões aprofundadas sobre os desafios e estratégias para a condução de abordagens junto à população em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas.

Ainda nessa toada, os esforços da Supervisão de Prevenção estão sendo direcionados para favorecer a comunicação entre as unidades da CEAPA e a APEC, especialmente em Belo Horizonte, onde se observa o maior quantitativo de casos em comum entre os serviços e, em paralelo, um menor índice de cumprimento dessa modalidade. Reuniões das referências de cada regional do município de cada Programa foram realizadas para desenho de construções conjuntas.

No que se refere a PSC, se destaca que essa alternativa penal depende fortemente da articulação entre Ceapa e rede parceira, visto que o cumprimento das horas determinadas ocorre em instituições externas ao Programa. Além da atuação técnica voltada à responsabilização penal e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais, é imperiosa a execução e qualificação das articulações com essa rede, tanto no que se refere ao papel dos órgãos parceiros quanto à constância do acompanhamento em conjunto do público. O fortalecimento dessas interfaces pode contribuir de forma decisiva para a integralidade das horas de PSC e, consequentemente, para a elevação do percentual de cumprimento da determinação judicial. Contudo, conforme se observará na análise do indicador 4.3, que se encontra infracitado neste relatório, neste trimestre houve alcance da meta esperada relativa às articulações com os parceiros. Ainda assim, o desafio permanece, visando a estabilidade dos números e o aprimoramento das parcerias em sua densidade metodológica.

Noutro giro, ao direcionar a análise para as demais modalidades de alternativas penais e o desempenho destas no indicador aqui em estudo, se constata que as três – Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAPs), Medidas Protetivas de Urgência (MPU) e Penas Pecuniárias (PP) – obtiveram, em diversos meses, percentuais de cumprimento superiores ao pactuado no Contrato de Gestão, repetindo o feito de períodos avaliatórios anteriores. É válido afirmar que o sucesso dessa performance se ancora em fatores relevantes, tais como: menor lapso temporal entre o ingresso do caso no Programa e o início efetivo do cumprimento, seja por meio da inserção em grupos, atendimentos individuais ou encaminhamento à rede parceira. Também se pode incluir aqui o papel feito pela Supervisão para massivo desenvolvimento na temática de violência doméstica e execução grupal. E, somado a isso, há cobrança por realização de monitoramentos e intervenções céleres mediante as irregularidades do público. Compreendendo os elementos necessários para reverter o cenário de insucesso repetido neste indicador, a Supervisão de Prevenção já está atuando para que os gestores consigam estruturar melhor os processos de monitoramento em caráter tempestivo. Isso inclui a implantação e/ou expansão de grupos abertos para mitigar a lista de espera por vagas, somado à maior incidência junto a rede de proteção para tratativas conjuntas dos casos com demandas desse aporte.

Por fim, é crucial destacar que, dado o histórico repetitivo deste indicador nos últimos anos e compreendendo a diversidade das modalidades de alternativas penais — que abrange desde o perfil do público e as demandas correlatas para a execução integral da determinação até a discrepância no tempo de aplicação —, a OS, por meio de sua Supervisão, tem proposto um diálogo com o OEP. O objetivo é discutir a desagregação das modalidades no indicador e aprimorar a análise das metas esperadas para cada uma. Com isso, se busca uma abordagem mais realista, capaz de considerar elementos extremamente distintos nas aplicações judiciais com pesos que respondam a essas especificidades.

A análise subsequente se concentrará justamente nas equipes que apresentaram pior desempenho, visando identificar os fatores críticos e as oportunidades de aprimoramento.

Varginha: O desempenho do município no indicador 4.2 demonstra uma preocupante tendência de queda. No trimestre de abril a junho de 2025, o alcance da meta já havia ficado aquém do esperado, registrando 83%. No ciclo mais recente, a situação se agravou significativamente, com o indicador caindo para 63%. Essa deterioração contínua, mesmo após um período de alerta, sublinha a urgência de uma intervenção decisiva e está sendo conduzida pela OS junto a seu profissional que responde pela unidade. Diante da significativa piora do indicador e da persistência das lacunas identificadas, foi solicitado à Gestão, por meio da condução de sua equipe, uma análise aprofundada e detalhada dos descumprimentos e dos processos internos envolvidos. É fundamental que esta análise identifique de forma clara os elementos que estão levando ao descumprimento e que estão sob governança e capacidade de intervenção da equipe técnica, permitindo a implementação imediata de planos de ação corretivos e a retomada urgente do desempenho positivo historicamente observado.

Ipatinga: o município realizou 84% de sua própria meta, resultado aquém do esperado que demonstra oscilação aguda no decorrer dos meses, ao analisar o desempenho por alternativa penal. O destaque negativo está no percentual atrelado à prestação de serviços à comunidade, que alcançou no máximo 62% de cumprimento neste período. É importante perceber que dos 25 casos que foram descumpridos nesta modalidade, em sua grande maioria não houve cumprimento da alternativa penal determinada e apresentação da folha de ponto nos últimos meses ou nem iniciaram o cumprimento. Diante disso, a Supervisão de Prevenção permanecerá em diálogo com a gestão social para qualificação de fluxos internos de monitoramento e aprofundamento das intervenções técnicas dos casos irregulares.

Governador Valadares: neste trimestre, o município atingiu o percentual médio de 65% de alternativas penais cumpridas, 10% a menos que o esperado. Ao analisar tal resultado, verifica-se oscilações agudas nos percentuais no decorrer dos meses, ora atingindo ou superando a meta estabelecida, ora demonstrando números aquém da expectativa. Diante disso, a Supervisão permanecerá aprofundando, junto à Gestão Social, nas orientações sobre o monitoramento mensal e protocolo de ofícios tempestivos, para que os procedimentos de trabalho se qualifiquem ao ponto de impactar positivamente na dimensão dos percentuais para que estejam cada vez mais equilibrados.

Por fim, é importante destacar que, paralelamente às dificuldades enfrentadas, 12 municípios superaram ou alcançaram a meta estabelecida, tornando-se referência de boas práticas a serem analisadas e compartilhadas no âmbito da gestão do Programa. Destaca-se o desempenho de Curvelo, que atingiu a média de 94% de alternativas penais cumpridas no referido trimestre, Santa Luzia, que demonstrou 87% e Barbacena, com média de 86%.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 4.896 •	• 4.747 •
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio: 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação; 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais; 6. Visitas para captação de novas parcerias; 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizadas cumulativamente • 4.747 • ações do programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 4.896 •, o objetivo não foi alcançado plenamente, tendo alcançado 96,9% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 19 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	140	22	28	20	210
BARBACENA	140	42	46	45	273
BELO HORIZONTE	512	92	69	102	775
BETIM	160	35	32	32	259
CONTAGEM	225	39	43	37	344
CURVELO	111	19	18	14	162
DIVINOPOLIS	101	11	18	32	162
GOVAL	149	24	24	24	221
IBIRITE	125	17	7	15	164
IPATINGA	153	31	34	41	259
JUIZ DE FORA	187	40	41	27	295
MONTES CLAROS	139	26	27	27	219
POUSO ALEGRE	38	11	18	25	92
RIBEIRÃO DAS NEVES	175	32	27	41	275
SANTA LUZIA	124	15	13	7	159
SETE LAGOAS	119	24	24	18	185
UBERABA	142	26	22	25	215

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
UBERLÂNDIA	106	24	24	23	177
VARGINHA	113	20	17	9	159
VESPASIANO	95	15	19	13	142
TOTAL	**3054**	**565**	**551**	**577**	**4747**

No trimestre em análise, o Programa CEAPA registrou um total de 1693 articulações de rede por parte de suas vinte unidades. Com este desempenho, observa-se, após reiterados períodos de insucessos, uma notável progressão na execução e o consequente alcance da meta estabelecida para o indicador. É fundamental frisar que o número de articulações tem se mantido em crescimento, culminando no presente êxito, a partir do continuado fomento da Supervisão de Prevenção em ampliar e qualificar as ações realizadas diante da necessidade de cada município.

Reiterando argumentos de relatórios anteriores, o sucesso na meta só é tangível em um contexto onde esta demanda é devidamente priorizada no cenário cotidiano dentro dos eixos de trabalho de uma UPC. O processo de organização e a sistematização das articulações de rede, após serem alvo de capacitações pregressas, seguem como tema central junto à gestão social de diversos municípios, o que foi decisivo para o sucesso no valor global da meta prevista. Contudo, devido ao alcance obtido por uma pequena diferença, a pauta ainda seguirá como prioritária, especialmente nas unidades onde o desempenho permanece insatisfatório, de modo a garantir a execução plena do pactuado.

Adicionalmente, o incentivo e a utilização rotineira de recursos para orientar e subsidiar a elaboração de agendas e prioridades, visando a internalização, pelas equipes e gestores, da relevância das ações de rede e seu consequente reflexo na produção de dados, surtiram resultados frutíferos nas unidades de Betim, Divinópolis e Juiz de Fora. Esses municípios conseguiram melhorar significativamente sua execução, atingindo com êxito a meta estipulada e contribuindo de forma substancial para o montante geral.

Noutro giro, se repete o cenário de quantitativo insuficiente de ações de rede desenvolvidas pela unidade de Belo Horizonte. Considerando o porte desta unidade e seu papel preponderante no valor global da meta do indicador, o desempenho inadequado certamente impactou os valores gerais. No entanto, os valores elevados de unidades como Barbacena, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Uberlândia compensaram o déficit e impediram o insucesso geral do indicador. Novamente, insta destacar que este eixo segue como pauta central da supervisão de prevenção junto à gestão local, inclusive gerando a construção de plano individual para cada analista, a fim de desenhar objetiva e claramente a atuação na rede em alinhamento com as demais demandas.

Não obstante, apesar do incentivo e da orientação contínua às equipes acerca das modalidades coletivas de rede, em virtude de seu potencial para aprofundar os aspectos reflexivos concernentes às alternativas penais e otimizar intervenções, não se observa na prática progresso em sua execução e contribuição para a meta. A interpretação possível é um cenário geral de despriorização do eixo de trabalho em sua forma coletiva, sendo que os Encontros de Rede sofrem com a ausência de inclusão em calendários e cronogramas de execução e, quando existentes, são negligenciados em face de demandas emergentes. Em virtude da persistência desses cenários, esta temática permanecerá em pauta junto às equipes, com o objetivo de concretizar o potencial deste escopo delineado na metodologia e seguir com o desempenho esperado. Isto posto, faz-se necessário aprofundar a análise dos municípios que contribuíram a contento para o desempenho nesse indicador no referido período.

Barbacena: o desempenho no referido trimestre resultou em um quantitativo 146% superior a sua meta. Tal valor está relacionado com a intensidade de visitas de monitoramento aos parceiros da rede de alternativas penais, visando o aprimoramento do acompanhamento da PSC, bem como com as discussões de casos com a rede de proteção social diante das vulnerabilidades apresentadas pelo público. Somado a isso, no referido trimestre houveram ações específicas em razão dos eventos do "Agosto Lilás", uma campanha nacional de conscientização e combate à violência contra a mulher, temática que dialoga diretamente com a atuação do Programa neste fenômeno.

Montes Claros: A unidade demonstrou um excelente desempenho neste ciclo avaliativo, ultrapassando a meta do indicador com uma margem expressiva de 48%. Este resultado notável reflete o foco estratégico e a alocação prioritária de recursos da equipe na frente de articulação com a rede de alternativas penais.

O sucesso novamente foi impulsionado pela intensificação das intervenções de monitoramento junto às entidades que acolhem a Prestação de Serviços à Comunidade, configurando-se como a principal modalidade de ação registrada no indicador 4.3. Essa abordagem focada não apenas garantiu o êxito quantitativo, mas também visou a elevar a qualidade do engajamento com os parceiros institucionais e o monitoramento qualificado dos casos em cumprimento da alternativa penal. A prioridade dada a esta modalidade está em total consonância com o volume de casos ativos de PSC, justificando a centralidade dessa atuação.

Ribeirão das Neves: A unidade demonstrou um resultado excepcional neste ciclo avaliativo, superando o valor pactuado para o indicador em 39%. Este notável desempenho atesta a elevada prioridade e a eficácia das estratégias adotadas pela equipe para a articulação com a rede de alternativas penais.

O sucesso foi impulsionado pela ênfase proativa e contínua na intervenção mais demandada: o monitoramento das entidades parceiras que recebem o público da Prestação de Serviços à Comunidade. A intensificação desta modalidade de articulação no indicador 4.3 não apenas garantiu um volume expressivo de ações, mas também buscou reforçar a qualidade do vínculo institucional e otimizar o acompanhamento das pessoas em cumprimento. Esta concentração de esforços mostra-se perfeitamente alinhada ao alto volume de casos ativos de PSC na unidade, sendo o pilar de sua atuação.

Todavia, apesar do bom desenvolvimento geral do indicador, cabe ponderar que esta unidade precisa avançar nas ações de rede voltadas para a Proteção Social. Considerando que a maior demanda atual da unidade advém dos casos de Medidas Protetivas de Urgência, que costumeiramente trazem cenários de vulnerabilidades e riscos, se torna imperativa a apropriação e o estabelecimento de um fluxo de comunicação mais robusto com as políticas públicas e parceiros da rede de proteção social. Este será foco de espaço de supervisão com a gestora social local para construir execução para responder a este eixo.

Noutro giro, mesmo com o desempenho satisfatório dentro da meta neste indicador, abaixo serão destacados os municípios que não executaram os valores esperados:

Belo Horizonte: No presente período avaliativo, a unidade de Belo Horizonte registrou resultados aquém do esperado no que concerne à atuação junto à rede parceira, ao realizar 66% das ações pactuadas, reiterando uma tendência observada em períodos precedentes. Os esforços empreendidos para o direcionamento sistematizado do trabalho, implementados por meio de capacitações temáticas sobre a articulação em rede e de supervisões in loco com a equipe técnica feitas no ano anterior, bem como nas supervisões e capacitações direcionadas para a gestão social do município no referido trimestre, favoreceram um incremento no quantitativo de ações efetivadas. Todavia, este aumento ainda se revela insuficiente para alcançar os valores estabelecidos pela meta pactuada. Evidencia-se que as estratégias propostas e implementadas produzem efeitos positivos, e a reiteração da necessidade de seu aprimoramento e integração orgânica ao cotidiano da equipe e da gestão se faz premente. Atualmente, a gestão social executa espaços de reunião individuais e coletivas que perpassam pelo acompanhamento próximo dessa frente de trabalho técnico, com construção de saídas para os desafios da equipe de modo a atingir valores cada vez mais condizentes com a meta pactuada. Não se trata, portanto, de um desconhecimento do escopo metodológico que define a articulação em rede como um eixo fundamental das alternativas penais, mas, sim, da necessidade de integrar estas ações de forma indissociável ao calendário de grupos e atendimentos individuais, conferindo-lhes a mesma prioridade e planejamento sistemático.

Ibirité: A unidade demonstrou o pior desempenho do trimestre, alcançando apenas 54% da meta estabelecida para o indicador 4.3, e repetindo a insuficiência observada no primeiro trimestre do ano de 2025. A reiteração deste baixo resultado sublinha a urgência na resolução de seus desafios estruturais e a supervisão de prevenção inclui como pauta prioritária desta unidade.
O principal fator que levou a este insucesso contínuo é o alto índice de turnover da equipe vivenciado este ano, resultante de desligamentos espontâneos e afastamentos médicos. Esta situação exigiu a implementação de um regime de trabalho em contingência, limitando drasticamente a capacidade operacional.

Neste contexto de gestão de crise, a realização das ações junto à rede parceira, que é uma atividade que exige tempo dedicado à elaboração e implementação, foi estrategicamente preterida. Esta medida tática concentrou os esforços da equipe em garantir, minimamente, a manutenção da porta de atendimento ao público espontâneo, cuja demanda e execução, inclusive, também não atingiu o pactuado no indicador 4.1.

Santa Luzia: contrariando o desempenho registrado nos períodos anteriores, neste trimestre a meta não foi atingida a contento. O quantitativo desenvolvido resultou no alcance de 65% da própria meta do município, o que se justifica pelas mudanças no corpo técnico do Programa e priorização de outras frentes de trabalho, especialmente em decorrência da implantação do novo software, que exigiu ampla reorganização de equipe e foco nas frentes burocráticas.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 18% •	• 2% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o percentual de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA que encontram-se aguardando encaminhamento para cumprimento por tempo superior a 120 dias. Entende-se como alternativas penais aguardando encaminhamento aquelas que, conforme determinação judicial, foram inscritas (ou deram reentrada) na CEAPA, mas ainda não foram encaminhadas para o cumprimento da alternativa penal, portanto não iniciaram o cumprimento. Conforme a metodologia da CEAPA, as alternativas penais podem se enquadrar nesse "status" ("aguardando encaminhamento") por até 120 dias, prazo no qual a equipe técnica do Programa trabalha questões sociais e de vulnerabilidade com o público, realiza atendimentos de intervenção sobre a responsabilização do caso, e articula possibilidades de encaminhamento para cumprimento da alternativa penal. Entende-se que, após esse período (a partir do 121º dia), a alternativa penal que ainda não tiver sido encaminhada para cumprimento está incorrendo em alguma dificuldade ou irregularidade, o que vai ensejar uma intervenção mais direcionada. É preciso ressaltar, entretanto, que é fato que nem todas as alternativas penais serão encaminhadas dentro do prazo estabelecido, a despeito de o programa ter seguido toda a cartilha metodológica e cumprido suas intervenções de forma efetiva. Isso acontece porque o indicador sofre interferências de fatores externos ao programa CEAPA, tais como: necessidade de um tempo para a construção do encaminhamento qualificado objetivando adequar o cumprimento da alternativa penal às possibilidades, condições, interesses, experiências e habilidades do público e com as demandas das instituições da rede parceira do Programa; disponibilidade da rede para recebimento do público iniciar o cumprimento; quórum para formação mínima dos atendimentos grupais; o público-alvo do Programa é composto por pessoas em cumprimento de alternativas penais, portanto existem questões subjetivas, e que mesmo após as intervenções realizadas pela equipe, algumas pessoas não se responsabilizam perante o cumprimento da determinação judicial; vulnerabilidades, riscos sociais ou criminais que não puderam ser minimizados e/ou sanados, mesmo com favorecimento de fatores de proteção, também podem afetar o início do cumprimento; também existem situações em que o princípio da individualização da pena não é cumprido em sua integralidade e a pena ou medida aplicada não é passível de ser cumprida devido à realidade de vida da pessoa. Isto posto, o cálculo da meta do indicador deve considerar que existem fatores externos sobre os quais o programa pode intervir e contribuir para a minimização, mas não necessariamente eliminar por completo, devido à sua complexidade. Unidade de medida: percentual %	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: (número de alternativas penais aguardando encaminhamento para cumprimento fora do prazo de 120 dias após a inscrição ou reentrada / total de alternativas penais acompanhadas no período avaliatório) x 100% Polaridade: quanto menor melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para o ano de 2025, foi incluído um novo indicador no programa Ceapa com o objetivo de mensurar as alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório.

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/07/2025 a 30/09/2025, foram contabilizadas • 2% • alternativas penais ativas aguardando encaminhamento. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 18% •, o objetivo foi alcançado plenamente. Abaixo seguem informações relativas ao indicador em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 20 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório

UPC	ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO FORA DO PRAZO DE 120 DIAS APÓS A INSCRIÇÃO OU REENTRADA	PERCENTUAL DE ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO
ARAGUARI	**0**	0%
BARBACENA	**0**	0%
BELO HORIZONTE	**14**	0%
BETIM	**0**	0%
CONTAGEM	**117**	5%
CURVELO	**0**	0%
DIVINOPOLIS	**0**	0%
GOVAL	**0**	0%
IBIRITE	**100**	14%
IPATINGA	**2**	0%
JUIZ DE FORA	**0**	0%
MONTES CLAROS	**1**	0%
POUSO ALEGRE	**0**	0%
RIBEIRÃO DAS NEVES	**5**	1%
SANTA LUZIA	**104**	12%
SETE LAGOAS	**0**	0%
UBERABA	**12**	1%
UBERLÂNDIA	**10**	0%
VARGINHA	**17**	1%
VESPASIANO	**2**	0%
TOTAL	**384**	**2%**

Esse indicador, inaugurado em 2025, tem por finalidade aferir o intervalo entre a inscrição (ou reentrada) da pessoa no Programa e o início efetivo do cumprimento da alternativa penal imposta, mensurando o percentual de casos ativos que se mantêm na situação de "aguardando encaminhamento" por período superior a 120 dias. Conforme previsto metodologicamente, esse intervalo é compreendido como mais que adequado para que as equipes técnicas realizem intervenções prévias de responsabilização, avaliação de riscos criminais, articulações com a rede parceira e construção de estratégias que viabilizem o cumprimento qualificado. Portanto, extrapolar esse prazo, indica a presença de entraves que exigem intervenções mais estruturadas e direcionadas, considerando tanto variáveis de ordem interna quanto fatores externos à governabilidade do Programa, como disponibilidade da rede parceira, perfil do público, questões de vulnerabilidades não superadas, entre outros.

No terceiro ciclo avaliativo com o indicador em execução, se observa um significativo decréscimo no percentual em relação ao período anterior. Assim, diante da polaridade negativa do indicador, o desempenho segue amplamente satisfatório: a meta estabelecida de até 18% novamente foi alcançada com margem expressiva, vez que foi registrado um percentual de 2% - demonstrando avanço se comparado ao segundo trimestre, no qual registrou 5%. Portanto, os dados evidenciam que a maior parte das pessoas atendidas foi encaminhada ao cumprimento de suas respectivas alternativas penais dentro do prazo pactuado no IX Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Conforme solicitado no último Relatório de Monitoramento do OEP, ressalta-se que as Centrais que ainda apresentam o fluxo de encaminhamentos como um ponto desafiador do trabalho vem sendo acompanhadas dentro da sua especificidade e orientadas para que ações concretas sejam efetivadas em prol da qualificação desse desempenho - e os reflexos são visíveis nos valores alcançados no trimestre em tela. Nesse sentido, enfatiza-se que nenhuma unidade da CEAPA descumpriu a meta referente ao indicador.

Como forma de representar o sucesso atingido, se destaca o fato de que dentre as 20 unidades componentes da Ceapa, 14 não registraram qualquer caso acima do limite de 120 dias, demonstrando importante avanço em relação ao período anterior.

Em relação às análises apresentadas no último Relatório Gerencial de Resultados, bem como no Relatório de Monitoramento, destaca-se novamente o avanço do indicador na unidade de Governador Valadares. Essa melhora - neste e nos outros municípios que também evoluíram positivamente no indicador - pode ser atribuída aos direcionamentos postos em capacitações e supervisões para a condução célere ao início do cumprimento e na eficiência na gestão dos casos, com

atuação focada nos casos pendentes, que resultou em queda expressiva no índice. Com isso, se acrescido de atuação consistente na rede e monitoramento tempestivo, também será possível observar evolução no índice de cumprimento.

Por outro lado, ainda que tenham atingido resultados dentro da meta esperada também nesse período, as Centrais de Ibirité, Santa Luzia e Contagem permanecem com cenário desafiador. Contagem manteve certa estabilidade, atingindo 5% de casos aguardando encaminhamento fora do prazo de 120 dias no mês de setembro. A alta entrada de alternativas penais no município permanece culminando em maior número de pessoas aguardando encaminhamento para dar início ao cumprimento, especialmente porque a equipe possui capacidade técnica limitada para abertura dos grupos. Tal aspecto já é objeto de alinhamento com a DAL/SUPEC para que intervenções sejam construídas visando a superação desse cenário. Já em Ibirité e Santa Luzia houve queda no desempenho desse indicador, resultando em 14% e 12% de pessoas aguardando o início da alternativa penal, respectivamente, em decorrência da já citada reconfiguração da equipe técnica, que culminou na priorização dos atendimentos ao público. Enfatiza-se que as três Centrais receberão atenção especial neste tópico nos meses subsequentes e seguirão sob monitoramento para prevenir acúmulo de pendências futuras.

Em síntese, os dados indicam que as unidades vêm se organizando adequadamente para garantir a fluidez entre a inscrição e o início do cumprimento da alternativa penal, assegurando coerência metodológica, aderência aos prazos e qualificação da gestão dos fluxos de trabalho que envolvem esse indicador.

Por fim, destaca-se que já foi realizada uma reunião entre a OS e o OEP para discutir a forma de cálculo deste indicador, resultando em consenso para a elaboração de texto, em Termo Aditivo futuro, que contemplará os ajustes necessários. Conforme acordado, será mais adequado que o denominador considere o número de alternativas penais "aguardando" no último mês de referência do trimestre avaliado, de modo a refletir o status mais atual e real das situações acompanhadas, em vez de utilizar o somatório acumulado ao longo de todo o período. Ressalta-se, entretanto, que a metodologia atualmente adotada não comprometeu significativamente a análise, sendo mantida a lógica para compreensão do cenário de cada unidade.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 18.792 •	• 19.001 •
Descrição do Indicador	
O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas; 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento; 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas; 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas; 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença; 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizados cumulativamente • 19.001 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 18.792 •, alcançou-se 101,1% do objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 21 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	1702	373	283	313	2671
BETIM	545	125	102	99	871
CONTAGEM	968	178	83	118	1347
DIVINÓPOLIS	663	125	116	156	1060
GOVERNADOR VALADARES	369	72	71	73	585
IBIRITÉ	488	71	110	110	779
IPATINGA	550	153	99	166	968
JUIZ DE FORA	1382	262	249	272	2165
MONTES CLAROS	1017	182	152	166	1517
RIBEIRÃO DAS NEVES	1005	221	197	261	1684

SANTA LUZIA	780	133	134	130	1177
SETE LAGOAS	1010	197	195	199	1601
UBERABA	567	99	73	115	854
UBERLÂNDIA	660	107	74	90	931
VESPASIANO	508	70	118	95	791
TOTAL	12214	2.368	2.056	2.363	**19001**

O presente período avaliatório foi marcado por importantes avanços e destaques na condução e desenvolvimento do trabalho pelo PrEsp de maneira geral. Caminhou-se para um amadurecimento do trabalho realizado na mobilização do público pré-egresso, através do fomento à implementação do projeto Construindo a Liberdade em todos os municípios de atuação do programa. O referido projeto está fundamentado na metodologia nacional de mobilização das pessoas pré-egressas e objetiva contribuir para a qualificação da saída das pessoas presas das respectivas unidades prisionais.

Pensar a prevenção no contexto do egresso do sistema prisional inclui atuar em tempo e a contento enquanto os indivíduos ainda estão privados de liberdade, mas próximos de sua saída. Desta forma, o projeto, que conta diretamente com a parceria com o DEPEN-MG, busca intercalar num período de 06 meses atendimentos individuais e atividades coletivas reflexivas com um grupo determinado e fechado de pré-egressos, os quais poderão, com o auxílio das equipes técnicas, organizar sua saída, contando também com o apoio da rede parceira do município. Alcançamos o percentual de pouco mais de 60% de avanço na execução do projeto neste ano, sendo considerado para tal cálculo o número total de municípios que implementaram ou estão em fase de implementação do projeto nas respectivas unidades prisionais parceiras.

Embora se tenha notado significativo avanço, os desafios se fazem presentes e o programa tem buscado sempre discuti-los com o parceiro, principalmente aquelas que cercam limitações e adequações dos espaços para a execução das atividades, sobretudo, para a condução dos atendimentos individuais, que demandam uma certa privacidade e sigilo. Com adaptações e disponibilidade de ambas as partes, o Construindo a Liberdade tem se revelado uma potência diante dos direcionamentos e norteadores da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

Para uma melhor qualificação do serviço prestado ao público e um melhor alinhamento das diretrizes de trabalho e de acompanhamento, a Supervisão de Prevenção vem atuando, após a modificação estrutural mencionada no último período avaliatório, com força total na capacitação e desenvolvimento dos Gestores Sociais para que eles deem conta de responder às demandas de gestão, liderança e de metodologia dos programas. A Supervisão de Prevenção do programa PrEsp tem buscado refinar e alinhar as compreensões metodológicas basilares com os gestores, construindo uma linha do tempo que perpassa desde a definição do público egresso, com abordagem acerca dos desafios que o cercam tanto durante o aprisionamento como após, até o destrinchamento do instrumental padrão de acompanhamento de cada egresso (PAE), instrumental que demanda organização e condução de processos específicos de trabalho do PrEsp.

Construir uma base comum para os Gestores Sociais do Elo objetiva criar um lugar de segurança e de maior velocidade nos processos de tomadas de decisão na ponta. O trabalho de formação tem sido mesclado também com o aprofundamento em determinadas temáticas específicas que, numa perspectiva interseccional, afeta o público egresso e demandam especial atenção durante o processo de acompanhamento. Neste período avaliatório, por exemplo, o programa protagonizou espaços de capacitação, interno e externo, abarcando a temática do gênero e diversidade sexual.

Em agosto, a Supervisão de Prevenção articulou um espaço formativo com a rede parceira do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte, onde foi possível construir um espaço, em conjunto com o serviço de atenção à pessoa custodiada (APEC), no qual disponibilizou-se o letramento em diversidade sexual e de gênero e reflexões metodológicas pertinentes para a equipe técnica dos programas e os respectivos gestores. O espaço foi muito bem avaliado pelos participantes e contribuirá para uma melhor compreensão acerca deste marcador social, o que possibilitará também o desenvolvimento de novas técnicas e manejos no acolhimento e acompanhamento do público atendido pelo programa.

Não há como deixar de mencionar também os frutos e resultados colhidos do seminário das lideranças, executado no primeiro semestre deste ano. É nítido o desenvolvimento dos gestores e a apreensão sobre a dimensão real da ocupação de uma posição de liderança. Os resultados foram positivos e são perceptíveis na forma de condução da grande maioria dos que estiveram presentes. Além disso, a lógica colaborativa e de cooperação entre os pares e programas têm sido concretizada através de ações específicas que reúnem equipes e gestores ou só gestores que, autonomamente, têm buscado a troca e o desenvolvimento enquanto ferramenta concreta para a solução dos desafios diários.

O presente trimestre foi um período marcado ainda pelo avanço significativo no desenvolvimento do sistema do programa, que tem sido executado e coordenado pela empresa contratada pelo Instituto Elo, junto do acompanhamento da Supervisão de Prevenção, setor de monitoramento/projetos do Elo e Diretoria da SUPEC. O sistema já está bastante

avançado e bem próximo de sua conclusão, o produto entregará uma ferramenta que trará mais segurança e validade dos registros, armazenamentos de dados e informações do programa. A metodologia utilizada no desenvolvimento do sistema pela empresa contratada permite o alinhamento frequente e contínuo com o corpo estratégico do programa na SUPEC e no Instituto Elo, o que tem proporcionado uma construção específica e com a cara do programa.

Neste trimestre também, foi concluída a Comissão de Indicadores com a entrega da proposta do novo indicador: "Percentual de inclusão social dos egressos atendidos no PrEsp". O indicador apresenta estrutura metodológica robusta, e busca avaliar o impacto do acompanhamento técnico ofertado pelo PrEsp no enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Para isso, considera-se essencial que os atendimentos continuados, desenvolvidos a partir da construção e execução do Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE), resultem em intervenções efetivas capazes de mitigar e/ou solucionar as vulnerabilidades identificadas ao longo do tempo de acompanhamento. A Comissão de Revisão Metodológica segue em pleno andamento, com avanço significativo nas discussões e nas entregas. Ainda não há previsão para a conclusão dos trabalhos, considerando o volume expressivo de documentos a serem analisados e revisados.

Para o público atendido e acompanhado pelo PrEsp, as parcerias voltadas à profissionalização, qualificação e ao acesso a emprego e renda são de fundamental importância. Nesse sentido, em atenção a essa frente, avançamos na interlocução com a Assessoria Popular Maria Felipa, responsável pela execução do projeto "Trabalho para Elas" — iniciativa que promove o desenvolvimento social por meio da educação e do trabalho, com foco na empregabilidade de mulheres cis e trans egressas do sistema prisional, visando sua reintegração social e autonomia financeira. — os municípios de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Betim realizaram 25 indicações de participantes com perfil compatível ao projeto, para que lhes sejam oportunizadas ações de inclusão social, educacional e produtiva. As equipes municipais têm fomentado atendimentos de retorno das egressas e familiares indicados, a fim de avaliar os impactos e resultados individuais decorrentes desta parceria.

Em continuidade à execução do Projeto Alvorada, que visa à inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, foram realizados grupos de acompanhamento nos três municípios de atuação — Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia — abordando temáticas como mercado de trabalho, integração grupal e respeito às diversidades, entre outras. Também foram promovidas articulações de rede com os Institutos Federais, parceiros de execução do projeto, para discussão de casos e definição de estratégias de intervenção — frente importante para o fomento à permanência dos participantes nos cursos ofertados.

Considerando a relevância do alinhamento contínuo com o CEFET-MG, tendo em vista que os participantes encaminhados são oriundos tanto de Belo Horizonte quanto da Região Metropolitana, foi realizada reunião entre os gestores municipais e a referência da Instituição, com o objetivo de promover os ajustes necessários ao acompanhamento dos egressos. Outro momento de destaque ocorreu no mês de agosto, quando a Gestão Social de Montes Claros acompanhou a visita da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais (DICAP/SENAPPEN) ao complexo industrial da Novo Nordisk – Montes Claros/MG. A visita teve como objetivo a apresentação do Projeto Alvorada e a construção conjunta de ações de integração voltadas ao desenvolvimento social e econômico, com ênfase na qualificação profissional e na ampliação do acesso a oportunidades de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares.

Realizada uma contextualização geral sobre as ações e avanços do programa no referido período, passa-se a análise específica dos municípios que se destacaram em suas performances para o indicador 5.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp:

Os municípios de Juiz de Fora e Sete Lagoas demonstram uma tendência consistente de crescimento no quantitativo do Indicador 5.1 ao longo dos três primeiros trimestres do ano. Em Juiz de Fora**,** os números evoluíram de 660 atendimentos no 1º trimestre, para 722 no 2º trimestre e 783 no 3º trimestre. O aumento do número de atendimentos está relacionado ao crescimento das inscrições, que totalizaram 53 no período. Destas, 26 ocorreram por encaminhamento da rede, sendo a maioria encaminhadas pelos Serviços de Assistência Social do município.

As ações de apresentação do programa nos espaços de redes, sobretudo equipamentos voltados ao atendimento à população em situação de rua, contribuíram significativamente para a ampliação das portas de entrada. Destaca-se também o aumento de inscrições de mulheres cis e trans, com 11 inscrições de mulheres cis e 1 de mulher trans no período. Os novos casos inscritos, somados à manutenção dos acompanhamentos, têm impulsionado o aumento no quantitativo de atendimentos de retorno, refletindo a continuidade das ações e o fortalecimento do vínculo com o público atendido. Durante o trimestre, foram realizadas três atividades coletivas com mulheres pré-egressas na Penitenciária feminina José Edson Cavalieri (PJEC), abordando temáticas reflexivas como *"Agosto Lilás"* e *"Pensando em um recomeço, através da música"*.

Em Sete Lagoas, o acumulado do indicador 5.1 apresentou crescimento ao longo dos três primeiros trimestres, passando de 473 atendimentos no 1º trimestre para 537 no 2º e 591 no 3º. Durante esse período, foram realizadas 16 atividades coletivas, com 164 participações, envolvendo egressos, familiares de egressos e público pré-egresso, por meio de

grupos de apresentação, reflexivos e de acompanhamento. Destaca-se, como exemplo, a ação realizada no Centro Pop do município e na Comunidade Terapêutica Emaús, com público misto, em atenção à campanha *"Agosto Lilás – Campanha Nacional de Conscientização pelo Fim da Violência contra a Mulher"*.

Os principais objetivos foram promover a reflexão sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres, bem como estimular o engajamento da sociedade no combate à violência. De forma complementar, uma ação com a mesma temática foi realizada no Presídio Promotor José Costa, durante o encontro do "Projeto Construindo a Liberdade". No trimestre, foram contabilizados 296 atendimentos de retorno, resultado que reflete o fortalecimento dos vínculos estabelecidos pela equipe com o público inscrito, contribuindo para o sucesso na progressão dos acompanhamentos e, consequentemente, para o aumento do número de atendimentos.

Por sua vez, os municípios de Ibirité e Ipatinga, diferentemente dos períodos anteriores, alcançaram os resultados esperados para o trimestre, demonstrando avanço significativo em seus percentuais de evolução.

Em Ibirité, o indicador passou de 227 no primeiro trimestre para 291 no terceiro, representando um crescimento de 28,19%. Já em Ipatinga, observou-se uma variação acumulada de 86,61% ao longo do período, com evolução de 224 no primeiro trimestre para 326 no segundo e 418 no terceiro, refletindo a consolidação dos esforços realizados ao longo do ano.

Ribeirão das Neves**,** respeitando um padrão já consolidado nos períodos avaliatórios anteriores, também cumpriu com sobra a meta pactuada para este indicador apresentando um avanço de 26% do quantitativo apresentado no trimestre anterior, somando um total de 679 atendimentos realizados em três meses. O município tem, em parceria com a Juíza titular da Vara de Execuções Penais e o DEPEN-MG, intensificado a atuação junto ao público pré-egresso, estando todas as semanas em uma unidade prisional de Neves.

A equipe neste último trimestre alcançou o maior patamar durante todo o ano para o indicador 5.1, tendo atingido no mês de setembro 261 atendimentos, cumprindo com quase 200% da meta pactuada. O trabalho no município tem despertado a atenção da Gestão Social e da Supervisão de Prevenção que tem observado com cuidado todas as frentes de atuação e buscado equilibrar o quantitativo de ações e a disponibilidade de profissionais da equipe técnica, a fim de construir um trabalho que faça sentido para o município, mas que ao mesmo tempo seja sustentável em termos de recursos humanos.

Outro município que superou a meta percentual pactuada neste período avaliatório foi Divinópolis, concluindo uma entrega de 397 atendimentos realizados. A Gestão Social equipe técnica do Instituto Elo tem fomentado ações junto ao público pré-egresso, a fim de proporcionar o amplo conhecimento do programa pelo público do sistema prisional, bem como o início da construção da vinculação dos potenciais usuários para o acompanhamento oferecido pelo PrEsp.

Embora, proporcionalmente falando, ainda seja possível observar no município uma presença mais significativa da atuação do programa junto ao público pré-egresso, o quantitativo de usuários que circularam e receberam atendimentos na Unidade de Prevenção à Criminalidade aumentou, comparativamente, com relação ao último trimestre. O número de atendimentos de retornos cresceu em 33% de um período para o outro, fruto do investimento da equipe técnica, sob orientação da Gestão Social do Elo, no desenvolvimento de estratégias para a vinculação do público ao acompanhamento realizado pelo programa.

Belo Horizonte, do mesmo modo, alcançou a meta percentual global estabelecida para o trimestre, quebrando um histórico de baixa neste indicador, realizando um total de 969 atendimentos no período, com uma média mensal de 323 atendimentos. O município cumpriu com aproximadamente 105% da meta global pactuada no trimestre, considerando a meta/mês de 308 atendimentos, conforme alinhado com a diretora da SUPEC. O resultado é fruto de um trabalho da Gestão Social, em parceria com a Supervisão de Prevenção do Elo, que vêm atuando de forma minuciosa no processo de organização das rotinas e processos de trabalho da equipe técnica. O município realizou 609 atendimentos de retorno no último trimestre, o que evidencia o esforço e empenho da equipe técnica no acompanhamento e na vinculação do público atendido pelo programa. Além disso, a equipe técnica realizou 22 atividades coletivas no período avaliatório, nos espaços da UPC, da rede e das unidades prisionais, o que contribuiu para esse avanço de mais de 14% nos resultados deste indicador, se comparado ao último trimestre.

Na contramão do até aqui abordado, houve alguns municípios que enfrentaram desafios para o alcance do indicador 5.1 - número acumulado de atendimentos, neste trimestre. Os municípios de Uberlândia e Governador Valadares, que já vinham tendo dificuldades no alcance do indicador de atendimentos, tiveram novamente desempenho abaixo do estipulado para este indicador, tendo o município de Uberlândia alcançado apenas 68% da meta.

Embora os dados apontem para um desempenho abaixo da média, a equipe do PrEsp de Uberlândia foi atravessada no último trimestre com algumas baixas e instabilidades não previstas e nem previsíveis na composição da

equipe, que atuou incompleta durante todo o trimestre, além de ter passado por uma troca recente da Gestão Social de referência. Tais processos, trouxeram cenários de difícil contorno, sendo que a Gestão Social do Elo precisou recuar estrategicamente de diferentes ações, a fim de manter a frente prioritária do programa, que é um programa de porta aberta, que, portanto, precisa ter pelo menos um técnico na Unidade de Prevenção à Criminalidade disponível ao atendimento.

A Supervisão de Prevenção tem dialogado e acompanhado de perto toda a situação da equipe, buscando desenvolver estratégias possíveis e menos impactantes nos resultados do programa, mas não há que se olvidar que a ausência da equipe técnica completa na UPC impossibilita a condução de todas as frentes de trabalho. O recuo foi necessário em virtude de situações imprevisíveis, mas, com a estabilização do cenário da equipe, a Supervisão de Prevenção irá construir um plano de ação para os próximos três meses, a fim de avaliar quais são as possibilidades de atuação e de ampliação do alcance do público egresso no município, considerando a disponibilidade de toda a equipe técnica.

Apesar do não alcance, Uberlândia avançou na implementação do Construindo a Liberdade no Presídio do município com o público feminino. O projeto que foi implementado no último mês do período avaliatório já realizou 24 atendimentos ao público feminino de uma das unidades prisionais. É de conhecimento do programa que os desafios e os eixos de subordinação a que as mulheres estão histórica e culturalmente submetidas implica adversidades específicas que demandam um olhar peculiar na atuação das equipes, e poder avançar nessa pauta em Uberlândia simboliza uma conquista significativa.

Em Governador Valadares**,** o cenário não foi diferente, sendo alcançado apenas 55% da meta global pactuada para o trimestre. O município tem buscado ampliar e desenvolver estratégias para contornar a situação, tendo apostado na construção do trabalho em rede e num investimento maior com o público pré-egresso, através das intervenções grupais nas unidades prisionais. Embora a Gestão Social esteja em constante diálogo para os alinhamentos institucionais com o parceiro, sabe-se que existem outros limites da rede que interferem no processo de consolidação das nossas ações.

A Gestão Social do Elo e a equipe técnica têm buscado saídas alternativas ao contexto, buscando maneiras de conseguir aumentar a adesão do público ao programa, a partir de intervenções e entregas significativas. A equipe tem planejado algumas propostas de execução do trabalho, como o desenvolvimento de uma ação coletiva contínua que trabalhe com a possibilidade da remissão, o que será feito após a estruturação do projeto e alinhamento junto à Vara de Execuções Penais. Estratégias como essas estão sendo pensadas e desenvolvidas a fim de potencializar o alcance do público e a consequente adesão ao acompanhamento do programa.

O município de Uberaba também não alcançou a meta do Indicador 5.1, realizando 287 dos 396 atendimentos esperados, o que corresponde a 72% da meta pactuada. Observa-se que um dos fatores que ainda dificulta o alcance da meta é a alternância na presença do público, que mesmo apresentando diversos processos de vulnerabilização, nem sempre adere ao acompanhamento sistemático. Como estratégia para fortalecer a vinculação ao programa e aumentar o retorno, foram implementadas ações de busca ativa, incluindo ligações, contatos com a rede parceira e iniciativas de incentivo à participação do público.

A Gestão Social do Elo, em conjunto com a equipe técnica, tem buscado qualificar as análises sobre fatores externos que possam impactar na chegada e vinculação de egressos, por meio do acompanhamento próximo do público egresso e de seus familiares, bem como através da realização de reuniões com as redes parceiras. Adicionalmente, seguem em curso as articulações com o Poder Judiciário e as Unidades Prisionais para a retomada das atividades coletivas com o público pré-egresso, ação que, além de ser fundamental para garantir o alcance desse público, contribui diretamente para o avanço do Indicador 5.1. Como resultado das articulações, foi viabilizado o agendamento de uma atividade coletiva de apresentação na Penitenciária Professor Aloísio Ignácio de Oliveira.

O município de Betim, embora ainda não tenha atingido a meta estabelecida para o trimestre, apresentou evolução significativa em seu desempenho, registrando aumento de 24,90% em relação ao primeiro período avaliativo — passando de 261 atendimentos para 326 no 3º trimestre. Durante o período, foram realizados 64 atendimentos de inscrição, quantitativo superior ao somatório dos dois trimestres anteriores (44 inscrições). Esse avanço está diretamente associado ao investimento da Supervisão de Prevenção e da Gestão Social na construção conjunta de estratégias com a equipe técnica, voltadas à reorganização interna e ao fortalecimento da adesão do público, especialmente durante o período de assinatura, que em Betim ocorre mensalmente. Das 64 inscrições realizadas, 54 tiveram como forma de chegada a assinatura, o que reforça a importância de ampliar as portas de entrada do programa. Nesse sentido, já estão em andamento projetos articulados com a rede de Atenção Primária à Saúde, além de iniciativas voltadas à empregabilidade e geração de renda, e parcerias com Comunidades Terapêuticas, considerando os cuidados específicos e as particularidades de cada parceiro envolvido.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 80% •	• 85,2% •
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2025 a 30/09/2025 2024 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 85,2% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 80% •, a meta foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 22 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	**609**	**762**	80%
BETIM	**214**	**278**	77%
CONTAGEM	**238**	**301**	79%
DIVINOPOLIS	**113**	**146**	77%
GOVAL	**94**	**105**	90%
IBIRITE	**197**	**216**	91%
IPATINGA	**171**	**215**	80%
JUIZ DE FORA	**535**	**588**	91%
MONTES CLAROS	**325**	**395**	82%
RIBEIRÃO DAS NEVES	**310**	**335**	93%
SANTA LUZIA	**246**	**275**	89%
SETE LAGOAS	**296**	**320**	93%
UBERABA	**153**	**170**	90%
UBERLÂNDIA	**113**	**146**	77%
VESPASIANO	**128**	**140**	91%
TOTAL	**3742**	**4392**	**85%**

O indicador de adesão se manteve estável no 3º trimestre de 2025, evidenciando a consolidação do vínculo do público atendido com o PrEsp. Ainda que o percentual de vinculação tenha apresentado ligeira redução em relação aos trimestres anteriores, o resultado geral — 85% de adesão e 3.742 atendimentos de retorno — demonstra a efetividade do acompanhamento e das estratégias de manutenção de vínculo.

De modo geral, observa-se predominância de estabilidade entre os municípios, com destaque para Ribeirão das Neves, Ibirité, Sete Lagoas e Uberaba, que superaram as metas pactuadas para o período. Em contrapartida, Betim e Uberlândia apresentaram índices ligeiramente inferiores, ainda assim próximos ao pactuado.

Ribeirão das Neves, cumprindo com a tendência de estabilidade neste indicador, superou a meta pactuada alcançando o maior percentual global médio para o trimestre. O município executou 116% da meta estabelecida para o

indicador de adesão, realizando 310 atendimentos de retornos no trimestre. Destaca-se que o município executou 22 atividades coletivas no trimestre, alcançando 227 atendimentos, e mesmo assim, a equipe técnica conseguiu manter uma organização e disponibilidade para a execução de todos os atendimentos individuais de retorno do público egresso na unidade.

A Gestão Social do Elo tem conseguido trabalhar na organização da rotina da equipe, realizando sempre uma leitura estratégica acerca do cenário, a fim de evitar desafios, seja com relação a ausência da equipe técnica para o acolhimento do público, seja em virtude de um volume de atividades incompatível com a capacidade e o quantitativo de analistas da equipe técnica. Não há como não destacar também, o papel crucial dos estagiários do programa no município, que no referido trimestre atuaram com empenho, proatividade e extrema criatividade na formulação e organização das atividades coletivas, com entregas materiais e simbólicas ao público atendido, o que sem dúvida alguma fortalece o processo de vinculação dos usuários.

Os municípios de Ibirité, Sete Lagoas e Uberaba superaram o percentual de adesão pactuado para o trimestre, alcançando índices entre 113% e 116%.

O município de Ibirité, com 197 atendimentos de retorno registrados no período, destaca-se pela efetividade das ações de articulação e mobilização da rede parceira, que têm resultado em novos encaminhamentos para inscrição. Observa-se, ainda, o aumento no número de atendimentos individuais na UPC, indicador que evidencia a manutenção do vínculo com o público acompanhado e a continuidade da evolução do Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE).

Em Sete Lagoas, foram realizados 296 atendimentos de retorno, resultado atribuído ao planejamento e à execução sistemática de ações voltadas à ampliação do alcance do público, assegurando que novos inscritos sejam continuamente encaminhados pela rede parceira. Como estratégia adicional para aprimorar o indicador, a equipe tem realizado busca ativa junto aos inscritos com casos sem atualização recente, com o objetivo de mobilizar os egressos para o retorno ao acompanhamento e atualização de suas demandas.

O município de Uberaba, com 153 atendimentos de retorno no trimestre, também destaca a busca ativa como uma estratégia consolidada para o fortalecimento do vínculo e o retorno dos egressos à UPC. Outro aspecto que contribuiu para a continuidade dos acompanhamentos é a orientação dada à equipe para o agendamento de retorno já em atendimento, considerando as necessidades identificadas e os desdobramentos dos encaminhamentos construídos.

Entre os três municípios, ressalta-se como aspecto comum a relevância da construção e monitoramento do Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE), este construído junto da equipe técnica e da pessoa acompanhada, considerando vulnerabilidades relatadas e observadas pela equipe. Além disso, destaca-se a importância dos estudos de caso, realizados em diferentes níveis — entre Gestão Social e Supervisão de Prevenção, equipe técnica e Gestão Social e entre equipe e rede de proteção. Esses espaços têm se mostrado fundamentais para o planejamento de ações e intervenções, além de contribuírem para o aprimoramento dos fluxos de encaminhamento.

Betim e Uberlândia atingiram, conjuntamente, 77% do percentual de adesão global no trimestre. Embora os resultados estejam ligeiramente inferiores aos observados nos períodos avaliativos anteriores, mantêm-se próximos dos 80% pactuados, o que demonstra estabilidade no desempenho dos municípios.

Em Betim, foram registrados 214 atendimentos de retorno, número superior ao dos trimestres anteriores. A equipe tem intensificado as ações de busca ativa junto aos egressos inscritos sem acompanhamento ativo, com o objetivo de fomentar o retorno e avançar nas etapas do Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE). Durante o período, foi realizada uma ação alusiva à campanha "Agosto Lilás", voltada à mobilização de mulheres egressas e familiares.

Apesar dos esforços empreendidos na sensibilização e convite, o número de participantes ficou abaixo do esperado. Em contatos posteriores, algumas egressas justificaram a ausência por compromissos de trabalho, responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos, fatores que impactaram na adesão à atividade. Diante desse cenário, a Gestão Social e a equipe técnica têm dialogado sobre a elaboração de um roteiro de atividades mais sensível às interseccionalidades que permeiam o perfil do público atendido, de modo a favorecer maior participação nas ações do programa.

Do mesmo modo, Uberlândia não logrou êxito no alcance global para este indicador no referido trimestre, tendo cumprido na média global com 95% da meta estabelecida. O município realizou 113 atendimentos de retorno e, embora tenha sido o menor número no ano, o que também se relaciona aos desafios da unidade mencionados no tópico do indicador 5.1, Uberlândia tem conseguido se destacar no acompanhamento do público egresso que está vinculado no projeto Alvorada ciclo II, tendo contribuído significativamente para a manutenção dos alunos no curso de Eletricista Instalador Predial ofertado no município pela Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com a SENAPPEN.

A equipe técnica tem executado grupos reflexivos com os participantes do curso, a fim de trabalhar temáticas transversais à grade curricular, bem como desafios que atravessaram a jornada estudantil dos alunos. Além disso, vale destacar ainda a atuação da Gestão Social no município que, buscando fortalecer a parceria com as instituições da rede, tem somado esforços para a construção de um espaço de formatura qualificado para os alunos, bem como tem conseguido avançar na execução do projeto Construindo a Liberdade com o público feminino, conforme elucidado no indicador 5.1 também.

De modo geral, o indicador 5.2 de adesão ao acompanhamento do PrEsp manteve-se estável e satisfatório no 3º trimestre de 2025, o que evidencia a efetividade das estratégias de manutenção de vínculo com o público atendido. Houve predominância de estabilidade entre os municípios, com destaque para Ribeirão das Neves, Ibirité, Sete Lagoas e Uberaba, que superaram as metas pactuadas, demonstrando boas práticas.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.065 •	• 2300 •
Descrição do Indicador	
O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização: 1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido; 2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município; 4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares; 5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade; 6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/07/2025 a 30/09/2025 foram realizadas cumulativamente • 2300 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.065 •, o objetivo foi alcançado integralmente (11% acima do estabelecido). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 23 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	115	33	34	26	208
BETIM	88	15	17	15	135
CONTAGEM	93	17	15	16	141
DIVINOPOLIS	90	15	19	18	142
GOVAL	69	15	16	15	115
IBIRITE	147	14	12	12	185
IPATINGA	73	15	18	18	124
JUIZ DE FORA	118	24	24	23	189
MONTES CLAROS	104	19	29	23	175
RIBEIRÃO DAS NEVES	125	23	17	21	186
SANTA LUZIA	120	15	16	20	171
SETE LAGOAS	107	18	22	18	165
UBERABA	82	15	15	13	125
UBERLÂNDIA	81	20	18	12	131
VESPASIANO	73	11	11	13	108
TOTAL	**1485**	**269**	**283**	**263**	**2300**

O terceiro trimestre de 2025 foi o mais produtivo até o momento, apresentando excelentes indicadores de desempenho e superação da meta estabelecida. O período registrou 116% de cumprimento do pactuado entre os municípios, com 14 dos 15 municípios de atuação dos programas atingindo integralmente suas metas. No total, foram realizadas 815 articulações nas categorias que compõem o Indicador 5.3, demonstrando a consolidação das estratégias de mobilização e articulação interinstitucional. O resultado só reforça o compromisso da atuação do programa junto às parcerias locais de cada município, bem como a consolidação da estratégia de expansão das ações e do alcance do programa.

Entre os destaques, Belo Horizonte apresentou 93 atividades registradas, alcançando crescimento de quase 45%, entre o 1º e o 2º trimestre, e aproximadamente 37%, entre o 2º e o 3º trimestre. Este desempenho reflete o retorno efetivo das estratégias orientadas pela Supervisão de Prevenção e Gestão Social, que vêm sendo implementadas pela equipe técnica.

Uberlândia não ficou atrás, realizando 50 ações de rede no trimestre, cumprindo assim com 111% da meta pactuada. A Gestão Social e Supervisão de Prevenção têm trabalhado desde o início do ano em uma organização que traga sustentabilidade às atividades de mobilização de rede no referido município, uma vez que já houve desafios históricos no alcance e estabilização deste indicador. Com a estratégia da divisão do trabalho de rede por regiões e com a organização de cada analista da equipe técnica frente às necessidades dos respectivos territórios, foi possível manter o alcance do indicador de rede, mesmo diante do desfalque da equipe técnica no último trimestre.

Merece destaque a progressão do município de Ipatinga, que ampliou o número de atividades de mobilização de rede de 27 no primeiro trimestre para 51 no terceiro, atingindo 113% da meta pactuada — um avanço expressivo que evidencia o fortalecimento das ações locais de articulação e integração com a rede parceira.

Outrossim, o município de Montes Claros também apresentou evolução significativa no desempenho deste indicador, chegando à 71 articulações neste período. Houve uma intensificação da equipe em ações junto à rede de proteção para discussões de caso, foram realizados 26 no trimestre, ação que permite a ampliação de intervenções, ao considerar a situação de cada egresso, através de leituras de território, vulnerabilidades, oportunidades, fatores de risco e de proteção.

Outras articulações relevantes foram realizadas com vistas à construção de fluxos de encaminhamento e alinhamentos intersetoriais, envolvendo o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP); Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD); Centro de Referência Especializado de Assistência Social I (CREAS I); CRDH Norte/Cáritas, o Serviço Social do Presídio Montes Claros I e II, além dos programas da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) de abrangência territorial.

Como ação de destaque, que reafirma o compromisso de Montes Claros com a rede de proteção e com o público atendido, foi realizado em 26 de setembro de 2025, na Praça do bairro Vila Áurea, o primeiro "Conectando com a Prevenção", evento idealizado pelos programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade (PrEsp, CEAPA, Fica Vivo! e Mediação de Conflitos). A iniciativa teve como objetivo aproximar os programas das comunidades do Grande Santos Reis, território de referência da base local, promovendo o acesso à informação, ao lazer e à valorização da vida. O evento contou com programação diversificada, incluindo oficinas realizadas pelos jovens do Fica Vivo! e pelos feirantes do Mediação de Conflitos, além de apresentações culturais de dança, música e artes. Durante toda a programação, estiveram presentes o Serviço de Atendimento Jurídico Itinerante (SAJ/Unimontes); Unidade de Atendimento Integrado (UAI); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); CREAS I e a Subprefeitura Municipal.

Entre equipes técnicas, oficineiros, público dos programas e comunidade em geral, registrou-se a participação média de 120 pessoas. O evento consolidou-se como uma ação de integração entre programas e comunidade, fortalecendo a articulação intersetorial e reafirmando o papel da Política de Prevenção Social à Criminalidade como instrumento de promoção da cidadania e de valorização da vida.

O trimestre confirma a maturidade do programa na articulação intersetorial, a eficiência das equipes técnicas e da Gestão Social, além da efetividade das estratégias de aproximação com a comunidade e a rede local, o que se materializa na potencialização do acesso às garantias e à cidadania pelo público acompanhado.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Trata-se do terceiro período avaliatório de 2025, e o Programa Selo Prevenção Minas alcança a meta pactuada para o indicador 7.3 (mobilização social), no entanto, não alcança as metas pactuadas para os indicadores 7.1 (articulação de rede) e 7.2 (em curso).

Para este período avaliatório, eram esperadas o alcance de 315 articulações com a rede, 570 participantes nas atividades de formação ministradas pelo programa e 240 pessoas participantes das ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede promovidas pelo programa.

Neste trimestre, o Programa Selo Prevenção Minas alcançou 215 articulações de rede, 482 pessoas participantes nas atividades formativas e 249 pessoas participantes nas ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal e nas reuniões de rede promovidas pelo programa. No período avaliatório anterior, esta supervisão identificou que as equipes superaram o indicador em 97% acima do esperado e, após intervenções realizadas, as gestoras sociais direcionaram suas equipes no sentido de realizarem ações transversais com um grupo menor de pessoas, primando pela qualidade das ações, neste sentido, é esperado a manutenção desse método de trabalho para o 4º período avaliatório de 2025.

No tocante ao indicador 7.2, diferentemente do 26º período avaliatório, a meta não foi alcançada. Para o terceiro período avaliatório de 2025, foi exigida a participação de 570 pessoas nas atividades de formação ministradas pelo Programa. As unidades alcançaram juntas, um total de 482 pessoas, o que corresponde à 84% do indicador, sendo realizadas 13 capacitações em 12 municípios mineiros e integralizando 104 instituições municipais e estaduais. Foram abordadas temáticas voltadas para a Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade, Humanização no atendimento às vítimas de violência, Articulação de Rede e enfrentamento à Violência Doméstica.

Por fim, assim como no primeiro período avaliatório de 2025, neste trimestre o indicador 7.3 novamente é alcançado, no entanto, diferentemente do 26ª período avaliatório, não houve a superação exacerbada das expectativas, uma vez que as gestoras sociais acolheram e colocaram em prática as intervenções realizadas por esta supervisão no sentido de se priorizar a qualificação das ações transversais. Este indicador mensura a quantidade de pessoas presentes nas reuniões da Comissão Municipal, que neste trimestre foram 2 realizadas, sendo uma em Teófilo Otoni e uma em Patos de Minas; Mensura a quantidade de pessoas presentes em ações transversais, como por exemplo, rodas de conversa ou espaços formativos e também, pessoas presentes em reuniões de rede promovidas pelo Programa Selo. Neste sentido, as equipes executaram juntas, 2 rodas de conversa e 4 fóruns territoriais para a construção do Plano Municipal de Teófilo Otoni.

O terceiro período avaliatório fica marcado pela superação de obstáculos na condução dos trabalhos, na chegada de novos profissionais qualificados que vêm demonstrando boa apropriação metodológica, fruto do acompanhamento aproximado desta supervisão e das gestoras sociais, além dos direcionamentos efetivos emanados pela Coordenação Estadual do Programa Selo Prevenção Minas e pela Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade na execução prática desta metodologia complexa e desafiadora.

Feitas tais explanações, partiremos agora para a análise de cada indicador do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 805 •	• 546 •
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade; 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais; 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade; 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2025 a 30/09/2025 obteve-se um total acumulado de • 546 • ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 805 • ações, o Programa não atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 24: Indicador 7.1

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	**26º PA**	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
RISP 10	**142**	12	56	42	**252**
RISP 15	**189**	26	18	61	**294**
Total	**331**	**38**	**74**	**103**	**546**

A atuação do Programa Selo Prevenção Minas, como sabe-se, é regional. Neste sentido, as Unidades de Prevenção à Criminalidade são implantadas nas sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública em que irão atuar. No atual cenário, estamos na RISP 4, cuja sede é Juiz de Fora, no entanto, a Unidade de Prevenção à Criminalidade foi implantada em Ubá, na RISP 10, cuja sede é Patos de Minas e em Teófilo Otoni, município sede da RISP 15.

A RISP 4 conta com 86 municípios, a RISP 10 conta com 23 municípios e a RISP 15, por sua vez, com 60 municípios. Neste sentido, fazendo uma análise global, o programa Selo Prevenção Minas, possui sua abrangência estendida para 169 municípios e para analisarmos o indicador 7.1 de forma generalizada, precisamos nos ater a este fator.

Eram esperadas para este trimestre o total de 315 articulações de rede, sendo alcançadas 215, o que corresponde a 68% do indicador, porém, apesar do não alcance numérico dos resultados, ações qualificadas foram realizadas como desdobramentos das articulações possíveis e que serão destacadas no presente relatório. Conforme dito acima, as três RISPS são compostas por 169 municípios e neste trimestre, alcançamos com nossas articulações 35 municípios, sendo 16 na RISP 10 e 19 na RISP 15, trata-se de um número expressivo, uma vez que se considerarmos que as ações ainda não vêm sendo executadas na RISP 4, a RISP 10 e 15 aumentaram o seu alcance em comparação com o trimestre anterior, uma vez que passaram e 33 para 35 municípios alcançados. Isso demonstra o poder de alcance de Unidades de Prevenção à Criminalidade

de abrangência Regional. Porém, urge a necessidade de convertermos as articulações de rede realizadas em ações efetivas para os eixos do Programa.

Para este período avaliatório, nos moldes do anterior, será mantida a proposta de apresentação dos resultados desenvolvidos ao longo do trimestre. Pretende-se, portanto, iniciar com o comportamento global do indicador 7.1, como exposto acima, partindo para a atuação individualizada por RISP, apontando o que carece de desenvolvimento e destacando ações efetivas.

A RISP 4

A Unidade de Prevenção Social à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas na RISP 4, estava prevista para ser implantada no mês de abril de 2025, desta forma, os indicadores vinham sendo exigidos desde o mês supracitado. O Programa Selo é executado junto ao Proteja Minas, neste sentido, a Gestora Social inicia os trabalhos no mês de agosto de 2025, passando por capacitações iniciais acerca do método do Selo e conciliando a gestão da equipe do Proteja Minas. A equipe de analistas sociais inicia os trabalhos no mês de setembro de 2025, onde passam também por algumas capacitações iniciais e, logo após este período de capacitações introdutórias, se dirigem para Belo Horizonte para participação no Seminário em comemoração aos 5 anos do Programa Selo e 20 anos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando essa implantação tardia, a equipe RISP 4 concentra os esforços para a construção do Diagnóstico de Implantação, desta feita, ainda não há registros de ações realizadas pela UPC RISP 4, considerando o cenário que se apresenta neste momento. As articulações de rede com os demais municípios que compõem a 4ª Região Integrada de Segurança Pública, estão previstas para ocorrerem no decorrer do mês de outubro, que inaugura o 4º período avaliatório de 2025. Com isso, no tocante aos indicadores, nos atentaremos aos resultados obtidos pelas execuções na RISP 10 e 15.

A RISP 10

Conforme já explicitado, a RISP 10 é composta por 23 municípios, tendo como sede, Patos de Minas. A partir de uma análise individualizada, para a RISP 10 eram exigidas 105 articulações de rede, tendo sido alcançadas pela UPC um total de 110 articulações, logo, a meta pactuada para a RISP 10 neste indicador fora alcançada dentro do esperado.

Neste período avaliatório, composto por 3 meses, visualiza-se o comportamento dos indicadores na RISP 10 da seguinte forma. No mês de julho, foram registradas um total de 12 articulações de rede, que consistem majoritariamente no agendamento de ações do eixo em curso e transversais. O mês de julho é tradicionalmente conhecido como um mês de recessos e em razão disso, o número de articulações exigidas para este mês, tende a ser diminuto, no entanto, apesar deste fator, chama a atenção o número alcançado no mês de julho, uma vez que eram esperadas um total de 25 articulações, tendo sido alcançadas somente 12 o que se justifica, conforme dito, pelas ausências identificadas nas administrações públicas municipais no mês de referência. A RISP 10 deve se atentar a qualificação das articulações com a rede para que estas se convertam em ações efetivas dos eixos do Programa.

No mês de agosto, foram registradas 56 articulações de rede, o que demonstra uma evolução positiva em comparação com o primeiro mês do 3º período avaliatório de 2025. Para este mês, esperava-se o alcance de 40 articulações de rede. Nota-se que a maioria das articulações tiveram como objetivo a recomposição dos membros da Comissão Municipal e a mobilização da rede patense na formulação de fluxos e protocolos de atendimento às vítimas de violência como entregas do Plano Municipal vigente no município. Nota-se também articulações voltadas para a marcação de ações transversais e atividades de formação tanto em Patos de Minas, quanto nos demais municípios que compõem a RISP 10.

Por fim, no mês de setembro, verifica-se um total de 42 articulações de rede majoritariamente voltadas para a mobilização da rede ou público para ações metodologicamente previstas.

As articulações realizadas ao longo do trimestre, tiveram como foco o convite dos membros para a participação nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, para a realização de atividades formativas e para a apresentação do Programa Selo à rede. Um ponto que chama a atenção e assim como no trimestre anterior, é que grande parte das articulações foram realizadas por contato telefônico, e portanto, se faz necessário para o próximo período avaliatório, intensificarmos as saídas da UPC para a execução de articulações presenciais, com vistas a restaurarmos os vínculos com a rede patense, e fortalecer ainda mais, com os demais municípios que compõem a RISP 10.

As articulações de rede realizadas na RISP 10, reverberaram na realização da reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade realizada no dia 27/08/2025:

Figura 11: Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade - Patos de Minas - agosto de 2025

Dando continuidade a proposta das últimas reuniões da comissão realizadas em Patos de Minas, os membros apresentaram as demandas de vítimas de violências que mais acessam os equipamentos públicos e, por meio de votação simples, elegeram a criação do protocolo de Crianças e Adolescentes Testemunhas ou Vítimas de Violência como prioritário, tendo sido feitos encaminhamentos para dar continuidade aos trabalhos da comissão municipal de Patos de Minas em cumprimento às ações do Plano Municipal.

Os resultados obtidos na RISP 10 relacionados ao indicador 7.1 foram satisfatórios, a equipe logrou êxito no alcance da meta pactuada, no entanto, urge a necessidade de se investir nos articulações presenciais para que haja a vinculação entre a política de prevenção social à criminalidade por meio do programa Selo Prevenção Minas e as administrações públicas municipais, como forma de se converter as articulações de rede nas demais ações previstas na metodologia do Programa Selo Prevenção Minas.

Para o próximo Período Avaliatório, é esperada a manutenção do alcance deste indicador de forma mais equilibrada, mantendo uma linearidade nos meses que irão compor o 4º período avaliatório de 2025.

A RISP 15

Conforme já dito, a RISP 15 é composta por 60 municípios, tendo como sede, Teófilo Otoni. A partir de uma análise individualizada, para a RISP 15 eram exigidas 125 articulações de rede, tendo sido alcançada pela UPC um total de 105 articulações.

Das 105 articulações de rede realizadas, nota-se que foram realizadas 68 em Teófilo Otoni e 37 no restante dos municípios da RISP 15, o que demonstra um equilíbrio no direcionamento da gestão social e da supervisão de prevenção social à criminalidade às ações da equipe. Este número de articulações realizadas em Teófilo Otoni justifica-se pelo empenho da equipe na construção do Plano Municipal. Dos 60 municípios que integram a RISP, 19 foram contemplados (considerando a sede, Teófilo Otoni).

No decorrer do trimestre, o indicador 7.1 apresentou uma oscilação, em especial no mês de agosto, tendo sido o único mês em que a meta individualizada não foi alcançada, no entanto, nota-se um aumento considerável no mês de setembro que fecha o 3º período avaliatório de 2025.

Para o mês de julho, em razão de ser tradicionalmente conhecido pelos recessos e ausências nas administrações públicas municipais, eram exigidas 25 articulações de rede, tendo sido alcançadas 26. As articulações de rede neste mês se diversificaram em contatos telefônicos e reuniões presenciais, tendo como objetivos a mobilização da rede ou público para ações, construção do plano municipal, alinhamentos institucionais e participações em reuniões e ações do programa.

Já para o mês de agosto, eram esperadas a realização de 50 articulações de rede, no entanto, foram registradas 18 articulações. Essa diminuição no número de articulações pode ser compreendida pelo desligamento de um dos analistas sociais que até então compunha a equipe e, consequentemente, nota-se uma queda nos resultados numéricos obtidos. Neste mês, as articulações concentraram-se majoritariamente para a construção do Plano Municipal de Teófilo Otoni.

Por fim, no mês de setembro, assim como em agosto, eram esperadas a realização de 50 articulações de rede, tendo sido alcançadas um total de 61. Nota-se que há uma superação individualizada para este mês que de certa forma impacta no resultado global do trimestre. A equipe integra e acolhe uma nova analista social referência do eixo em curso e por meio das orientações desta supervisão e da gestão social, ela vem desenvolvendo suas ações enquanto referência do eixo em curso e, consequentemente, vem articulando com a rede na RISP 15 novas atividades formativas. Neste mês, as articulações intercalam entre apresentação e divulgação do programa, se mantém os direcionamentos para a construção do plano municipal e para a mobilização da rede para ações do Programa.

Ações presenciais como reuniões e visitas institucionais, contabilizam 24 ao longo do trimestre, o que demonstra a preocupação da UPC na criação, manutenção e fortalecimento dos vínculos junto a rede de Teófilo Otoni e demais municípios da RISP 15, no entanto, nota-se uma queda em comparação com o trimestre anterior, neste sentido, se faz necessário que a gestão social se atente a este fator para que priorize, no 4º período avaliatório de 2025, ações presenciais. As 81 articulações restantes, foram realizadas por meios eletrônicos, como telefonemas e reuniões virtuais, que se apresenta como uma ótima estratégia para a otimização de recursos públicos e planejamento de ações para os demais indicadores do Programa, considerando as grandes dimensões da RISP, contudo, há de se priorizar os contatos presenciais com o intento de se estreitar vínculos com as administrações públicas.

Apesar do não alcance da meta de forma individualizada, a UPC atinge uma marca importante e que se converte para as ações qualificadas do eixo certifica, em curso e para as ações transversais.

No trimestre anterior, o Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã foi entregue ao município de Teófilo Otoni, neste sentido, a Comissão Municipal junto à equipe se empenharam na construção do Plano Municipal que será lançado no 4º período avaliatório de 2025. A reunião da Comissão realizada em 29/07/2025, contou com a presença de 15 pessoas e tratou sobre a validação das ações do Plano Municipal até então construídas nos grupos de trabalho temáticos, onde se discutiu todos os pontos levantados pelos membros da Comissão e qualificados tecnicamente pela equipe RISP 15, além das discussões acerca do fenômeno criminal de estelionato junto aos públicos vulnerabilizados socialmente, como não se esgotaram as discussões nesse espaço, os encaminhamentos propostos foram a realização de reuniões com a rede para a validação das ações faltantes:

Figura 12: Reunião da Comissão Municipal de Teófilo Otoni: julho de 2025

A RISP 15 tem demonstrado maturidade na execução das ações, sobretudo, nas articulações de rede. Apesar do não alcance do indicador em sua totalidade, as articulações têm sido eficientes, uma vez que reverberam na execução de ações qualificadas nos eixos de atuação do Programa Selo Prevenção Minas. Para o próximo período avaliatório, é esperada a retomada do alcance do indicador 7.1, tendo em vista a conclusão do Plano Municipal de Segurança Pública, previsto para ser entregue ao município de Teófilo Otoni no próximo trimestre e para isso, será necessária a realização de articulações qualificadas e efetivas pela gestão social e equipe.

O trabalho em Políticas Públicas, sobretudo, nas de Prevenção ao crime e violências, requer uma rede articulada. É fundamental trabalharmos este indicador com seriedade, pois é através dele que é possível a realização de potentes ações

de prevenção à criminalidade. Para o próximo trimestre, as Unidades de Prevenção à Criminalidade serão acompanhadas pela supervisão, de modo a retomarmos o alcance deste importante indicador.

Desafios e obstáculos são inerentes à atuação em políticas públicas e esperamos e temos nos planejado para o restante de 2025. A expectativa se alia ao árduo trabalho para mantermos a qualidade da atuação regionalizada do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.830 •	• 1.738 •
Descrição do Indicador	
O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local. Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2025 a 30/09/2025 obteve-se um total acumulado de • 1.738 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.830 • pessoas, o Programa não atingiu a meta.

Tabela 25: Indicador 7.2

7.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
RISP 10	583	0	18	123	**724**
RISP 15	673	42	94	205	**1014**
Total	**1256**	**42**	**112**	**328**	**1738**

O eixo Em Curso visa fomentar a atuação em Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais através de atividades de formação e produção de conteúdo direcionadas às instituições públicas e atores estratégicos interessados em qualificar a atuação em prevenção ao crime e às violências nos municípios. O indicador 7.2 tem por objetivo, mensurar a quantidade de pessoas participantes nas capacitações, que podem ser entendidas como um conjunto de atividades de formação que têm por objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades em temáticas específicas, no caso, as temáticas adjacentes à segurança cidadã e à prevenção à criminalidade e às violências.

Neste trimestre foram realizadas 13 atividades de formação em 12 municípios da RISP 10 e RISP 15, que contemplaram 482 pessoas participantes. Para este P.A eram esperadas o alcance de 570 pessoas, alcançou-se 482 pessoas, ou seja, a meta pactuada não foi atingida. No entanto, as atividades formativas executadas mostraram-se bastante qualificadas.

Para o trimestre, a apresentação de resultados do indicador 7.2 seguirá nos moldes da exposição realizada no 3º período avaliatório de 2025. A proposta é apresentar o desempenho por RISP de atuação e ao final, serão realizadas considerações acerca do comportamento do indicador como um todo.

A RISP 10

Em comparação com o trimestre anterior, as metas pactuadas para o 3º período avaliatório sofreram uma queda, justificada pelo mês de julho que, conforme já explicitado, sofre com um esvaziamento das instituições e como consequência, as ações do Programa Selo tendem a diminuir.

O primeiro mês deste P.A, ficou marcado ainda pela ausência da gestão social, que assumiria a função à partir do mês de agosto de 2025, neste sentido, apesar das orientações emanadas por esta supervisão, que interinamente assumiu a gestão da UPC, a equipe não conseguiu desenvolver ações do eixo em curso no mês de julho, o que impactou negativamente no resultado global obtido no indicador 7.2. Esse resultado pode ser justificado pelas dificuldades já mencionadas.

O mês de agosto se inicia com a ascensão da nova gestora social, que ocupava anteriormente a função de analista social de referência do eixo em curso. Neste sentido, com as capacitações iniciais ministradas por esta supervisão e do acompanhamento aproximado na condução dos trabalhos, a equipe, até então composta por uma única analista social que intercalava as atribuições do eixo certifica e em curso, direciona os esforços para a realização de uma capacitação no mês de agosto que contou com a presença de 18 pessoas no município de Patos de Minas, cuja temática abordada foi sobre o fenômeno da violência contra a mulher.

No mês de setembro e com a chegada de uma nova analista social que chega para somar à equipe e para assumir a referência do eixo em curso, devidamente capacitada e demonstrando uma rápida apropriação metodológica, os números do eixo em curso experienciam um aumento em comparação com julho e agosto, registrando um total de 123 pessoas participantes. Neste mês foram realizadas 4 capacitações com temáticas diversificadas entre violência contra a mulher, segurança cidadã e prevenção à criminalidade e articulação de rede.

Destrinchando o indicador 7.2, é possível identificar que para a RISP 10, eram exigidas a presença de 210 pessoas participantes nas atividades de formação. A equipe, por meio das atividades formativas realizadas, alcançou um total de 141 pessoas, registrando assim, 68% do indicador.

Na RISP 10, foram realizadas um total de 5 capacitações temáticas. Abaixo imagens e detalhamento por mês de execução:

Agosto de 2025

Figura 13: Agosto Lilás: Mês de enfrentamento à violência contra a mulher - 18 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 21/08/2025 - Patos de Minas

SETEMBRO DE 2025

O mês de setembro fica marcado pela diversificação de temáticas e pela capilaridade alcançada nas capacitações ministradas na RISP 10, além da rápida apropriação do método apresentado pela analista social de referência, que inicia sua

trajetória nesta política pública ministrando capacitações de forma qualificada. Os trabalhos no eixo em curso neste momento, têm sido executados em parceria com a referência do eixo certifica e acompanhadas de perto pela gestora social da RISP 10, sob a égide desta supervisão:

Figura 14: Violência contra a mulher: Direitos da mulher e atendimento às vítimas de violência - 20 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 22/09/2025 - Rio Paranaíba

Figura 15: Segurança cidadã, prevenção ao crime e atendimento humanizado às vítimas de violência - 19 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 25/09/2025 - Lagoa Formosa

Figura 16: Comunicação em rede: fortalecendo as relações interpessoais - 48 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 23/09/2025 - Matutina

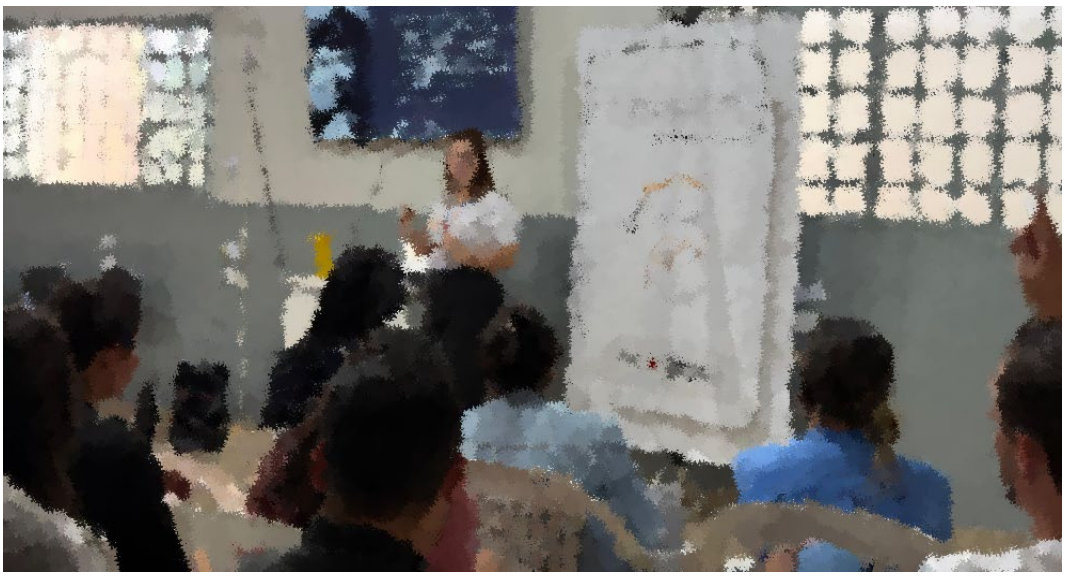


Figura 17: Prevenção social à criminalidade e o Trabalho em Rede - 36 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 26/09/2025 - Serra do Salitre

Apesar dos desafios observados ao longo da execução dos trabalhos na RISP 10 neste período avaliatório, nota-se uma diversificação nas temáticas e um alcance de uma capilaridade essencial para uma atuação em uma política pública de maneira regionalizada, como é a do Programa Selo Prevenção Minas. A meta para o indicador 7.2, sob uma análise individualizada não foi alcançada, no entanto, a rápida apropriação metodológica obtida pela referência do eixo em curso, aliada a qualificação empregada nas atividades formativas merecem destaque. Para os próximos períodos avaliatórios, mantém-se a orientação da retomada e execução de temáticas "raízes" da prevenção, a manutenção da capilaridade e principalmente, o alcance pleno dos indicadores pactuados.

A RISP 15

Até o presente momento, a RISP 15 é a segunda região com maior extensão territorial e número de municípios de abrangência do Programa Selo Prevenção Minas, contando com 60 cidades. Neste contexto, pensar estratégias de alcance torna-se desafiador. A gestão social tem orientado e conduzido os analistas de referência do eixo em curso para a realização de capacitações, prezando pela capilaridade, diversidade nas temáticas e os orientando para ações transversais e demais

eixos do programa, como o consultoria, o que tem proporcionado a criação de vínculos com as administrações públicas municipais e possibilitado o planejamento prévio de outras ações para os meses restantes de 2025.

Destrinchando o indicador e sua atuação neste trimestre, observa-se que eram exigidas a presença de 330 pessoas participantes nas atividades de formação. A UPC alcançou um total de 341 pessoas, alcançando assim o indicador dentro das expectativas. Trata-se de um excelente resultado obtido, uma vez que a UPC RISP 15 realizou neste trimestre 8 capacitações em 7 municípios distintos, abrangendo, de forma qualificada, temáticas voltadas para a Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade, Violência contra a mulher e Articulação de rede. Abaixo, segue fotos de cada ação, separadas por mês de execução:

JULHO DE 2025

Figura 18: Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade - 26 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 30/07/2025 - Itaipé

AGOSTO DE 2025

Figura 19: Violência contra mulher: O que saber para contribuir com a prevenção - 72 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 07/08/2025 - Nanuque

Figura 20: Articulação de rede: Construindo caminhos para o enfrentamento e Prevenção às violências - 22 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 14/08/2025 - Coronel Murta

SETEMBRO DE 2025

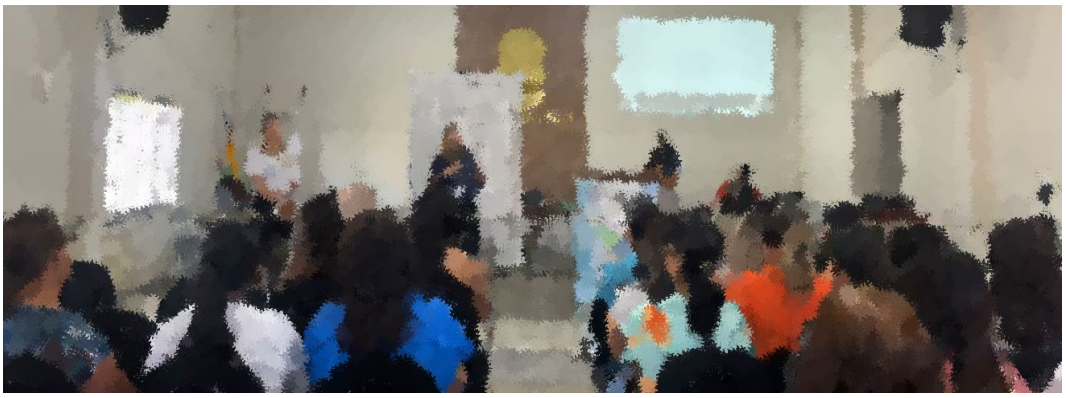


Figura 21: Humanização do Atendimento e Prevenção às Violências - 50 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 17/09/2025 - Divisa Alegre

Figura 22: Humanização do Atendimento e Prevenção às Violências - 40 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 18/09/2025 - Pedra Azul

Figura 23: Humanização do Atendimento e Prevenção às Violências - 67 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 26/09/2025 - Ladainha

Figura 24: Humanização do Atendimento e Prevenção às Violências - 48 pessoas participantes - Atividade formativa realizada em 30/09/2025 - Pavão

No 3º período avaliatório de 2025, as Unidades de Prevenção à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas alcançaram um resultado satisfatório, apesar de não terem alcançado as metas pactuadas. As equipes alcançaram 81% do indicador, uma vez que eram exigidas a presença de 570 pessoas participantes nas atividades formativas, tendo sido registradas um total de 482 pessoas.

As referências do eixo em curso têm demonstrado grande apropriação do método na transmissão dos conteúdos junto às administrações públicas municipais, no entanto, nota-se, em especial na RISP 15, um padrão de temática sendo ministrado nos municípios, neste sentido, urge a necessidade de se diversificar as temáticas abordadas e portanto, é esperado para o 4º período avaliatório de 2025, a realização de capacitações voltadas às raízes do Prevenção Social à Criminalidade, conforme diretrizes emanadas pela Coordenação Estadual no início de 2025.

O Eixo em curso merece nossa atenção e esforços, pois por meio dele conseguimos diversificar nossa atuação nas Regiões Integradas de Segurança Pública de atuação de maneira qualificada, integrada e continuada.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 600 •	• 998 •
Descrição do Indicador	
Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada. Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas. Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum. Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho. Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa. 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa. 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2025 a 30/09/2025 obteve-se um total acumulado de • 998 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 600 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 26: Indicador 7.3

7.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	26º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
RISP 10	385	22	7	18	**432**
RISP 15	364	118	49	35	**566**
Total	**749**	**140**	**56**	**53**	**998**

A participação social em políticas públicas se refere ao envolvimento ativo dos cidadãos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas que afetam suas vidas. No caso da política de prevenção social à criminalidade e ao público alvo do Programa Selo Prevenção Minas, qual seja, as Administrações Públicas Municipais, é fundamental que a sua atuação regionalizada seja direcionada para o fomento da participação social por meio das ações transversais, seja nos espaços das Comissões Municipais, dos espaços de formação, rodas de conversas e congêneres.

O indicador 7.3 contabiliza três modalidades, sendo o número de pessoas participantes nos espaços de mobilização social (que podem ser ações nas escolas, espaços de formação direcionadas ao público, rodas de conversa e etc.), nas reuniões de rede promovidas pelo programa e nas reuniões da comissão municipal. Para melhor compreendermos o desempenho das Unidades de Prevenção à Criminalidade no que tange a este indicador, é necessário analisá-lo separadamente.

Para o terceiro período avaliatório de 2025, tinha-se como meta alcançar nos 3 meses de referência um total de 240 pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e das comissões promovidas pelo Programa, sendo 40 para a RISP 4, 100 para a RISP 10 e 100 para a RISP 15.

Foram alcançadas 249 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que corresponde a um resultado alcançado dentro das expectativas, diferentemente do trimestre anterior, onde registrou-se uma superação em 98%.

Trata-se de um ótimo resultado, sob o ponto de vista do poder de mobilização das equipes em fomentar a participação social nas RISPS de atuação. Há de se levar em consideração que as gestoras sociais aderiram às orientações emanadas por esta Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade no sentido de se diminuir o quantitativo de pessoas presentes neste espaço, primando pela qualidade dos conteúdos trabalhados e consequentemente, alinhando a força de trabalho das equipes às métricas exigidas.

Para este trimestre, a proposta de apresentação dos resultados deste indicador se manterá nos moldes do trimestre anterior. Pretende-se "separar" os três campos exigidos neste indicador para melhor visualização e qualificação das leituras. Para cada campo, serão apresentadas as ações por RISP. Inicialmente, abordaremos as comissões municipais realizadas no período, contabilizando 2 reuniões.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

A Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente no município sede, que se reúne bimestralmente e tem por objetivo promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade, bem como apoiar o desenvolvimento do Diagnóstico Municipal, do Plano Municipal e a implementação das ações propostas nele. A Comissão deve promover uma interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. Ademais, a Comissão deve possuir uma leitura estratégica do município e sua atuação é essencial para o cumprimento de cada fase prevista no Programa Selo Prevenção Minas, bem como para a prevenção à criminalidade no município.

Neste período avaliatório, foram realizadas 2 reuniões da Comissão Municipal, sendo uma em Patos de Minas e uma em Teófilo Otoni. Em Patos de Minas, a proposta da Reunião, foi a de dar continuidade a proposta das últimas reuniões da comissão realizadas em Patos de Minas, onde os membros apresentariam as demandas de vítimas de violências que mais acessam os equipamentos públicos e, por meio de votação simples, elegeram a criação do protocolo de Crianças e Adolescentes Testemunhas ou Vítimas de Violência como prioritário, onde seriam feitos encaminhamentos para dar continuidade aos trabalhos da comissão municipal de Patos de Minas em cumprimento às ações do Plano Municipal:

Figura 25: Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade - Patos de Minas -agosto de 2025

Em Teófilo Otoni, neste período avaliatório foi realizada uma reunião da Comissão em 29/07/2025 que contou com a presença de 15 pessoas e tratou sobre a validação das ações do Plano Municipal até então construídas nos grupos de trabalho temáticos, onde se discutiu todos os pontos levantados pelos membros da Comissão e qualificados tecnicamente pela equipe RISP 15, além das discussões acerca do fenômeno criminal de estelionato junto aos públicos vulnerabilizados socialmente, como não se esgotaram as discussões nesse espaço, os encaminhamentos propostos foram a realização de reuniões com a rede para a validação das ações faltantes:

Figura 26: Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade - Teófilo Otoni -julho de 2025

AÇÕES TRANSVERSAIS

No tocante às ações transversais realizadas neste período avaliatório, na RISP 10 foi executada uma roda de conversa com os adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Coromandel. A temática escolhida pautou sobre juventudes, prevenção da violência e criminalidade, direitos da criança e do adolescente e formas de se garantir a proteção das juventudes. Essa ação foi muito além da explanação de conteúdos, onde através de uma linguagem simplificada e alinhada aos jovens, foi proposta dinâmicas com vistas a garantir a ampla participação de todos:

Figura 27: Roda de conversa: Juventudes e a violência: O que fazer para prevenir? - Coromandel -18/09/2025

Sob uma perspectiva de análise individual de execução por RISP, eram esperadas a contabilização de 100 pessoas nas ações de mobilização social, reuniões de rede e nas comissões municipais na RISP 10, no entanto, a equipe alcançou 47 pessoas, ficando aquém do almejado. Neste sentido, reforça-se a orientação para que, haja um equilíbrio entre a força de trabalho da equipe e à métrica exigida, para que no 4º e último período avaliatório de 2025, a meta seja alcançada de forma plena e qualificada.

Para a RISP 15, também foram exigidas neste trimestre a presença de 100 pessoas nas ações de mobilização social, reuniões de rede e nas comissões municipais, tendo a equipe alcançado um total de 202 pessoas, superando assim, as expectativas. Foram realizadas no trimestre, 2 rodas de conversa e 4 fóruns territoriais para subsidiar o Plano Municipal de Segurança Pública a ser entregue à Teófilo Otoni.

Para facilitar a explanação das ações realizadas, faremos uma separação por mês, de modo a qualificarmos a leitura:

JULHO DE 2025

No mês de julho, foram realizadas 1 roda de conversa no município de Novo Cruzeiro e 2 fóruns territoriais no município de Teófilo Otoni. Em Novo Cruzeiro foi realizada uma ação junto aos custodiados do município em parceria com o DEPEN e com a Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de informar sobre os tipos de violência doméstica previstas na lei Maria da Penha. Além disso, foram discutidos modos de se forjar a masculinidade. Fora também apresentados os serviços oferecidos pela pasta de assistência social no município pelas servidoras do CRAS e do CREAS:

Figura 28: Roda de conversa com os autores de violência doméstica na Lei Maria da Penha - Novo Cruzeiro -03/07/2025

Através da articulação política feita por uma referência comunitária, a equipe do Selo se reuniu com os moradores do Bairro Matinha para apresentação, debate e construção do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade, com o objetivo de ouvir os moradores acerca da dinâmica criminal e acesso/inacesso aos equipamentos públicos, com vistas a qualificar as vulnerabilidades sociais e riscos criminais de modo a subsidiar as ações do Plano Municipal:

Figura 29: Fórum Territorial - Elaboração do Plano Municipal de Prevenção junto aos moradores da Matinha - Associação de Moradores do Bairro Matinha - Teófilo Otoni -10/07/2025

Fórum territorial para construção do Plano Municipal realizada junto aos moradores do bairro Felicidade com a articulação feita pelas referências comunitárias:

Figura 30: Fórum Territorial - Elaboração do Plano Municipal de Prevenção Junto aos moradores do Bairro Felicidade - Teófilo Otoni - 17/07/2025

AGOSTO DE 2025

No mês de agosto de 2025, a RISP 15 executou uma roda de conversa no município de Coronel Murta que foi promovida com o objetivo de apresentar as instituições do município que atuam no enfrentamento e na prevenção das violências, dando continuidade ao processo de criação do fluxograma, produto a ser entregue pelo Eixo Consultoria. A iniciativa, proporcionada pelo Programa Selo Prevenção Minas, buscou fortalecer a articulação da rede local, promovendo o diálogo intersetorial e a integração entre os serviços. Esse momento de troca possibilitou maior conhecimento sobre o papel de cada instituição, favorecendo a construção coletiva de estratégias de proteção e cuidado à população:

Figura 31: Roda de Conversa - Apresentação dos equipamentos municipais - compreensão acerca do funcionamento para qualificação dos fluxos - Coronel Murta - 15/08/2025

Dando continuidade à execução dos Fóruns Territoriais em Teófilo Otoni, foi realizado um no bairro Jardim Serra Verde com o objetivo de colher a percepção da comunidade sobre os serviços públicos ofertados pelo município:

Figura 32: Fórum Territorial - Elaboração do Plano Municipal de Prevenção Junto aos moradores do Bairro Jardim Serra Verde - Teófilo Otoni - 21/08/2025

SETEMBRO DE 2025

Fechando o trimestre, no mês de setembro realizou-se o 4º Fórum Territorial em outro bairro vulnerabilizado de Teófilo Otoni, onde foi feita a apresentação do Programa Selo Prevenção Minas, juntamente com os moradores do bairro Viriato em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Pública de Teófilo Otoni. A iniciativa trouxe a reflexão da Segurança Cidadã com o intuito de fortalecer as ações de prevenção dentro da comunidade:

Figura 33: Fórum Territorial - Elaboração do Plano Municipal de Prevenção Junto aos moradores do Bairro Viriato - Teófilo Otoni - 25/09/2025

A participação e mobilização social é essencial para a execução de políticas públicas de prevenção à criminalidade e o Programa Selo Prevenção Minas prioriza esta frente em todos os eixos de atuação e esta é a razão de existir deste indicador. Neste trimestre, o indicador registrou um comportamento dentro do esperado, em consonância com as orientações fornecidas no relatório anterior, onde esta supervisão em parceria com a coordenação estadual do Selo, direcionaram as equipes para a diminuição no número de pessoas prezando assim, na qualidade das intervenções propostas.

Há de se levar em consideração que as metas não foram alcançadas sob uma perspectiva de análise individualizada por RISP, neste sentido, orienta-se que a RISP 10 se atente para o próximo período avaliatório, para que o indicador seja alcançado de maneira equilibrada entre as 3 execuções, RISP 4, 10 e 15.

O terceiro trimestre de 2025 fica marcado pela conclusão do Plano Municipal de Teófilo Otoni, a ser entregue no próximo período avaliatório de 2025, pela retomada da capilaridade das atividades formativas na RISP 10 e pela apropriação metodológica apresentada pelas equipes.

Encerramos o 3º trimestre do ano alcançando as metas pactuadas para o indicador 7.3. Faz-se necessária a manutenção deste resultado primando pelo equilíbrio entre as execuções e pela qualidade empregada em cada intervenção.

Foi alcançado um excelente resultado no terceiro período avaliatório de 2025, contudo, devemos nos atentar para que venhamos a alcançar o indicador de maneira equilibrada entre as UPCs e para isso, a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade fará um acompanhamento aproximado das Gestões Sociais, de modo a potencializar ainda mais as ações executadas pela RISP 15, acompanhar o desenvolvimento da gestão social da RISP 10 e orientar a elaboração do Diagnóstico de Implantação na RISP 4.

Considerações finais

Foi encerrado o terceiro período avaliatório de 2025 alcançando as metas pactuadas para o indicador 7.3. Conforme já explicitado, as equipes RISP 10 e 15, realizaram juntas 3 rodas de conversa, 4 fóruns territoriais e 2 reuniões da Comissão Municipal de suas respectivas sedes, alcançando um total de 249 pessoas, ou seja, atingem a meta pactuada dentro das expectativas.

Com relação ao indicador 7.2 (em curso), eram exigidas a presença de 570 pessoas nas atividades formativas ministradas pelo Programa Selo, no entanto, foram alcançadas 482 pessoas, o que corresponde à 84% do indicador. Apesar do não alcance da meta em sua totalidade, trata-se de um bom resultado, uma vez que as atividades formativas demonstraram qualidade e as equipes conseguiram um nível de capilaridade nas execuções, no entanto, se faz necessário diversificar as temáticas, retomando as raízes da prevenção social à criminalidade e também manter a capilaridade, estendendo as capacitações para além dos municípios sede de cada RISP.

No tocante ao indicador 7.1, eram exigidas para as 3 execuções, um total de 315, tendo sido realizadas 215 articulações, o que corresponde a 68% do indicador. Apesar do não alcance da meta pactuada, as articulações se convergiram em ações qualificadas para os demais eixos do Programa, contudo, urge a necessidade de se reinventar o modo de operação dessas articulações, prezando pelos contatos presenciais com vistas à criação e manutenção de vínculos, de modo a converter tais articulações nas ações do eixo em curso, transversais, consultoria e principalmente, nas ações dos planos municipais vigentes, como na RISP 10 e na RISP 15.

O terceiro período avaliatório fica marcado pelo início dos trabalhos na RISP 4, onde a equipe tem se empenhado na construção do Diagnóstico de Implantação, cujas articulações terão início a partir do mês de outubro, pela apropriação metodológica da referência do Eixo em Curso na RISP 10 e nas articulações do Eixo Certifica na execução das ações do Plano Municipal de Patos de Minas e pela conclusão do Plano de Teófilo Otoni, a ser entregue ao município a partir do primeiro mês do último período avaliatório de 2025.

A Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade tem estado atenta aos resultados alcançados pelas RISPS e se propõe a acompanhar, neste último trimestre de 2025, as gestoras sociais de forma mais aproximada, com vistas a alcançarmos resultados cada vez mais qualificados e consequentemente, atingindo as metas pactuadas de forma equilibrada e eficiente.

Para o último período avaliatório, muitos desafios irão se apresentar em razão das ausências esperadas nas Administrações Públicas Municipais nos períodos de festividades em dezembro, no entanto, com um planejamento estratégico, será possível executarmos ações qualificadas de forma organizada e técnica. São boas as expectativas para a execução dos trabalhos para o próximo trimestre, uma vez que os profissionais que integram as UPCs do Programa Selo Prevenção Minas têm demonstrado cada vez mais, muita apropriação metodológica, empenho e dedicação nas frentes propostas. Todos os integrantes do Programa Selo Prevenção Minas se mantêm empenhados em proporcionar a todos os municípios atendidos nas áreas de abrangência da RISP 4, 10 e 15 um serviço público eficiente, qualificado e de excelência.

ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC)

Contextualização Geral dos Indicadores:

Antes de apresentar as análises referentes ao desempenho nas metas do Contrato de Gestão 02/2019, relativas ao Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), é fundamental contextualizar o cenário e os eventos que impactaram a execução do Serviço durante os meses de julho a setembro, correspondentes ao 27º período avaliatório.

Durante este período, conforme realizado no trimestre anterior e em consonância com as recomendações do 26º Relatório de Monitoramento, a Supervisão de Prevenção conduziu capacitações introdutórias e de reciclagem voltadas tanto a analista recém-contratada quanto àqueles já integrantes da equipe. Essas ações tiveram como objetivo promover a padronização de procedimentos e da metodologia, qualificar as intervenções junto ao público atendido e garantir a atualização dos conhecimentos essenciais para a atuação no Serviço. Destacou-se ainda o investimento na formação das equipes técnicas do Serviço APEC, com foco no alinhamento de acordo com os objetivos metodológicos, visando uma atuação mais consistente e eficaz junto ao público atendido nas audiências de custódia.

Dessa forma, foram realizadas capacitações específicas para as equipes técnicas do Serviço APEC, mantendo o formato híbrido: encontros presenciais para as equipes de Belo Horizonte e Região Metropolitana, e participação por videochamada para a equipe do interior. Os temas abordados foram de grande relevância, com destaque para a capacitação intitulada "Diálogos sobre o Relatório Informativo de Condições Pessoais e Sociais", que teve como foco o acolhimento, a escuta atenta e qualificada, além das possibilidades de apontamentos dos encaminhamentos à rede de proteção social, a partir da realização do atendimento social prévio à audiência de custódia.

Não obstante, a Supervisão de Prevenção promoveu, mensalmente, ações formativas como capacitações, supervisões individuais e conjunta com os Gestores Sociais. Destaca-se também a articulação de um espaço de capacitação integrada com outro programa da Política de Prevenção – o PrEsp – voltado à participação das equipes técnicas, em formato híbrido. A temática abordada, diretamente relacionada à atuação com o público atendido tanto pelo Serviço APEC quanto pelo PrEsp, foi: *"Diversidade sexual e de gênero e suas transversalidades: reflexões a partir das vivências do público atendido pelo PrEsp e pelo Serviço APEC"*.

Figura 34: Capacitação das equipes técnicas

Também é importante ressaltar, no contexto dos espaços de capacitação voltados às equipes do Serviço APEC, a participação no *Encontro Nacional de Formação com foco em saúde mental e atenção a pessoas que usam drogas,* promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito do Programa Fazendo Justiça. A capacitação reuniu representantes das APECs das 26 unidades da federação e abordou princípios fundamentais para a atuação das equipes, como o acolhimento ético, cuidadoso e a escuta qualificada. O encontro também reforçou o papel estratégico das equipes na articulação com as redes parceiras e proporcionou um espaço para a troca de experiências entre os profissionais dos diferentes estados e o compartilhamento de boas práticas. Fonte: CNJ – Formação sobre saúde mental e drogas reúne servidores penais de 26 estados

Figura 35: Encontro Nacional de Formação com foco em saúde mental e atenção a pessoas que usam drogas

Por fim, cumpre mencionar mais algumas ações que se destacaram ao longo do terceiro trimestre: a participação dos Gestores Sociais do Serviço APEC dos municípios de Belo Horizonte Contagem e Uberlândia nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica – GIE Vida, possibilitando o estreitamento do diálogo com as bases territoriais e a compreensão mais aprofundada da dinâmica criminal dos territórios, haja vista que o público atendido pelo Serviço APEC e pelas bases territoriais é o mesmo; e a entrega da primeira parte da produção do Manual do Serviço APEC, construído conjuntamente entre os analistas sociais, Gestores Sociais e a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	
Indicador nº 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 9.690 •	• 11.721 •
Descrição do Indicador	
O Serviço Apec, conforme apontado pelo "Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia", visa contribuir para o aprimoramento das referidas audiências por meio da oferta de atenção especializada à pessoa custodiada na identificação de suas condições pessoais e sociais e com recomendações, orientações, referenciamentos e/ou encaminhamentos a serviços (tanto para a rede de proteção social, quanto para o cumprimento das medidas cautelares). O Serviço é constituído no campo da política de alternativas penais, pois possui o papel de efetivar a excepcionalidade da prisão na porta de entrada. O Serviço tem como público-alvo as pessoas presas e apresentadas em audiência de custódia. Destaca-se que a participação no Serviço Apec é voluntária e, para assegurar o encaminhamento da pessoa custodiada aos atendimentos, é necessário o estabelecimento de fluxos e articulações internas com os demais atores que compõem a logística envolvida nas audiências de custódia. Isto posto, as ações do Serviço Apec são realizadas por meio de atendimentos individuais. E este indicador visa mensurar o quantitativo de atendimentos realizados, alinhados à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Serviço Apec: 1. Atendimentos Sociais Prévios às Audiências de Custódia: realizados para as pessoas presas em flagrante ou por mandado judicial, apresentadas em audiência de custódia, atentando-se para as informações relacionadas às condições pessoais e sociais. 2. Atendimentos Sociais Posteriores à Audiências de Custódia: realizados para pessoas a quem se concede liberdade provisória sem ou com medidas cautelares alternativas à prisão ou prisão domiciliar, atentando-se para os encaminhamentos para os serviços. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de atendimentos nas modalidades acima. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, portanto uma mesma pessoa pode passar pelas duas modalidades de atendimento. Bem como pode passar mais de uma vez pela audiência de custódia e consequentemente mais de uma vez pela mesma modalidade de atendimento. Unidade de medida: nº absoluto.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2025 a 30/09/2025 obteve-se um total acumulado de • 11.721 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 9.690 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 27: Indicador 8.1

8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec					
Municípios	26° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
BELO HORIZONTE	**4738**	902	743	986	7369
CONTAGEM	**932**	211	180	243	**1566**
UBERLANDIA	**1632**	374	339	441	2786
Total	**7302**	1487	1262	1670	11721

No que se refere ao indicador do número acumulado de atendimentos, o Serviço APEC apresentou um desempenho consistente, evidenciando um avanço significativo em relação ao período avaliado anteriormente. Também foi registrada uma performance superior à esperada para o acumulado anual, visto que 11.721 atendimentos foram realizados, frente a uma meta pactuada de 9.690, representando um excedente de 20,9% em relação ao previsto. O alcance e a superação desses resultados podem ser atribuídos a elementos práticos e estratégicos, que influenciaram positivamente o desempenho do Serviço no período, e que merecem destaque pela contribuição.

Diante disso, cumpre evidenciar dois elementos relevantes. O primeiro refere-se ao mês de setembro, que apresentou o maior quantitativo acumulado de atendimentos realizados pelos três Serviços – Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia - no decorrer do ano. O segundo aspecto a ser considerado é que, em consonância com os dois períodos anteriores, a modalidade de atendimentos sociais prévios às Audiências de Custódia permanece como a principal frente de atuação do Serviço APEC, representando aproximadamente 77,24% do total de atendimentos registrados no período, visto que de um total de 11.721 atendimentos, 9.056 foram realizados nesta modalidade.

Inicialmente, infere-se dos dados apresentados que o quantitativo crescente desta modalidade de atendimentos traduz o fortalecimento e a consolidação do Serviço APEC nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia, além da ampliação da articulação entre os diversos atores envolvidos — como Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Penal e CEACs – e Gestão Social e equipes técnicas. A realização dos atendimentos sociais prévios à audiência de custódia resulta na produção do Relatório Informativo de Condições Pessoais e Sociais, instrumental que tem se mostrado fundamental para apresentar ao Magistrado, e demais atores envolvidos, o contexto em que o custodiado se encontra no momento da audiência, bem como suas condições individuais. Essa abordagem contribui para uma tomada de decisão mais adequada e fundamentada por parte do Judiciário. Além disso, a elaboração desses relatórios tem promovido articulações com a rede de proteção social do município, qualificando os encaminhamentos realizados e fortalecendo a integração entre o sistema de justiça e as políticas públicas existentes.

No que tange à modalidade de atendimentos sociais posteriores às Audiências de Custódia, se verificou um incremento quantitativo nessa modalidade de atendimento durante o período correspondente ao trimestre em análise (julho a setembro), o qual merece ser devidamente ressaltado. Dentro deste contexto, alguns pontos merecem destaque.

Inicialmente, houve a priorização de interlocuções junto ao Poder Judiciário, notadamente com os Magistrados responsáveis pelas decisões proferidas nas audiências de custódia realizadas. O objetivo central dessas interlocuções foi estabelecer mecanismos de alinhamento que permitam a antecipação ou agilização da comunicação das decisões judiciais às equipes técnicas, em especial nos casos em que a audiência resulte na concessão de liberdade provisória por meio de alvará de soltura. Tal medida tem se mostrado essencial para que seja possível ampliar a realização dos atendimentos, uma vez que, na ausência da formalização da decisão judicial, torna-se inviável a realização do atendimento social posterior e a consequente observância da condição individualizada dos custodiados, de modo a possibilitar o adequado e eficaz encaminhamento para a rede de proteção social.

Outro aspecto de igual relevância identificado no período refere-se à logística de recondução dos custodiados às unidades prisionais, em especial nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Conforme descrito no relatório anterior, algumas situações da prática de retorno de custodiados no decorrer da tarde, em horário incompatível com a execução oportuna dos atendimentos sociais, ainda persistem. Tais situações impossibilitam a atuação das equipes técnicas de forma eficaz, visto que comprometem a realização do atendimento posterior à realização da audiência de custódia. Porém, cabe dizer que, quando tais situações acontecem, a Gestão Social tem sido orientada a atuar, realizando diálogos com os coordenadores da Polícia Penal de cada Serviço, de modo a construir saídas possíveis que favoreçam o desenvolvimento do trabalho das equipes.

Ademais, em consonância com o recomendado no 26º Relatório de Monitoramento, os diálogos com os coordenadores das Centrais de Audiência de Custódia (CEACs) nos APECs localizados nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia foram intensificados, de maneira estratégica, de modo a fortalecer as articulações interinstitucionais no âmbito das audiências de custódia, bem como de tentar alinhar e otimizar os fluxos de antecipação ou agilização da comunicação das decisões judiciais às equipes técnicas e de compartilhar o contexto da não realização do atendimento posterior à realização da audiência de custódia. Por fim, destaca-se que as situações ora mencionadas e demais entraves vêm sendo oportunamente comunicados à SUPEC, com vistas a compartilhar o cenário do trabalho realizado nos municípios e no intuito de que sejam implementadas intervenções tempestivas e medidas corretivas capazes de mitigar os impactos negativos identificados, garantindo assim, maior efetividade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Serviço APEC em MG.

Ainda sobre o Indicador 8.1 do Serviço APEC, insta destacar que, durante o trimestre, a equipe técnica participou de formações direcionadas, com o objetivo de fortalecer sua qualificação profissional e aprimorar as abordagens utilizadas no atendimento ao público. Além disso, foram promovidas ações de capacitação e supervisão conjunta com os Gestores Sociais,

com foco no alinhamento metodológico e na consolidação do acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pelas equipes.

Em face disso, destaca-se que no período avaliado os três municípios tiveram uma contribuição positiva e relevante para o aumento do número de atendimentos:

- **Belo Horizonte:** durante o trimestre em referência, o Serviço APEC de Belo Horizonte registrou 2.631 atendimentos, dos quais 986 foram realizados no mês de setembro. Conforme registrado no relatório anterior, esses dados demonstram o fortalecimento das articulações interinstitucionais com a Secretaria de Audiências de Custódia (SEAC) e da recém-implementada Central das Garantias, além de evidenciar o processo de consolidação do Serviço APEC no município. A cooperação com esses atores tem contribuído diretamente para a ampliação da atuação do Serviço e para o fortalecimento da capacidade de atendimento ao público. Ressalta-se que, embora haja a contínua organização interna por parte da equipe técnica, aliada à atuação estratégica da Gestão Social, o volume crescente de atendimentos tem evidenciado a necessidade de ampliação do quadro de profissionais. Essa demanda se justifica diante da crescente complexidade e abrangência dessa frente de trabalho, tornando-se fundamental para assegurar a continuidade dos atendimentos e a qualificação dos encaminhamentos realizados à rede de proteção social.

- **Uberlândia:** Assim como nos dois trimestres anteriores, o Serviço APEC de Uberlândia superou a meta estipulada para o indicador em questão. No período avaliado, foram realizados 1.154 atendimentos acumulados, frente à meta de 285, evidenciando a continuidade do crescimento expressivo do Serviço desde a sua implantação e o avanço do processo de consolidação no município. Esse desempenho se dá mesmo diante do cenário em que as Audiências de Custódia são conduzidas por diferentes Magistrados. Destaca-se que, com o desligamento da Gestão Social no início do mês de setembro, tem-se observado, na rotina de trabalho, que os atores da CEAC e alguns Magistrados, passaram a intensificar o diálogo direto com a equipe técnica, visando construir soluções e definir encaminhamentos conjuntos para os casos encaminhados à Audiência de Custódia. Nesse contexto, a Supervisão de Prevenção tem oferecido suporte técnico direto à equipe, contribuindo para o fortalecimento das articulações institucionais, que por vezes se fazem necessárias, e para a efetividade das ações voltadas ao público atendido. Adicionalmente, a ampliação do quadro de profissionais tem possibilitado a realização de um maior número de atendimentos e encaminhamentos à rede parceira. Contudo, o crescimento contínuo da demanda de atendimentos já aponta para a necessidade de nova ampliação da equipe, a fim de garantir a manutenção da qualidade e da cobertura do Serviço. Por fim, dando continuidade às análises das possíveis causas para o aumento expressivo no número acumulado de atendimentos realizados, observa-se que, no momento da implantação do Serviço, não havia atendimentos no turno da manhã. As duas modalidades de atendimentos – prévios e posteriores – ocorriam exclusivamente no período da tarde. Foi apenas a partir de setembro de 2024 que os atendimentos prévios passaram a ser realizados no turno da manhã, o que contribuiu significativamente para aumentar o quantitativo de atendimentos realizados pela equipe técnica.

- **Contagem:** Neste trimestre, o município de Contagem registrou 634 atendimentos, superando a meta previamente estabelecida de 465. Assim como no primeiro período avaliatório, o Serviço APEC de Contagem volta a apresentar desempenho acima do esperado para o indicador em questão. Três fatores principais podem ser apontados como determinantes para esse resultado. O primeiro refere-se à ampliação do horário da disponibilidade para atendimento, uma vez que, nos meses de julho a setembro, os atendimentos ocorreram também no turno da manhã, favorecendo especialmente a realização dos atendimentos sociais prévios. Em segundo lugar, destaca-se a reorganização interna da equipe técnica, que passou a contar com um terceiro analista, fator que, somado à ação articulada da Gestão Social, ampliou significativamente a capacidade de atendimento e de encaminhamentos qualificados ao público atendido. Por fim, e conforme apontado no 26º Relatório de Monitoramento, o fortalecimento das articulações interinstitucionais promovidas pela Gestão Social junto aos 12 Magistrados responsáveis pelas Audiências de Custódia em Contagem também se apresenta como um elemento relevante para o aumento do número de atendimentos realizados em ambas as modalidades. Nesse sentido, está em andamento o diagnóstico com esses juízes, cujo objetivo é apresentar o Serviço APEC, contribuir para sua consolidação no município e fomentar a compreensão da sua forma de atuação, especialmente no que se refere à leitura e utilização do Relatório Informativo de Condições Pessoais e Sociais. A conclusão desse diagnóstico está prevista para o encerramento do atual período avaliatório. Neste contexto, foi realizada uma reunião presencial no Fórum de Contagem, no dia 26/08/2025, com a participação dos Magistrados acima citados, do Coordenador da Defensoria Pública, de um representante do Ministério Público e do Coordenador da Polícia Penal. Os temas abordados nesse encontro já vinham sendo discutidos com a Supervisão de Prevenção e foram previamente alinhados com esse ator, que também esteve presente na ocasião.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	
Indicador nº 8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.554 •	• 1.061 •

Descrição do Indicador

Como sinalizado no "Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia", o Serviço Apec atua na perspectiva da articulação de rede como algo necessário, tanto para a inclusão e acesso a direitos, quanto para o cumprimento das medidas cautelares. Dessa forma, o Serviço acolhe, identifica demandas e faz mediação com as políticas públicas para realizar encaminhamentos que podem atender às questões apresentadas no âmbito da proteção social, bem como no âmbito do cumprimento da determinação judicial. Nesse sentido, as ações junto às redes de apoio são construídas a partir do mapeamento, reconhecimento dos serviços e políticas públicas, de forma horizontal e intersetorial. Este indicador visa mensurar o quantitativo de ações de rede realizadas pelo Serviço, alinhadas à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:
1. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares) para discussão sobre o acompanhamento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação);
2. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais atores que compõem a audiência de custódia, para discussão sobre o atendimento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação);
3. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados à pessoa custodiada;
4. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Serviço;
5. Encaminhamentos para a rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares).
Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações de rede nas modalidades acima. As ações deverão ser contabilizadas de acordo com a quantidade de intervenções realizadas, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.
Ademais, as Apec's devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC.
Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.
Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.
Polaridade: quanto maior melhor.
Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2025 a 30/09/2025 obteve-se um total acumulado de • 1.061 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.554 • ações, o Programa não atingiu o objetivo estabelecido.

Tabela 28: Indicador 8.2

8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio					
Municípios	26°PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
BELO HORIZONTE	393	355	262	388	**1398**
CONTAGEM	192	77	76	77	**422**
UBERLANDIA	476	171	148	152	**947**
Total	1061	603	486	617	**2767**

No que se refere ao indicador do número acumulado de ações do Serviço APEC junto às redes de apoio, observa-se um desempenho expressivo no terceiro trimestre de 2025, com avanços significativos em comparação ao período anterior. No acumulado anual, também foi registrada uma performance acima do esperado: 2.767 ações realizadas frente a uma meta de 2.385, o que representa um acréscimo de 16,02% em relação ao previsto. O alcance e a superação desses resultados podem ser atribuídos a elementos, que serão abaixo expostos, e que influenciaram positivamente o desempenho do Serviço no período.

O crescimento observado reflete a continuidade dos esforços das equipes, que vêm se organizando internamente e articulando-se com a Gestão Social para garantir a participação em ações externas sem causar prejuízos a realização dos atendimentos. Entre as estratégias que vem sendo desenvolvidas, mantem-se a divisão das atividades das equipes por regionais, o que tem ampliado o alcance territorial e promovido um conhecimento mais aprofundado sobre as diferentes áreas dos municípios e as instituições presentes em cada uma delas. A atuação dos Gestores Sociais também tem sido fundamental nesse processo, tanto na organização dessas ações quanto na condução direta das articulações em rede, fortalecendo os vínculos institucionais e ampliando a presença do Serviço nos territórios. Paralelamente, os gestores seguem promovendo articulações com os diversos atores que compõem as Audiências de Custódia, contribuindo para a qualificação do trabalho desenvolvido.

Em consonância com as recomendações do 26º Relatório de Monitoramento, o trimestre também foi marcado pela realização de espaços de capacitação voltados para a importância do acolhimento, da escuta qualificada e da identificação de vulnerabilidades do público atendido pelo Serviço. Essas ações tiveram como objetivo fomentar e ampliar os encaminhamentos à rede de proteção social. Dentre as iniciativas, destaca-se uma formação promovida conjuntamente pela Supervisão de Prevenção do Serviço APEC e pela Supervisão de Prevenção do Programa PrEsp, cujo público-alvo é o mesmo, voltada à qualificação técnica das equipes e à ampliação dos repertórios de estratégias de atuação.

No que toca à interlocução entre o Serviço APEC e o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA), importa mencionar que no mês de setembro foram realizados os diálogos entre as analistas de referência do Serviço APEC e CEAPA, voltados à identificação das instituições parceiras de cada regional da CEAPA de Belo Horizonte, considerando que a divisão por regional também está em funcionamento no Serviço APEC BH. Como encaminhamento de tal articulação, construiu-se o compartilhamento das informações sobre a rede parceira de cada serviço penal.

Por fim, ressalta-se o impacto positivo decorrente da formalização da entrega dos encaminhamentos para os Serviços Penais – CEAPA e PrEsp, nos atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia, para as pessoas colocadas em liberdade mediante o alvará de soltura. Assim, a partir de alinhamento técnico realizado em espaço de capacitação com a equipe técnica e a Gestão Social, definiu-se a padronização da entrega do instrumental impresso, que passou a ser efetivada no final do trimestre anterior, para as pessoas colocadas em liberdade e que foram encaminhadas para o Programa PrEsp e para a CEAPA, para o acompanhamento das medidas cautelares.

Diante dos elementos acima expostos, é relevante destacar que nos três municípios as equipes conseguiram desenvolver as ações de rede em conformidade com as metas pactuadas para o período.

- **Belo Horizonte:** neste trimestre a equipe do Serviço APEC BH realizou 1.005 ações de articulação junto às redes de apoio, frente a uma meta estabelecida de 570 para o período. É importante destacar que os dados apresentados refletem os esforços empreendidos pelas equipes para o alcance do número pactuado, especialmente a partir das estratégias que vem sendo abordadas nos espaços de capacitação realizados. Entre as principais ações implementadas pela equipe técnica em parceria com a Gestão Social, destacam-se: o fortalecimento do trabalho em rede com instituições do terceiro setor nos territórios; a realização de interlocuções regulares com as bases territoriais; a continuidade do diálogo com a equipe técnica da CEAPA; a discussão de casos com o PAI-PJ; reuniões estratégicas e periódicas da Gestão Social com os atores que compõem a Audiência de Custódia e a formalização dos instrumentais de encaminhamento para os Programas CEAPA e PrEsp. Ademais, o aumento no número de atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia resultou em um maior volume de encaminhamentos à rede de proteção social, de acordo com as demandas apresentadas pelo público atendido.

- **Uberlândia:** no trimestre analisado, destaca-se que o Serviço APEC de Uberlândia realizou 471 ações de articulação de rede, superando de forma expressiva a meta trimestral pactuada, que era de 54 ações. Esse desempenho,

consistentemente acima do esperado, reflete não apenas o comprometimento da equipe, mas também a qualidade dos atendimentos realizados, conforme já demonstrado em trimestres anteriores. Um dos principais fatores que contribuíram para esse resultado foi o elevado número de encaminhamentos à rede de proteção social, decorrente do aumento do número de atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia — fator que teve impacto direto no alcance e superação do indicador. Vale ressaltar ainda que, com a ampliação do quadro de analistas sociais, a equipe tem, dentro da organização possível, realizado articulações com instituições parceiras da rede, buscando presença ativa nos diversos espaços do município, bem nos espaços de rede existentes que discutam temas transversais à pessoa custodiada. Além disso, assim como observado no Serviço APEC de Belo Horizonte, a formalização dos instrumentais de encaminhamento para os Programas CEAPA e PrEsp também foi um componente relevante para os resultados positivos obtidos neste período de avaliação.

- Contagem: no município de Contagem, assim como já verificado no trimestre anterior, a meta pactuada para as ações de articulação de rede foi novamente superada. Foram contabilizadas 230 ações, diante de uma expectativa de 99 para o período. Esse resultado representa um avanço expressivo, demonstrando a consolidação contínua do Serviço no município e o fortalecimento da atuação da equipe técnica, em articulação com a Gestão Social, que continua investindo para ampliar a presença nos diversos espaços de rede do município, intensificar os diálogos com as bases territoriais e fortalecer a atuação nos territórios. Tais avanços indicam melhorias não apenas na organização do trabalho, mas também reforçam o comprometimento da equipe com a qualificação dos atendimentos e os esforços pela integração efetiva do Serviço às políticas públicas locais. Destaca-se ainda que o Serviço APEC de Contagem vem mantendo a interlocução com a equipe técnica da CEAPA, visando o encaminhamento dos casos decorrentes da aplicação de medidas cautelares, além de fortalecer a integração entre os serviços penais. Outro ponto relevante é o constante investimento do Gestor Social na articulação com os atores do Sistema de Justiça Criminal, com os representantes da CEAC de Contagem, da Polícia Penal e da rede parceira. Esse esforço conjunto contribuiu significativamente para o crescimento gradual dos atendimentos sociais posteriores às audiências de custódia e, consequentemente, para o aumento no número de encaminhamentos à rede de proteção social. Nesse contexto, destaca-se ainda a realização da reunião presencial ocorrida no Fórum de Contagem, em 26/08/2025, que contou com a participação de Magistrados da Audiência de Custódia, do Coordenador da Defensoria Pública, de um representante do Ministério Público e do Coordenador da Polícia Penal — evidenciando o compromisso interinstitucional com o investimento, o fortalecimento e a consolidação do Serviço APEC no município. Por fim, assim como observado Belo Horizonte e Uberlândia, a formalização dos instrumentais de encaminhamento para os Programas CEAPA e PrEsp representou um fator importante para o desempenho favorável observado durante o período avaliado.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS)

Contextualização Geral dos Indicadores:

O Proteja Minas é o mais recente programa a integrar a Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais (Lei nº 23.450, de 24 de outubro de 2019). Lançado em 2025, no município de Ubá, o Programa representa um reforço significativo à política pública de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas em Minas Gerais, com atenção especial à prevenção e à atuação territorializada.

Este relatório tem por finalidade apresentar uma análise embasada dos resultados obtidos durante o 27º Período Avaliatório, visando subsidiar, de forma qualificada, os processos permanentes de monitoramento, avaliação de desempenho e aperfeiçoamento da gestão das metas pactuadas. Essa análise busca, sobretudo, fortalecer a capacidade gerencial e promover a melhoria contínua dos serviços públicos, em alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Proteja Minas e com as disposições do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Em atendimento à recomendação apresentada pela DCM constante no 26º Relatório Gerencial de Resultados, que indicou a necessidade de apresentação de um plano de trabalho que corrobore com o equilíbrio das ações metodológicas a serem executadas pela equipe técnica no próximo semestre, com foco no balanceamento entre as ações coletivas e os atendimentos individuais, cumpre informar que a solicitação foi contemplada no planejamento da presente etapa avaliativa e passou a integrar as ações previstas para o período subsequente. Esse plano de trabalho foi elaborado com base na análise dos principais desafios identificados durante a execução do Programa, entre os quais se destacam: a baixa adesão das mulheres e meninas aos atendimentos individuais e aos grupos reflexivos; a necessidade de maior equilíbrio entre os indicadores relacionados às ações coletivas e individuais; e as fragilidades nos fluxos de articulação com a rede de proteção.

Diante desse cenário, o plano tem como finalidade ampliar o alcance e qualificar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Proteja Minas, com foco na expansão da capilaridade dos atendimentos individuais, no aumento da participação nos grupos reflexivos, na reorganização das ações coletivas, como palestras e rodas de conversa, no fortalecimento dos vínculos com o público atendido e na intensificação da articulação intersetorial com a rede no município. Adicionalmente, busca-se alinhar a atuação da equipe técnica às diretrizes metodológicas do Programa, promovendo maior efetividade nas intervenções, qualificação e o aprimoramento das estratégias, com vistas à reorientação das práticas de trabalho.

De forma a complementar o plano de trabalho, e antes de adentrar nas análises específicas referentes ao 27º Período Avaliatório, apresentam-se, a seguir, as demais ponderações e os ajustes implementados a partir das orientações emitidas pela DCM, especialmente no que se refere ao acompanhamento mais próximo da supervisão quanto à qualidade metodológica do espaço, bem como ao foco na qualificação das ações desenvolvidas, de modo a assegurar sua conformidade com a metodologia do Programa.

Diante disso, com vistas ao fortalecimento da qualidade metodológica das ações e à garantia de coerência com as diretrizes do Programa, a supervisora tem intensificado o acompanhamento junto à gestão social, por meio da supervisão e do apoio institucional. Esse acompanhamento também tem se concretizado por meio da realização de capacitações direcionadas, da comunicação periódica por ligações e reuniões com a gestão, bem como pela manutenção de uma relação de proximidade e diálogo para alinhamento do trabalho.

Além disso, têm sido promovidas orientações sistemáticas, bem como reflexões críticas e construtivas acerca dos processos de trabalho, com foco na qualificação das práticas e na consolidação de uma atuação alinhada aos princípios metodológicos do Programa Proteja Minas. Tais estratégias visam contribuir para a consolidação de uma gestão mais integrada, reflexiva e comprometida com os objetivos da Política de Prevenção e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Nesse contexto, ao longo dos meses de julho, agosto e setembro, foram conduzidas ações de supervisões e capacitações direcionadas à gestora social e à equipe de referência. As intervenções tiveram como propósito aprofundar a compreensão sobre os fundamentos metodológicos do Programa e aprimorar a condução das atividades desenvolvidas no Município.

Área Temática: Proteja Minas	
Indicador nº 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 652 •	• 1058 •

Descrição do Indicador

O Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher tem por objetivo contribuir para a prevenção e redução da violência doméstica e familiar contra a mulher nos municípios de abrangência do programa, tendo como público-alvo mulheres e meninas em situação ou suscetíveis à violência; homens; e vítimas indiretas da violência doméstica e familiar contra as mulheres do município de atuação do Programa. Para tanto desenvolve ações com foco no âmbito preventivo, buscando alcançar de maneira indiscriminada mulheres e homens, independente da faixa etária, que residam no município de atuação do Programa, desenvolvendo ações que promovam o esclarecimento sobre os direitos e mecanismos de prevenção e proteção voltados para mulheres em situação de violência. As ações serão destinadas a toda e qualquer mulher ou homem, independente se já vivenciaram ou não o fenômeno da violência a partir das seguintes modalidades de atendimentos:

a) Projetos de Prevenção: Os projetos de prevenção são um conjunto de estratégias pontuais, desenvolvidas pelas equipes técnicas através da leitura de cenários da dinâmica social e criminal do município de atuação do Programa, podendo ou não se restringir a determinados territórios, isso porque as realidades municipais e territoriais também podem se configurar como importantes fatores de risco e proteção para as mulheres e, portanto, devem ser contempladas nos projetos. Dessa forma, os projetos de prevenção terão como público-alvo mulheres e/ou homens moradores de determinada região que possam ou não se encontrar em situação de violência, e que configuram importantes atores na reestruturação social de uma convivência menos violenta.

b) Atendimentos Individuais: O atendimento individual humanizado pode contemplar mulheres e seus dependentes em situação de violência, promovendo a identificação das violências, o perfil das vítimas, seus dependentes e dos agressores, bem como a identificação do risco e das vulnerabilidades existentes; e também mulheres que não necessariamente se encontrem em um ciclo de violência, mas que já podem ter sofrido em algum momento da vida a violência ou estejam vulneráveis a esse fenômeno. Nos atendimentos deverá ser priorizada a construção de vínculo entre a atendida e a equipe técnica, de modo a gerar confiança para o compartilhamento e construção de soluções de situações tão difíceis e delicadas. Os atendimentos poderão acontecer na Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC, na Unidade Móvel* e ainda em espaços da rede parceira de maneira que facilite o acesso da mulher e/ou vítimas indiretas da violência ao serviço prestado.

c) Atendimentos Coletivos: Os atendimentos coletivos têm por objetivo atender grupos ou conjunto de pessoas na perspectiva da prevenção à violência contra a mulher através das seguintes intervenções:

- Oficinas: As oficinas têm por objetivo proporcionar espaços de escuta coletiva de mulheres em situação de violência, visando o fortalecimento individual e coletivo das mulheres através de trocas de experiências. Essas ações deverão ser desenvolvidas na UPC física, preferencialmente, e terão o foco no desenvolvimento de estratégias que contribuam para a proteção da mulher e o rompimento do ciclo de violência;
- Rodas de conversa: As rodas de conversa são metodologias que proporcionam um espaço dialógico que permite a expressão de todas as mulheres e pessoas participantes buscando um aprendizado/crescimento e fortalecimento conjunto. Podem ser realizadas ou não dentro da UPC.
- Grupos reflexivos: São intervenções a serem aplicadas necessariamente com mulheres que se encontram em situação de violência, a partir da metodologia de encontros de grupo, no qual as mulheres possam refletir sobre a violência vivida, e juntas se fortalecerem e pensarem estratégias de fortalecimento para o rompimento do ciclo de violência.
- Fóruns: Os fóruns se constituem como espaços de diálogo entre instituições e população proporcionando troca e construções coletivas a respeito das políticas públicas. Espaços para construção de diagnóstico e devolutiva de resultados, de planos de ação e priorização de agendas junto à população.

Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de comprovação do indicador

Fontes de Comprovação: Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas da sede do Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de cálculo: Número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.
Polaridade: quanto maior melhor.
Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2025 a 30/09/2025 obteve-se um total acumulado de • 1058 • atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 652 • atendimentos, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

Indicador Programa Proteja Minas – 27° PA						
Modalidades	25º PA	26º PA	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL
Atendimentos individuais	11	36	12	20	8	87
Oficinas	0	0	0	0	0	0
Rodas de Conversa	0	63	10	107	10	190
Grupos Reflexivos	0	9	9	2	4	24
Fóruns	0	0	0	0	0	0
Palestras	0	276	0	416	65	757
Projetos	0	0	0	0	0	0
TOTAL	11	384	31	545	87	1058

Tabela 29: Indicador 9.1

A seguir, apresenta-se a análise dos indicadores, de acordo com as modalidades de atendimento e os tipos de ação, conforme as orientações da DCM apresentadas no Relatório de Monitoramento anterior.

1. Atendimentos Individuais

Embora o programa tenha alcançado a meta global estipulada para o período avaliatório, no que se refere aos atendimentos individuais ainda persistem desafios significativos no cumprimento das metas específicas relacionadas a essa modalidade.

A meta pactuada para atendimentos individuais é de 30 mensais, totalizando uma expectativa de 90 atendimentos ao longo do trimestre. Contudo, foram realizados apenas 40 atendimentos no trimestre, distribuídos da seguinte forma: 12 em julho, 20 em agosto e 08 em setembro. Essa execução corresponde a aproximadamente 44% da meta prevista para o período, evidenciando uma baixa efetivação dessa modalidade de atendimento. Além disso, a oscilação no número de atendimentos ao longo dos meses aponta para dificuldades na consolidação de um fluxo contínuo e estruturado de atendimentos individuais.

De acordo com as análises realizadas, os principais fatores associados a esse cenário envolvem entraves na mobilização das mulheres atendidas, bem como fragilidades na articulação com a rede no município para construção de fluxos de encaminhamento, estratégias de busca ativa e fortalecimento do vínculo com as mulheres atendidas.

Importante destacar que, embora persistam os desafios na execução da modalidade de atendimento individual, a Supervisora de Prevenção tem adotado medidas para qualificar e fortalecer essa frente de atuação junto à equipe. Como principal estratégia, foi implementado um plano de trabalho articulado com a gestora e a equipe técnica, com foco na ampliação do acesso das mulheres ao programa. Ressalta-se que as ações previstas nesse plano terão continuidade nos meses subsequentes, garantindo a sustentabilidade das estratégias desenvolvidas.

Entre as ações em andamento, destacam-se a intensificação da busca ativa, a construção de fluxos com a rede, especialmente com a Segurança Pública, visando ao encaminhamento de mulheres em situação de violência, e com a Educação, com o intuito de identificar e referenciar meninas para os atendimentos individuais.

Além disso, iniciativas voltadas à articulação com a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, com destaque para a participação ativa em espaços de reunião, nos quais o programa é constantemente apresentado, com foco na divulgação das modalidades de atendimento e fomentar os encaminhamentos.

2. Atendimentos Coletivos

Conforme a proposta metodológica do Programa Proteja Minas, o eixo atendimentos coletivos contemplam as seguintes modalidades: a) Atendimentos para mulheres e meninas (que se encontram ou estão vulneráveis à situações de violência), sendo eles: Grupos reflexivos e Cursos profissionalizantes; e b) Atendimentos coletivos para o público em geral, que foca na prevenção primária à violência e à conscientização sobre a prevenção, sendo eles: palestras, rodas de conversa e fóruns.

a) Atendimento para mulheres e meninas: Grupos reflexivos:

❖ Grupo Reflexivo julho "Entre nós"

1º encontro, 4 pessoas presentes, 16/07/2025

2º encontro, 2 pessoas presentes, 23/07/2025

3º encontro, 3 pessoas presentes, 30/07/2025

No mês de julho, a equipe técnica da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) realizou três encontros de grupos reflexivos voltados para mulheres em situação de violência, totalizando 09 participantes ao longo do período.

Com o objetivo de promover, fortalecimento de vínculos, desenvolvimentos dos processos de empoderamento e autonomia das participantes, os encontros foram planejados, contemplando dinâmicas participativas e estratégias de interação que favoreceram a participação e a construção coletiva do conhecimento e fortalecimento entre elas, contribuindo com reflexões, relatos e trocas de experiências significativas.

Cada encontro abordou uma temática específica, definida com base nas demandas identificadas durante os atendimentos individuais e na realidade social das usuárias:

- Saúde mental: conduzido com o apoio de uma profissional da área da saúde, o encontro possibilitou a sensibilização sobre os impactos emocionais da violência, estratégias de cuidado e a importância da rede de apoio.
- Filhos, cuidados e vínculos: abordou-se a influência da violência nas relações familiares, a importância do afeto e do fortalecimento de vínculos com os filhos, e os desafios enfrentados na vivência da maternidade.
- Liberdade e educação financeira: promoveu-se uma reflexão sobre a autonomia financeira como ferramenta de enfrentamento à violência, incluindo noções básicas de organização financeira e possibilidades de geração de renda.

❖ Grupo Reflexivo agosto "Entre nós"

4º encontro, 2 pessoas presentes, 04/08/2025

Em consonância com a campanha Agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, a equipe técnica realizou, no mês de agosto, o 4º encontro do grupo reflexivo voltado para mulheres em situação de violência. A atividade contou com a participação de 02 usuárias, e teve como foco principal a reflexão sobre os direitos das mulheres, os diferentes tipos de violência e os caminhos para o fortalecimento da autonomia e da proteção.

Nesse sentido, o encontro se configurou como um espaço de escuta e acolhimento, possibilitando às participantes o compartilhamento de vivências e a construção coletiva de estratégias de enfrentamento. A equipe conduziu o grupo com dinâmicas interativas baseadas em frases motivadoras e reflexivas, com o intuito de estimular a participação ativa e criar um ambiente de confiança, a ação foi bem recebida pelas participantes, que demonstraram envolvimento e abertura para o diálogo.

❖ Grupo Reflexivo setembro "Entre nós"

1º encontro, 1 pessoas presentes, 10/09/2025

2º encontro, 1 pessoas presentes, 17/09/2025

3º encontro, 2 pessoas presentes, 24/09/2025

No mês de setembro, a equipe técnica realizou três encontros de grupos reflexivos voltados para mulheres em situação de violência, com a participação total de 04 mulheres ao longo do período. As atividades foram desenvolvidas alinhadas à campanha Setembro Amarelo, cuja abordagem central - *"Cuidar da mente é cuidar da vida"* norteou os temas trabalhados nos encontros.

Os grupos tiveram como objetivo principal acolher e promover o fortalecimento emocional das participantes, criando um espaço seguro de escuta, reflexão e troca de experiências. A metodologia empregada incluiu dinâmicas participativas que estimularam o diálogo, a expressão de sentimentos e a construção coletiva de estratégias de cuidado.

Cada encontro abordou aspectos distintos, mas complementares, relacionados à saúde mental e ao enfrentamento da violência de gênero. A presença de uma profissional da área da saúde mental contribuiu significativamente para a qualificação do conteúdo abordado, trazendo orientações sobre os impactos emocionais da violência e formas de autocuidado.

No âmbito da modalidade de grupos reflexivos, apesar dos esforços empreendidos pela equipe, das estratégias implementadas e do acompanhamento contínuo da Supervisão de Prevenção, ainda persistem desafios quanto ao alcance das metas estabelecidas.

Para o mês de setembro, foi prevista a participação de 32 mulheres por meio dessa modalidade. No entanto, ao longo do trimestre, observou-se baixa adesão, totalizando 15 participações nos grupos reflexivos, distribuídas da seguinte forma: 09 mulheres em julho, 02 em agosto e 04 em setembro.

Diante desse cenário, estão sendo implementadas estratégias articuladas entre a gestão e a equipe técnica, com foco na qualificação metodológica, da mobilização, na revisão dos fluxos de encaminhamento e no aprimoramento das ações, visando à ampliação da participação e ao fortalecimento dos vínculos com as usuárias.

A Supervisão de Prevenção segue atuando de forma próxima, oferecendo suporte e orientação com vistas à superação dos gargalos que impactam a efetividade das ações coletivas. As medidas em curso buscam não apenas melhorar os índices de participação, mas também garantir que os grupos reflexivos se consolidem como espaços de acolhimento, fortalecimento da autonomia das mulheres e promovam o rompimento da situação de violência.

b) Atendimentos para o público em geral (rodas de conversa, palestras e fóruns)

- Roda de Conversa julho

Roda de conversa, com a Instituição parceira CRAS COHAB, no bairro primavera, no dia 17/07/25, com 10 participantes.

Figura 36: Roda de conversa Julho

No dia 17 de julho de 2025, a equipe técnica realizou uma roda de conversa na instituição parceira CRAS COHAB, com a participação de 10 pessoas. A atividade teve como temática *"A violência de gênero e seus reflexos no contexto familiar"*, abordando os impactos emocionais, sociais e estruturais da violência nas dinâmicas familiares, especialmente no que tange à vivência de mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência.

A proposta metodológica priorizou a escuta e a construção coletiva do conhecimento, com espaço para o compartilhamento de experiências, dúvidas e percepções das participantes. A escolha do tema se mostrou pertinente e alinhada às diretrizes do programa, promovendo a sensibilização sobre a importância do enfrentamento à violência de gênero e a necessidade de uma rede articulada e preparada para o acolhimento e o encaminhamento adequado dos casos.

- Roda de Conversa 12 de Agosto

No dia 12 de agosto de 2025, a equipe técnica realizou uma roda de conversa no CRAS São Domingos, com a participação de 19 pessoas. A ação foi desenvolvida em alusão à campanha Agosto Lilás, mês dedicado à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

A atividade teve como objetivo informar, sensibilizar e promover o debate sobre as diversas formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha, seus impactos individuais e coletivos, bem como os caminhos para o acolhimento e a proteção das mulheres em situação de violência.

Figura 37: Roda de conversa no CRAS São Domingos, Ubá - MG.

- Roda de Conversa 25 de agosto

No dia 25 de agosto de 2025, a equipe técnica realizou uma roda de conversa com adolescentes na instituição parceira CRAS Agroceres, contando com a participação de 16 adolescentes.

A atividade teve como eixo central a discussão sobre os tipos e graduações da violência nas relações, utilizando como ferramenta pedagógica o Violentômetro, instrumento que permite a visualização e compreensão dos diferentes níveis de violência, desde comportamentos mais sutis e naturalizados até agressões mais explícitas e graves.

O momento favoreceu a participação dos(as) adolescentes, que foram convidados a classificar e refletir sobre as formas de violência apresentadas, reconhecendo suas manifestações e implicações no cotidiano. Os participantes demonstraram interesse e engajamento, sendo capazes de identificar as diferentes fases da violência, o que contribuiu para ampliar a percepção sobre o tema e promover a sensibilização precoce para o enfrentamento de situações abusivas. Além disso, a importância da prevenção da violência entre adolescentes e a necessidade de buscar apoio a rede de proteção disponível no Município.

Figura 38: Roda de conversa com adolescentes na instituição parceira CRAS Agroceres, Ubá - MG.

- Roda de Conversa 26 de agosto

No dia 26 de agosto de 2025, a equipe técnica realizou uma roda de conversa com adolescentes no Projeto Vida, com a participação de 19 adolescentes. A atividade teve como foco a construção coletiva do Violentômetro, ferramenta que possibilita identificar e classificar as diferentes formas e níveis de violência.

A atividade se mostrou bastante pertinente no contexto da adolescência, proporcionou um espaço seguro de diálogo, reflexão e escuta promovendo a educação, prevenção da violência de gênero e a valorização de relacionamentos saudáveis e respeitosos.

Figura 39: Roda de conversa com adolescentes no Projeto Vida - Ubá - MG.

- Roda de Conversa 27 de agosto

No dia 27 de agosto de 2025, a equipe técnica promoveu uma roda de conversa no Centro POP, direcionada ao público atendido pelo equipamento, composto por pessoas em situação de rua. A atividade contou com a participação de 22 pessoas, com participação majoritária do público masculino.

A atividade teve como abordagem da violência de gênero, com ênfase no papel dos homens no seu combate, bem como na problematização de diversas formas de violência frequentemente naturalizadas e banalizadas, especialmente entre pessoas em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua.

Figura 40: Roda de conversa no Centro POP, Ubá - MG.

❖ Roda de Conversa 28 de agosto

No dia 28 de agosto de 2025, em alusão à campanha Agosto Lilás, a equipe realizou uma roda de conversa em parceria com a Unidade Básica de Saúde (UBS) Eldorado, com a participação de 31 pessoas, participantes do grupo de alongamento. A atividade teve como objetivo promover a conscientização sobre a violência contra a mulher, além de apresentar o Programa Proteja Minas e os serviços ofertados na Unidade.

A ação buscou sensibilizar o público quanto à gravidade e à complexidade da violência de gênero, abordando suas múltiplas formas; física, psicológica, patrimonial, sexual e moral e os impactos na saúde física e mental das mulheres.

Figura 41: Roda de conversa na Unidade Básica de Saúde Eldorado, Ubá - MG.

❖ Roda de Conversa 30 de setembro

No dia 30 de setembro de 2025, a equipe técnica realizou uma roda de conversa com 10 jovens estudantes da Escola Apogeu. A ação teve como objetivos principais apresentar o Programa Proteja Minas, e os serviços oferecidos na unidade, e promover um diálogo reflexivo sobre as diversas formas de violência que afetam adolescentes e jovens no cotidiano.

A atividade foi conduzida de forma participativa, foram abordadas as múltiplas formas de violência física, psicológica, moral, sexual e os comportamentos naturalizados nas relações e o papel dos jovens na prevenção e no enfrentamento das violências.

Figura 42: Roda de conversa com jovens estudantes da Escola Apogeu.

No que se refere a modalidade Roda de Conversa, verifica-se que a meta pactuada no Contrato de Gestão foi superada no período avaliado. Estava prevista a realização de 10 participações mensais, totalizando 30 no trimestre; no entanto, o quantitativo registrado foi significativamente superior, com 10 participações em julho, 107 em agosto e 10 em setembro, totalizando 127 participações no trimestre.

O expressivo aumento no mês de agosto está diretamente relacionado à mobilização promovida em torno da campanha Agosto Lilás, o que resultou na ampliação das ações realizadas pela equipe técnica e no fortalecimento da articulação com a rede e instituições parceiras. Dessa forma, os dados demonstram não apenas o alcance quantitativo das metas, mas também o êxito das estratégias de sensibilização e engajamento adotadas, consolidando as rodas de conversa como espaços importantes de prevenção, informação e fortalecimento da rede de proteção às mulheres.

- Palestra 21 agosto

No dia 21 de agosto de 2025, a equipe técnica realizou uma palestra no Centro Universitário UNIFAGOC, com a participação de 205 estudantes dos cursos de Psicologia, Direito e Enfermagem.

A palestra teve como objetivos apresentar o Programa Proteja Minas, com ênfase nas ofertas, e sensibilizar os futuros profissionais quanto a importância da temática da violência de gênero, e suas complexidades. Durante o encontro, foram discutidas as múltiplas formas de violência contra a mulher, os marcos legais que estruturam a política pública de proteção, bem como a importância da atuação em rede no acolhimento e no atendimento qualificado às mulheres em situação de violência.

Figura 43: Palestra no Centro Universitário UNIFAGOC, Ubá - MG.

❖ Palestra 22 agosto

No dia 22 de agosto de 2025, a equipe técnica da Unidade realizou uma palestra na Escola Estadual Januário Carneiro, como parte das ações do "É Na Base", com a participação de 88 alunos. A temática abordada, foi *"Violência Velada: Amor Romântico x Amor Abusivo"*, na perspectiva de dialogar com o cotidiano dos adolescentes, promovendo uma reflexão crítica sobre os elementos simbólicos e comportamentais que compõem relações abusivas, muitas vezes naturalizadas sob a lógica do amor idealizado. A atividade teve como objetivo desconstruir narrativas que romantizam o controle, o ciúme e a dependência emocional, reforçando a importância de relações baseadas no respeito, na autonomia e no consentimento.

A condução da palestra priorizou uma abordagem dialógica e participativa, com a utilização de dinâmicas voltadas à integração dos estudantes, a participação foi expressiva, com contribuições significativas dos alunos.

Figura 44: Palestra na Escola Estadual Januário Carneiro, Ubá – MG.

❖ Palestra 23 agosto

No dia 23 de agosto de 2025, a equipe da Unidade de Prevenção à Criminalidade participou da Operação Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher em Razão do Gênero – Operação Shamar, uma integrada de enfrentamento à violência contra a mulher, realizada em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha. Durante a ação a equipe realizou uma palestra com o público da comunidade, que contou com a presença de 50 participantes e teve como objetivo promover a

conscientização da população sobre o enfrentamento à violência, apresentação dos serviços ofertados pelo Programa Proteja Minas e garantia de direitos às mulheres em situação de violência.

Durante a ação, foram distribuídos folders informativos contendo os endereços das UPCs e canais de atendimento, ampliando o acesso à informação e fortalecendo a articulação comunitária no enfrentamento à violência de gênero. A atividade integrou a mobilização nacional do agosto Lilás, sendo articulada com o Programa Proteja Minas e realizada em parceria com diversos órgãos da rede de proteção, do poder público e da sociedade civil.

Ademais, a ação intitulada como "Rua de Direitos", estratégia voltada à promoção do acesso a direitos, à cidadania e ao fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica. A escolha dos bairros Pires da Luz e São Domingos identificados como territórios com maior incidência de casos de violência doméstica, foi definida coletivamente em reunião realizada, com a participação da Prefeitura Municipal de Ubá e das instituições que compõem a rede local de enfrentamento: Guarda Civil Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

Figura 45: Palestra em alusão ao agosto Lilás - Operação Shamar - Ubá - MG

- Palestra 30 agosto

No dia 30 de agosto de 2025, a equipe da Unidade de Prevenção à Criminalidade participou do segundo momento da Operação Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher em Razão do Gênero – Operação Shamar, uma integrada de enfrentamento à violência contra a mulher, realizada em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha. Durante a ação a equipe realizou uma palestra com o público da comunidade, que contou com a presença de 73 participantes e teve como objetivo promover a conscientização da população sobre o enfrentamento à violência, apresentação dos serviços ofertados pelo Programa Proteja Minas e garantia de direitos às mulheres em situação de violência.

Durante a ação, foram distribuídos folders informativos contendo os endereços das UPCs e canais de atendimento, ampliando o acesso à informação e fortalecendo a articulação comunitária no enfrentamento à violência de gênero. A atividade integrou a mobilização nacional do agosto Lilás, sendo articulada com o Programa Proteja Minas e realizada em parceria com diversos órgãos da rede de proteção, do poder público e da sociedade civil.

Figura 46: Palestra em alusão ao Agosto Lilás - Operação Shamar - Ubá – MG

- Palestra 24 setembro

No dia 24 de setembro de 2025, a equipe realizou uma palestra em parceria com a Faculdade FUPAC, com a participação de 65 estudantes dos cursos de Direito e Psicologia, com a temática "*Entre o Direito e a Psicologia: Construindo Caminhos Contra a Violência Doméstica*" e teve como principal objetivo promover o diálogo interdisciplinar entre as áreas envolvidas, além de divulgar o Programa Proteja Minas.

A palestra abordou a importância da atuação conjunta entre os profissionais do Direito e da Psicologia no enfrentamento à violência doméstica, destacando a necessidade de práticas baseadas nos direitos humanos, na ética profissional e no compromisso com a proteção às mulheres.

Figura 47: Palestra em parceria com a Faculdade FUPAC, Ubá -MG.

Com relação à modalidade de palestras, o Programa apresentou uma expressiva superação da meta prevista para o período avaliatório. Conforme pactuado, a meta estabelecia a participação de 100 pessoas no mês de agosto e 65 no mês de setembro, totalizando 165 participantes no trimestre. Contudo, os resultados alcançados no mês de agosto, foram registradas 416 participações, e, no mês de setembro, 65, totalizando 481 participantes atendidos por meio dessa modalidade.

O expressivo superávit no alcance das metas, especialmente no mês de agosto, está diretamente relacionado ao fortalecimento das ações promovidas no contexto da campanha Agosto Lilás, que marca nacionalmente a luta pelo

enfrentamento à violência contra a mulher. Durante esse período, a equipe técnica demonstrou grande empenho, planejamento e articulação intersetorial, conduzindo ações estratégicas para divulgação e ampliação do Programa.

- Fóruns

Não foram realizados fóruns no período avaliatório. No entanto, conforme planejamento e alinhamento prévio entre a Supervisora de Prevenção, a gestão e a equipe técnica, estão previstas, para o mês de novembro, a realização do primeiro Fórum do Programa Proteja Minas no município. A atividade contará com a participação de representantes da rede de enfrentamento à violência, sociedade civil, gestores locais, convidados institucionais e da Supervisão de Prevenção.

Considerações finais

No terceiro período avaliativo, o Programa Proteja Minas evidencia avanços consistentes em sua trajetória de implementação, com ações mais estruturadas e alinhadas às diretrizes propostas. Observa-se um esforço contínuo de qualificação das práticas e fortalecimento das atuações, consolidando o Programa como uma iniciativa pública relevante no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres no município.

Na análise do Indicador 9.1 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher, observa-se um resultado bastante expressivo. A meta prevista para o período era de 297 atendimentos, sendo alcançados 663, demonstrando um avanço significativo.

Contudo, apesar do bom desempenho da meta geral, ainda persistem desafios específicos relacionados à ampliação dos atendimentos individuais às mulheres e meninas em situação de violência e à participação nos grupos reflexivos, que seguem com baixa adesão. Além disso, identificou-se oscilação entre as modalidades de atendimentos coletivos, com predominância nas rodas de conversa e palestras. Tal cenário evidencia a necessidade de fortalecimento de estratégias que promovam maior equilíbrio entre as modalidades, garantindo a efetividade de todas as modalidades de atendimento.

Destaca-se que, na segunda semana do mês de agosto, iniciou na UPC a nova gestora social, seguida pela chegada da nova analista social na terceira semana. A gestora apresenta um perfil técnico alinhado às diretrizes metodológicas do Programa, demonstrando coerência com os princípios que orientam sua implementação. Observa-se, desde o início de sua atuação, uma postura propositiva e comprometida com os objetivos estratégicos da política de prevenção, o que contribui positivamente para o fortalecimento e aprimoramento das ações e execução do Programa.

b) Intervenções da supervisão metodológica a partir da análise dos indicadores e metas.

As intervenções da Supervisora de Prevenção decorreram de um processo analítico sobre o desempenho do Programa Proteja Minas, em relação ao Indicador 9.1 – Número acumulado de atendimentos realizados, e às metas pactuadas para o 27º Período Avaliatório. A análise dos resultados evidenciou avanços expressivos no cumprimento das metas globais, acompanhados de desafios nas modalidades de atendimentos individuais e grupos reflexivos, que apresentaram baixa adesão no período.

Diante desse cenário, a Supervisora de Prevenção adotou um conjunto de estratégias com vistas a promover o equilíbrio entre os indicadores, qualificar a execução das ações e fortalecer a coerência metodológica do Programa. As intervenções foram orientadas pela análise dos dados e pela observação direta dos processos de trabalho, assegurando a efetividade das ações de acompanhamento e supervisão à gestão e à equipe. Entre as principais intervenções, destacam-se, a elaboração de um Plano Trabalho com a seguinte estruturação:

1. Reestruturação dos fluxos de atendimento e fortalecimento da articulação em rede

A Supervisora, em conjunto com a gestão e equipe técnica, promoveu a construção dos fluxos de encaminhamento e o estabelecimento de novas estratégias de articulação com a rede de proteção (CRAS, UBS, escolas, órgãos de segurança pública e demais parceiros institucionais). Essa medida teve como objetivo ampliar o acesso de mulheres e meninas aos atendimentos individuais, além de fortalecer os vínculos entre o Programa e os serviços no município.

2. Designação de referências técnicas por modalidade de atendimento

Como forma de aprimorar o monitoramento e a execução das metas, as analistas foram designadas como referências específicas para as modalidades de atendimentos individuais e coletivos. A definição de responsabilidades temáticas favoreceu maior especialização, organização do trabalho e acompanhamento direcionado dos resultados.

3. Intensificação das supervisões e contatos telefônicos

A Supervisora intensificou o acompanhamento, por meio de supervisões e contato via telefone com a gestora social. Esses espaços foram utilizados para fomentar reflexões sobre o planejamento das ações realizadas, discutir os resultados dos indicadores e pensar estratégias para superação das dificuldades identificadas, com foco na qualidade e na coerência metodológica das ações.

4. Capacitações de qualificação

Foram realizadas capacitações voltadas à equipe e à gestão, com ênfase na metodologia do Programa Proteja Minas, planejamento e qualificação das temáticas abordadas nas ações, construção de estratégias para maior divulgação do programa, fluxos institucionais e qualificação do preenchimento dos instrumentais.

5. Reforço da cultura avaliativa e do uso de indicadores

A Supervisora tem trabalhado de forma sistemática com a gestão e equipe quanto à utilização dos indicadores e metas como instrumentos de monitoramento e aprimoramento contínuo das ações. Considerando e estimulando a construção de repertório, e a análise crítica dos resultados, a corresponsabilidade e o compromisso com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados.

Espera-se, para os próximos períodos avaliatórios, que o processo de aprimoramento metodológico siga em evolução, sustentado pelo plano de trabalho e demais estratégias. A expectativa é de qualificação, ampliação do alcance e da efetividade do Programa Proteja Minas, potencializando seu impacto no município, no tocante ao fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento às violências contra mulheres e meninas.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Contextualização Geral dos Indicadores:

No mês de março de 2025, a OS, em alinhamento com a OEP, realizou a reestruturação de cargos e funções estratégicos do Instituto Elo, com a extinção dos cargos de supervisor metodológico e de supervisor da gestão e implantação dos cargos de supervisor da prevenção e de subgerente da prevenção.
Ocorre que essa reconfiguração impacta diretamente nos seguintes indicadores pactuados no Plano de Trabalho do 9º TA:

- Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade;
- Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade;
- Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão.

Considerando que houve uma impossibilidade de se cumprir as ações previstas para esses 3 indicadores no âmbito de atuação dos novos cargos e funções da supervisão prevenção;

Considerando que, de acordo com o Anexo III - Da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão, é possível utilizar do expediente da desconsideração de indicadores, expurgando-os da nota global do CG, em situações excepcionais e devidamente justificadas;

Considerando o atendimento pela Comissão de Avaliação a essa questão nos períodos avaliatórios anteriores;

A OS solicita que tais indicadores não sejam contabilizados para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 27º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Diante do presente pedido de desconsideração, é importante destacar que os novos Supervisores da Prevenção e a Subgerência da Prevenção continuaram a realizar diversas supervisões direcionadas aos gestores sociais, além de promoverem capacitações voltadas aos gestores sociais, às equipes técnicas e a outros cargos estratégicos das OS e OEP.

Ainda que tais atividades não sejam contabilizadas para fins de apuração do indicador, é relevante registrar neste documento algumas Capacitações e Supervisões de destaque ocorridas durante o 27° Período Avaliatório:

Capacitações promovidas pelo Programa da Política de Prevenção: Selo Prevenção Minas

Data: 03/09/2025

Nº de participantes: 17

Tema: Utilização estratégica de informação e inteligência - Segurança Pública baseada em evidência

Breve relato: A capacitação sobre a utilização estratégica de informação e inteligência e segurança pública baseada em inteligência, vai de encontro a um importante eixo de atuação do Programa Selo Prevenção Minas. Em sua metodologia, esta política pública trabalha constantemente com análise de dados quantitativos e qualitativos acerca das dinâmicas criminais que se apresentam nos municípios de atuação, neste sentido, foi pensado junto ao Professor a Alberto Kopittke uma atividade de formação voltada para a importância da utilização de evidências ao se pensar políticas públicas voltadas para a prevenção do crime e das violências. Esta capacitação merece destaque pois, por meio dos retornos das equipes, observou-se possibilidades de aplicação prática em consonância à abordagem teórica aplicada.

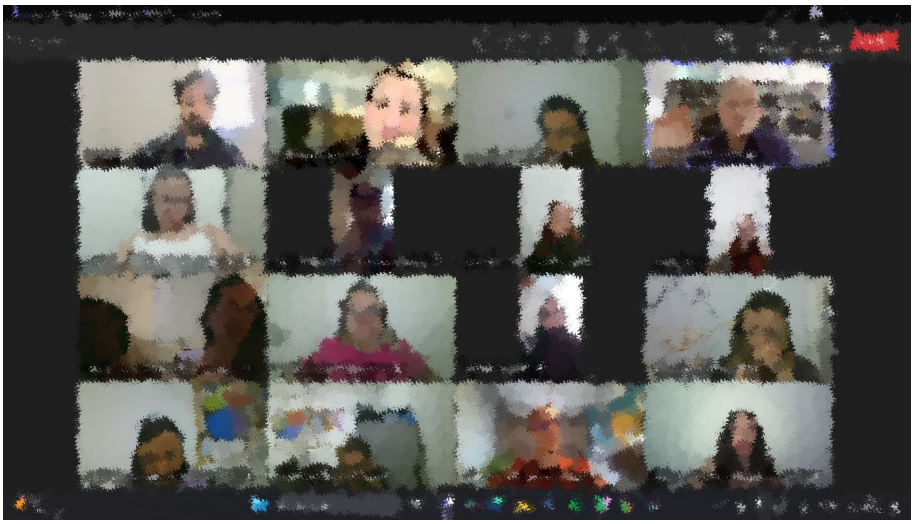


Figura 48: Capacitação em 03/09/2025

Capacitações promovidas pelo Programa da Política de Prevenção: Fica Vivo! e Mediação de Conflitos

Data: 31/07/2025

Tema: Dinâmicas Sociais e Criminais

Nº de participantes: 150

Breve relato: A Supervisão de Prevenção dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos promoveu uma capacitação temática sobre Dinâmicas Sociais e Criminais, em formato híbrido, com participação presencial em Belo Horizonte e remota das equipes da Região Metropolitana e do interior. A atividade buscou aprofundar a compreensão das dinâmicas criminais e sociais nos territórios de atuação, abordando conceitos da criminologia, vulnerabilidade e fatores de proteção. O encontro integrou teoria e prática, destacando a importância de uma leitura socioterritorial qualificada e favorecendo o compartilhamento de experiências entre os participantes, fortalecendo tecnicamente as equipes para a formulação de estratégias preventivas mais contextualizadas e eficazes.

Figura 49: Capacitação em 31/07/2025

Capacitações promovidas pelo Programa da Política de Prevenção: Proteja Minas

Data: 16/07/2025

Tema: Alinhamento metodológico do Programa Proteja Minas

Nº de participantes: equipe técnica da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Ubá

Breve relato: A Supervisora de Prevenção realizou, junto à equipe da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Ubá, uma capacitação voltada ao alinhamento metodológico das ações do Programa Proteja Minas. A atividade buscou fortalecer a aplicação da metodologia no cotidiano das ações, abordando modalidades de atendimento, critérios de registro, planejamento e estruturação dos processos operacionais. O encontro promoveu um espaço de troca e engajamento, permitindo identificar dúvidas quanto à aplicação prática e aos fluxos institucionais. A partir do diálogo, foram definidas estratégias para superação das fragilidades e ressaltada a importância da manutenção de um espaço contínuo de supervisão metodológica para consolidar o alinhamento técnico e o suporte à equipe.

Figura 50: Capacitação em 16/07/2025

Data: 23/07/2025

Tema: Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Nº de participantes: equipes do Programa Proteja Minas e do Selo Prevenção

Breve relato: A Supervisora de Prevenção realizou, de forma virtual, uma capacitação voltada às equipes do Programa Proteja Minas e do Selo Prevenção, abordando o tema "Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres". A atividade teve como objetivo a qualificação técnica das equipes, com foco na compreensão da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, enfatizando a importância da atuação em rede, da articulação intersetorial e do reconhecimento dos serviços existentes. O encontro foi interativo e reforçou o papel estratégico das equipes na consolidação de práticas alinhadas às diretrizes da política pública de prevenção e enfrentamento à violência.

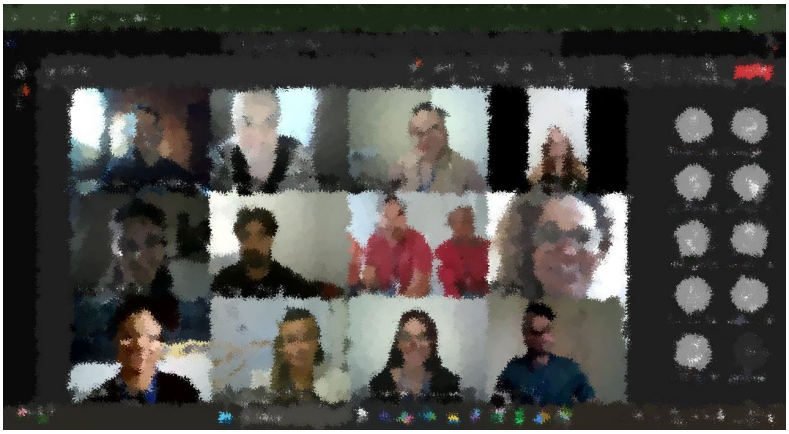


Figura 51: Capacitação em 23/07/2025

Outras supervisões realizadas pelo Proteja foram:

- Capacitação metodológica equipe e gestão, 11/08/2025;
- Capacitação metodológica equipe e gestão, 19/08/25.

Supervisões promovidas pelo Programa da Política de Prevenção: Programa Mediação de Conflitos

Data: 24/09/2025

Tema: Masculinidades e o Trabalho com Homens em Áreas de Vulnerabilidade Social

Nº de participantes: equipes do Programa Mediação de Conflitos

Breve relato: A formação abordou a importância do trabalho com homens nos territórios de abrangência do Programa Mediação de Conflitos, com o intuito de prevenir violências e reduzir homicídios. O encontro contou com a participação da pesquisadora e educadora social Izabela Miranda, especialista em Criminalidade e Segurança Pública e mestra em Educação, Gênero e Masculinidades. A atividade discutiu as múltiplas expressões das masculinidades e suas relações com a violência, qualificando o trabalho das equipes junto a esse público e contribuindo para o fortalecimento das estratégias de prevenção nos territórios.

Outras capacitações do Programa Mediação de conflitos entre julho e setembro: Foram realizadas cinco capacitações metodológicas voltadas aos gestores sociais, com o objetivo de aprimorar a condução do trabalho junto às equipes técnicas. As atividades abordaram as cinco frentes de atendimento do Programa, a importância da articulação em rede nos territórios e apresentaram o novo instrumental de monitoramento e análise das dinâmicas criminais. Esse instrumento permitirá qualificar a leitura territorial e subsidiar o planejamento das ações preventivas, promovendo uma atuação mais estratégica e integrada das equipes diante dos fenômenos de violência.

Supervisões promovidas pelo Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA

Frisa-se que no referido trimestre foram executados diversos espaços de capacitação, tanto aqueles exclusivos para os gestores sociais, quanto os espaços voltados para a qualificação técnico-metodológico da equipe e gestão. Com os gestores sociais, as agendas de formação de julho e agosto foram "Repercussão Prática das capacitações, partes I e II", que objetivaram consolidar as orientações emanadas nas capacitações realizadas mensalmente na prática do trabalho nas Centrais. Para os cargos gerenciais, em agosto houve capacitação sobre o "Plano Preparatório para implantação do Sistema", para que esses atores acompanhem e orientem as equipes nesse processo importante, além de, eles próprios, assimilarem o uso do *software*. Em relação às capacitações técnicas, houve capacitação sobre o "Sistema CEAPA, bem como "Capacitação Introdutória" para os profissionais recém contratados e para aqueles que os gestores avaliaram a necessidade de revisão do método básico. Frisa-se que a agenda dos espaços formativos segue mensal até o final do ano, conforme planejamento.

Supervisões promovidas pelo Programa da Política de Prevenção: Selo Prevenção Minas

Data: 03/09/2025

Nº de participantes: 04

Breve relato: A supervisão realizada em parceria com a Gerente Estadual do Programa Selo Prevenção Minas merece destaque neste período avaliatório uma vez que ela marca a consolidação de um árduo trabalho realizado junto à RISP 15 na qualificação das ações do Plano Municipal de Segurança Cidadã de Teófilo Otoni. Durante o trimestre, foram realizadas diversas reuniões com a equipe no sentido de adaptar as ações pensadas pelos membros e refinadas, através das intervenções técnicas por parte da supervisão e da gerência. A Comissão Municipal havia sido separada em grupos temáticos para que, cada grupo, pudesse pensar em ações efetivas no âmbito da prevenção social e situacional do crime e violências, articulação de rede, participação social e utilização estratégica de informação e inteligência. Por meio destes levantamentos registrados pela equipe, a supervisão e gerente trabalharam arduamente junto à gestão social e referência do eixo certifica na qualificação dos textos, primando pela factibilidade e exequibilidade das ações propostas.

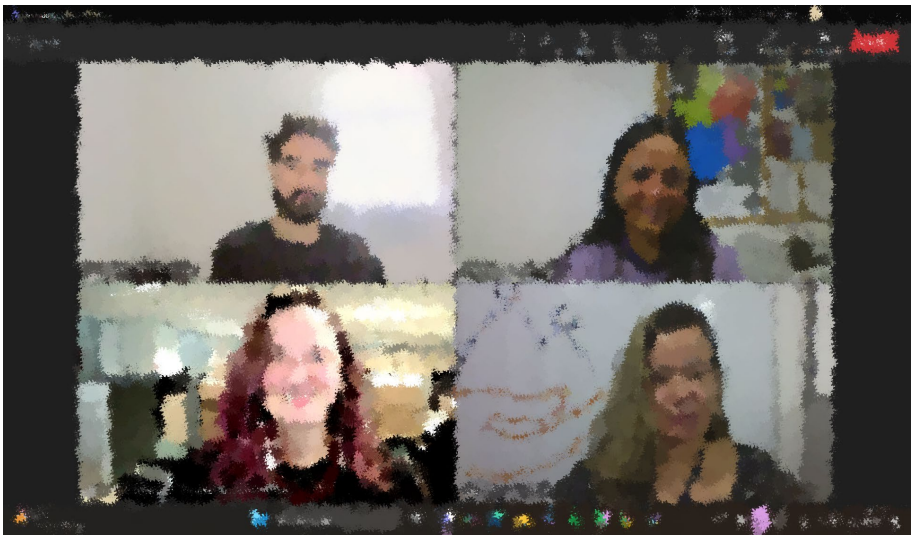


Figura 52: Supervisão em 03/09/2025

Supervisões promovidas pelo Programa da Política de Prevenção: Proteja Minas

Data: 17/07/2025

Nº de participantes: equipe técnica da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Ubá

Breve relato: A Supervisora realizou, junto à equipe técnica, uma supervisão metodológica em razão da ausência de gestão no período. O encontro teve como objetivo fomentar uma reflexão coletiva e desenvolver estratégias práticas para o equilíbrio dos indicadores e a execução das ações do Programa, destacando a importância da articulação com a rede municipal para o encaminhamento das mulheres aos atendimentos individuais e aos grupos reflexivos. As analistas foram designadas como referências específicas por modalidade de atendimento, e discutiram-se as dificuldades relacionadas à baixa adesão aos atendimentos individuais, especialmente diante do elevado índice de violência doméstica em Ubá. Pactuou-se a realização de busca ativa por meio da rede e ligações telefônicas, além da construção de fluxos articulados com a rede de proteção e ações com as escolas, visando fortalecer os encaminhamentos e ampliar o alcance das ações.

Figura 53: Supervisão em 17/07/2025

Outras supervisões realizadas pelo Proteja foram:

- Supervisão realizada com equipe técnica, 08/08/2025;
- Supervisão realizada com gestora social, 22/08/2025.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 273 •	• - •
Descrição do Indicador	
Uma das principais atividades do supervisor da gestão diz respeito a realização de supervisões junto aos gestores sociais. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento mensal ou por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem este grupo. Por meio de ações de intervenção estratégica, a supervisão busca formar os(as) novos(as) Gestores(as) Sociais e acompanhar para que se tornem capazes de atuar na Promoção da Política de Prevenção, na Coordenação das Unidades de Prevenção e na Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho de supervisão perpassa por: (i) orientar para que o trabalho da Gestão Social seja baseado nos princípios que orientam a segurança pública cidadã e na identificação dos fatores de riscos e de proteção social presentes nos territórios e municípios de atuação; (ii) construir um plano de trabalho que vise mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social, com o sistema judiciário, com as instituições de organização social e as principais referências dos territórios e municípios de atuação e (iii) identificar e analisar dificuldades no desenvolvimento do trabalho, no desenvolvimento metodológico ou no perfil da Gestão Social. Essa análise criteriosa e técnica por parte da Supervisão da Gestão vai direcionar e promover a melhor formação e desenvolvimento desses profissionais. Para fins deste indicador serão contabilizados: Supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou *print* da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A OS solicita que tais indicadores não sejam contabilizados para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 27º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 609 •	• - •
Descrição do Indicador	
Uma das principais atividades do(a) supervisor(a) metodológico(a) diz respeito a realização de supervisões junto às equipes do seu respectivo Programa. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento regular e por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho das equipes dos Programas, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem os grupos. Em outras palavras, a supervisão metodológica é responsável por promover espaços de reflexão das equipes técnicas sobre seu próprio trabalho, a fim de oportunizar o aprimoramento das estratégias e intervenções das equipes com o público atendido no território. O espaço da supervisão é um lugar de formação continuada, onde as equipes podem trazer pautas concretas do trabalho para serem discutidas. Nessa formação continuada, a supervisão tem como uma de suas funções pensar a partir dessas pautas concretas, possíveis saídas metodológicas, construindo com as equipes processos de trabalho mais alinhados à metodologia do Programa de referência. Para fins deste indicador serão contabilizados: supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou *print* da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme justificado no indicador 10.1, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 27º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 135 •	• - •
Descrição do Indicador	
Outra atividade fundamental da supervisão metodológica e da supervisão da gestão diz respeito à promoção de espaços coletivos e periódicos (presenciais e/ou remotos) para o desenvolvimento e qualificação contínua das equipes técnicas que atuam diretamente nos Programas e nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Este indicador visa aferir número total de capacitações realizadas pelos supervisores metodológicos e da gestão junto aos profissionais contratados pela entidade parceira no período avaliatório. Tais capacitações objetivam: 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes e gestores sociais; 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes e gestores visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Serão consideradas capacitações organizadas pelo Instituto Elo, a partir de provocação da Supervisão da Gestão e da Supervisão Metodológica, direcionadas aos técnicos administrativos, analistas sociais, gestores sociais e os próprios supervisores. A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações também poderão ser realizadas no formato híbrido e/ou de videoconferência. Para fins de cálculo e apuração desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios. De forma complementar, a título de qualificar a leitura do indicador, a OS deverá apresentar o número de profissionais participantes em cada capacitação realizada no período avaliatório em questão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou print da tela, quando híbrido ou virtual) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da capacitação/evento.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme justificado no indicador 10.1, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 27º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2,5% •	• 2,69% •
Descrição do Indicador	
E Esse indicador objetiva medir a rotatividade de pessoal no Instituto Elo durante o período avaliatório, considerando tanto as admissões quanto as demissões, posto que elevadas taxas de rotatividade afetam diretamente o desenvolvimento do trabalho dos programas. Nesse sentido, essa taxa fornece uma visão quantitativa da frequência com que os funcionários entram e saem da OS parceira, permitindo avaliar a estabilidade da força de trabalho e identificar, em tempo hábil, possíveis áreas de melhoria nas práticas de retenção de talentos. Para efeito do cálculo do indicador, serão considerados tanto os profissionais atuantes nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, quanto os profissionais da sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Os estagiários e as admissões em novas vagas não são considerados no cálculo. Com as informações produzidas por este indicador, espera-se ampliar a visão, tanto no que se refere ao quantitativo de profissionais novos que são admitidos, quanto as perdas relacionadas com os profissionais capacitados que deixam de contribuir para a política pública. Unidade de medida: Percentual % Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: Planilha com informações sobre o processo de admissão e de rescisão do contrato de trabalho completo enviado pela OS, sendo os devidos processos, obrigatoriamente, analisados no procedimento de checagem amostral pela comissão de monitoramento. Fórmula de Cálculo: [(número de admissões no período avaliátorio + número de demissões no período avaliátorio /2) / número total de funcionários no período avaliátorio] x 100. Polaridade: quanto menor melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2025 a 30/09/2025, obtém-se a taxa de rotatividade de pessoal de • 2,69% •. Portanto, a meta foi não foi atingida. Abaixo consta a tabela detalhada do indicador.

Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)

Julho			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
8	12	541	1,85
Agosto			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
16	17	541	3,05
Setembro			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
11	23	535	3,17
27° PERÍODO AVALIATÓRIO			
Total de admitidos	Total de demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
35	52	1617	2,69

O 27º Período Avaliado foi marcado pela realização da avaliação de desempenho de todos os funcionários. A avaliação de desempenho é uma ferramenta essencial para analisar o desempenho das equipes, refletir sobre oportunidades de melhoria e fortalecer as relações de confiança no dia a dia de trabalho. Seu objetivo é identificar pontos fortes e aspectos a desenvolver, promovendo o crescimento contínuo dos colaboradores.

Além do formulário quantitativo, é realizado o feedback com a liderança imediata — um processo construtivo voltado para orientar o colaborador em relação ao futuro, combinando o reconhecimento dos avanços com sugestões de aprimoramento.

Neste contexto, como indicado, a meta não foi atingida, com resultado de 2,69%. Objetivamente, foram registrados 52 desligamentos no trimestre, sendo 26 (50%) a pedido do funcionário, 3 (6%) por término de contrato por prazo determinado e 23 (44%) por iniciativa do Instituto ELO.

Importante dizer que após o período de avaliação e reflexão sobre o desenvolvimento dos profissionais, observou-se um crescimento no número de desligamentos. Esse movimento demonstra a efetividade do processo avaliativo, que promoveu reflexões tanto por parte das lideranças quanto dos colaboradores sobre a permanência e o alinhamento no trabalho.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 11.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 68 •	• 66 •
Descrição do Indicador	
O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC. Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e- mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC. Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo. A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

No 27º PA, ao que tange o indicador 11.1 Números de Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial, foram entregues **66 (sessenta e seis)** relatórios com a análise da dinâmica social e criminal dos meses Maio e junho entregues em julho, e julho e agosto entregues no mês de setembro de 2025.

Destaca-se que a meta de 68 (sessenta e oito) relatórios não foi alcançada devido à não implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial em Coronel Fabriciano. Assim, apenas 66 (sessenta e seis) relatórios foram passíveis de entrega e contabilização. Por essa razão, a **OS solicita que tal indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 27º Período Avaliatório.**

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 11.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3 •	• 3 •

Descrição do Indicador

A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo.

Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:

1. número de oficinas (por UPC, município e geral);
2. percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite);
3. percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade;
4. percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros);
5. número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral);
6. número e percentual de oficineiros (por UPC, município e geral);
7. percentual de oficineiros por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral);
8. número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral);
9. média de jovens por oficina (por UPC e geral);
10. perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade);
11. frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral);
12. frequência de encontros realizados em oficinas.

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios de Gestão do Programa Se Liga

Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:

1. Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
2. Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
3. Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
4. Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
5. Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
6. Número de ações com familiares e de participantes;
7. Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
8. Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
9. Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
10. Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos;
11. Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência. Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Analistas Sociais e Gestores do Programa Selo Prevenção Minas, que deverá conter, no mínimo: 1. Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada RISP, bem como uma qualificação descritiva das principais ações realizadas, quando for o caso; 2. Análise das principais discussões e encaminhamentos das plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade quando couber e/ou dos demais espaços de rede instituídos pelo Programa na RISP; 3. Análise das ações de participação social realizadas na RISP; 4. Análise do desenvolvimento dos eixos do Programa nas RISPs, por município; 5. Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa na RISP, tendo em vista os recortes de cada município. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.
Fonte de comprovação do indicador
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 27º Período Avaliatório foram entregues • 3 • relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 12.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• – •
Descrição do Indicador	
Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão. Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 12.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• – •
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCS TERRITORIAIS

Área Temática: Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais

Indicador nº 13.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• - •	• – •

Descrição do Indicador

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! tem por objetivo contribuir para a prevenção e controle dos homicídios consumados de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos em territórios com maior concentração de criminalidade violenta. O Programa Mediação de Conflitos tem por objetivo contribuir para a redução da violência letal dos moradores das áreas de atuação deste a partir da resolução pacífica de conflitos e da mediação comunitária. Nesse sentido, faz-se necessário monitorar o número de homicídios dessas áreas, a fim de que os profissionais possam qualificar as ações a serem desenvolvidas e focar na realização de intervenções metodológicas de prevenção mais assertivas.

Atualmente os Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos encontram-se em desenvolvimento em 33 macroterritórios de Minas Gerais, podendo chegar aos 35 até o final de 2025. Cada um desses territórios é composto por microrregiões que são previamente definidas e georreferenciadas com os dados do IBGE para que se acompanhe também o quantitativo de população contida em cada área, totalizando uma abrangência de mais de 200 bairros em todo o estado. Abaixo estão listadas as 33 Unidades de Prevenção à Criminalidade mencionadas:

Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade
1	B. Horizonte	Cabana do Pai Tomas
2	B. Horizonte	Conjunto Esperança/Vila Cemig
3	B. Horizonte	Jardim Felicidade
4	B. Horizonte	Jardim Leblon
5	B. Horizonte	Minas Caixa
6	B. Horizonte	Morro das Pedras/Ventosa
7	B. Horizonte	Pedreira Prado Lopes
8	B. Horizonte	Primeiro de Maio
9	B. Horizonte	Ribeiro de Abreu / CBTU
10	B. Horizonte	Santa Lúcia
11	B. Horizonte	Serra
12	B. Horizonte	Taquaril
13	B. Horizonte	Vila Pinho
14	Betim	Citrolândia
15	Betim	Jardim Alterosas
16	Betim	Jardim Teresópolis

Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade
18	Contagem	Estrela D'alva
19	Contagem	Nova Contagem
20	Contagem	Ressaca
21	Ribeirão das Neves	Justinópolis
22	Ribeirão das Neves	Rosaneves
23	Ribeirão das Neves	Veneza
24	Santa Luzia	Palmital
25	Santa Luzia	Via Colégio
26	Vespasiano	Morro Alto
27	Governador Valadares	Carapina
28	Governador Valadares	Turmalina
29	Ipatinga	Bom Jardim/Esperança
30	Juiz de Fora	Olavo Costa
31	Montes Claros	Santos Reis
32	Uberlândia	Jardim Canaã
33	Uberlândia	Morumbi

Os fatores que influenciam na redução e/ou aumento do índice de violências e homicídios em um determinado território são muitos. O fenômeno da violência é multicausal, multifatorial e, portanto, demandante de respostas multissetoriais no seu enfrentamento, que extrapolam a atuação do Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Estes outros fatores não serão objeto de análise aqui, pois estão sendo tratados em pesquisa específica de avaliação dos Programas. Nesses termos, esse indicador tem como objetivo monitorar a taxa de homicídios nos territórios, pois somente a partir desse acompanhamento é possível compreender se a metodologia dos Programas corresponde às demandas apresentadas nas suas áreas de abrangência.

Para cálculo desse indicador será considerado o número total de homicídios consumados, de todas as faixas etárias, ocorridos em todas as áreas de abrangência de atuação dos Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos supracitadas no quadro. A partir desse quantitativo, e em posse dos dados populacionais dos territórios, será calculada a taxa mensal de homicídios. Os dados de homicídios são disponibilizados mensalmente pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã da SEJUSP, e o número da população desses mesmos territórios é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A logística de consolidação dos dados mensais de homicídios pelo Observatório de Segurança Pública faz com que esse indicador tenha uma configuração diferente de apuração dos demais indicadores do Plano de Trabalho. A apuração para fins de contabilização do Indicador será anual e deverá constar no Relatório Gerencial referente ao último Período Avaliatório do ano. Entretanto, haverá um acompanhamento trimestral de sua evolução apresentada no Relatório Gerencial de cada Período Avaliatório entregue ao longo do ano. Para definição da meta considerou-se como valor base a ocorrência de homicídios projetada para 2025, a partir do crescimento observado em 2024. Importante ressaltar que o cálculo da taxa é feito com base no quantitativo populacional das áreas de abrangência, e que o valor considerado para o cálculo de 2023 a 2025 é uma estimativa sobre o valor informado pelo IBGE após o Censo 2022. Assim, um novo quantitativo populacional apresentado pelo IBGE ou nova indicação de estimativa pode influenciar o cálculo realizado para projeção da taxa em 2024 e 2025, bem como da meta deste indicador. Destaca-se que este é um indicador teste que demanda aprimoramento e averiguações futuras, e que será acompanhado de perto pela equipe Supec. Unidade de medida: Taxa de homicídios por 100.000 hab.
Fonte de comprovação: Documento enviado pela SEJUSP/SUPEC à sede administrativa da entidade parceira para cálculo da taxa de homicídios e posterior encaminhamento do resultado e análise à SEJUSP/SUPEC. **Fórmula de Cálculo:** Somatório do número de homicídios cometidos nas áreas dos territórios atendidos pelos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos dividido pela população residente nos mesmos territórios. Multiplica-se por 100 mil para obter a taxa. Homicídios nos territórios / População somada dos territórios x 100.000 **Polaridade**: quanto menor melhor. **Periodicidade:** dez/24 a nov/25. **Cálculo de desempenho (CD):** Taxa de Homicídios de jan a dez 2023: 9,65 hom/100 mil hab Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2024 (com projeção porque temos consolidado apenas os dados de Jan a Ago de 2024): 12,06 hom/100 mil hab Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2025 (com projeção): 13,24 hom/100 mil hab.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Em relação aos homicídios ocorridos no atual período avaliatório, é importante destacar que até o momento da produção do Relatório Gerencial não foram fechados os números referentes ao mês de setembro de 2025, para que se tenha um comparativo do trimestre fechado em relação ao último período avaliatório.

Os dados do mês de agosto indicam, na totalidade dos 33 territórios, uma diminuição do número de homicídios na faixa etária do Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos) de -36,2%, e nos números totais das idades fora da faixa etária do programa um aumento de +4,2%.

Os territórios com maiores percentuais de aumento na faixa etária acima do Programa Fica Vivo são: Justinópolis (+600%), Bom Jardim/Esperança (+400%), Morumbi (+200%), Jd Canaã (+200%), Vila CEMIG (+100%) e Carapina (+100%). Tais territórios tiveram esse aumento percentual expressivo dado ao seu próprio contexto histórico, como Justinópolis que saltou de 1 homicídio fora da faixa etária para 7 homicídios, Morumbi de 2 homicídios para 6, e Bom Jardim de 1 homicídio para 5. Outros como Vila CEMG de 1 homicídio para 2 homicídios, e Carapina de 2 homicídios para 4 homicídios.

Nesse contexto, onde os números gerais apresentam um crescimento aparentemente pequeno (+4,2%), é importante termos o olhar sobre os territórios onde esse número aparece de forma ascendente para compreender o fenômeno que está ocorrendo naquela localidade, para que os respectivos programas possam planejar intervenções mais assertivas.

Outro aspecto que é necessário termos uma maior consideração e aprofundamento analítico são nos territórios onde os números estão dentro de uma margem de certa estabilização, porém com um maior controle ou presença do crime organizado atuando com ou sem identificações faccionais.

A gestão dos territórios e controle das comunidades por intermédio das violências, intimidações e códigos de conduta é algo que precisamos manter atenção, evitando que os números referentes ao ranking de homicídios funcionem como único ou último referencial, indicando um cenário pacificação quando a realidade das dinâmicas comunitárias apresenta outros elementos daqueles cotidianos.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos	
Produto 5.1. - Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade".	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
O Seminário tem por objetivo a capacitação e qualificação do trabalho da equipe técnica do programa Selo Prevenção Minas, gestores e analistas de base regional. Além disso, o seminário tem por objetivo o intercâmbio e a troca de experiências entre as equipes do programa, visto que a execução do Selo acontece apenas no interior do Estado, então será a primeira oportunidade da equipe se encontrar presencialmente. Por fim, o seminário objetiva também a fortalecer os laços com a rede parceira dos municípios de execução do Programa, de modo a disseminar princípios e técnicas de atuação municipal na prevenção à criminalidade. O evento terá duração de dois dias, e será realizado na cidade de Belo Horizonte. Para a realização do evento serão necessários: locação ou cessão de local que comporte todos os participantes; contratação de palestrantes; contratação ou locação dos insumos que se fizerem necessários; impressão de material gráfico; bem como a prestação de serviço de organização do evento. Além disso, deverá ser ofertada hospedagem, transporte e alimentação para os participantes oriundos das cidades do interior do estado de Minas Gerais (equipe técnica do programa Selo Prevenção Minas). Previsão da quantidade de pessoas presentes no seminário: 250 pessoas Previsão da quantidade de pessoas da equipe do Programa Selo que virão do interior e necessitarão de transporte e hospedagem: 11 pessoas. As diretrizes específicas de execução deverão ser alinhadas conjuntamente entre a SUPEC e IELO, visando a execução qualificada do evento. Reforça-se que outros atores podem ser contemplados pelo seminário a depender da conveniência e oportunidade da administração pública.	
Fonte de comprovação do indicador	
Critério de aceitação: Evento realizado. Fonte de comprovação: Relatório de Execução do Seminário e lista de presença dos participantes. Duração/Prazo: Até dezembro de 2025.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 5.1 – Relatório de Execução do Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos foi entregue pela OS no dia 26/09/ 2025 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 29/09/25, conforme previsto no Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019.

Este documento apresenta o resumo técnico do Produto 5.1 – Relatório de Execução do Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade", conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2019. O relatório reúne os elementos e informações definidos como critérios de aceitação e formalização da realização do referido Seminário.

Ressalta-se que, originalmente, o Produto 5.1 constava no 9º Termo Aditivo como "Seminário do Programa Selo Prevenção Minas – Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção à Criminalidade", cujo objetivo principal consistia na capacitação e qualificação da equipe do Programa Selo Prevenção, além de outras especificidades previstas.

Entretanto, em decorrência das novas diretrizes pactuadas entre a Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec) e o Instituto Elo, o escopo do produto foi ampliado, de modo a contemplar também o Programa Mediação de Conflitos, em especial no contexto da celebração dos seus 20 anos de implementação. Dessa forma, o produto foi readequado, resultando no Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade".

I. Introdução

O Seminário ocorreu nos dias 09 e 10 de setembro de 2025, em formato presencial, na cidade de Belo Horizonte, e teve como objetivo central celebrar os marcos comemorativos de 5 anos do Programa Selo Prevenção Minas e de 20 anos do Programa Mediação de Conflitos. Além da celebração, o evento buscou promover a integração e capacitação das equipes técnicas vinculadas às políticas públicas de prevenção, bem como dos demais profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade, fortalecendo a articulação intersetorial entre a rede parceira, atores das administrações públicas municipais e organizações da sociedade civil.

Foram definidos objetivos específicos que nortearam a programação e as discussões: disseminar conhecimentos, técnicas e práticas de prevenção à criminalidade; ampliar reflexões sobre segurança cidadã, comunicação e articulação intersetorial; contribuir para a construção e fortalecimento de projetos, ações e políticas públicas voltadas à redução e prevenção da criminalidade; apresentar os resultados e impactos do Programa Mediação de Conflitos ao longo de duas décadas; promover intercâmbio de experiências entre profissionais, parceiros e comunidades atendidas; e discutir estratégias de fortalecimento e expansão das técnicas de mediação comunitária em Minas Gerais.

II. Realização do Evento

A execução do Seminário ocorreu no Dayrell Hotel e Centro de Convenções e contemplou dois dias de atividades distintas. O primeiro dia foi aberto à ampla rede de parceiros institucionais, gestores e profissionais vinculados à política de prevenção e incluiu credenciamento, café de boas-vindas, mesas temáticas voltadas à construção de políticas municipais e comunitárias de prevenção social à criminalidade, além de debates sobre comunicação e redes. Em clima de comemoração, foram realizadas homenagens culturais e servido um coffee break com bolo simbólico, celebrando os 5 e 20 anos dos Programas.

No segundo dia, a programação foi dividida entre os dois Programas. O Selo Prevenção Minas promoveu uma dinâmica de grupo com recurso fotográfico e rodas temáticas que trataram dos desafios e possibilidades da comunicação para o desenvolvimento das ações junto aos municípios, além de reflexões sobre o vínculo e o impacto das iniciativas locais de prevenção. Já o Programa Mediação de Conflitos celebrou sua trajetória de 20 anos, discutiu a mediação comunitária como ferramenta de prevenção de homicídios, apresentou boas práticas desenvolvidas pelas equipes e encerrou com apresentações culturais das oficinas do PMC. As atividades favoreceram a troca de experiências, a valorização da trajetória institucional e a produção coletiva de reflexões e aprendizados.

A Organização Social contratada foi responsável por toda a logística e infraestrutura, assegurando inscrição e credenciamento, locação de auditórios, contratação de prestadores de serviço, hospedagem e transporte das equipes do interior, fornecimento de alimentação e *coffee breaks*, além da produção de materiais gráficos e ornamentação. Em decorrência da ampliação do escopo inicial do Projeto citado anteriormente, o custo global da execução foi de R$ 173.977,20, valor significativamente superior ao inicialmente previsto, mas devidamente complementado com recursos do contrato de gestão.

Em termos de participação, o Seminário contou com 484 presenças ao longo dos dois dias. O primeiro dia concentrou a maior parte do público, com 355 pessoas, correspondendo a 73,3% do total, formado por equipes de programas de prevenção, gestores municipais, servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, representantes de universidades e convidados. O segundo dia, direcionado exclusivamente às equipes dos Programas, reuniu 129 participantes, correspondendo a 26,7% do total. Observou-se, no dia 09, uma presença diversificada, com destaque para 36,9% de participantes de outros programas da política de prevenção e do Instituto Elo, 33,2% do Programa Mediação de Conflitos e 14,4% da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. No dia 10, por sua vez, o público concentrou-se nas equipes do Programa Mediação de Conflitos (79%) e do Selo Prevenção Minas (9%).

A repercussão institucional do evento foi significativa. A Agência Minas destacou a fala da subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Christiana Dornas, sobre o papel inovador desempenhado pelos Programas. A Defensoria Pública de Minas Gerais divulgou nota ressaltando a participação da defensora Michelle Lopes Mascarenhas, e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP-MG) divulgou em suas redes sociais um vídeo apresentando a celebração e as atividades desenvolvidas

III. Considerações Finais

Em conclusão, o Seminário Selo Prevenção Minas e Programa Mediação de Conflitos cumpriu seus objetivos ao promover debates qualificados e troca de experiências sobre políticas de prevenção à criminalidade e de mediação de conflitos. O evento reuniu representantes de diferentes instituições públicas e da sociedade civil, reforçando a importância da

cooperação entre Estado e municípios, de forma a ampliar o alcance das ações de prevenção social e a consolidar práticas inovadoras e articuladas no enfrentamento das vulnerabilidades sociais e na promoção da cultura de paz.

Os dois dias de evento contabilizaram 484 presenças, evidenciando diversidade de cargos, funções e abrangência de público. Os conteúdos trabalhados pelos palestrantes e debatedores trouxeram discussões relevantes acerca dos desafios e perspectivas das políticas de prevenção e mediação, ressaltando a importância da atuação interinstitucional e da articulação em rede.

Adicionalmente, durante o Seminário foram definidos encaminhamentos que incluem a consolidação de parcerias estratégicas e o fortalecimento das redes locais de prevenção, com vistas a contribuir para o avanço e a expansão do Programa Selo Prevenção Minas. Esses encaminhamentos, aliados ao êxito da organização e à participação engajada das equipes, tendem a reverberar positivamente na qualificação das ações de prevenção nos territórios, na ampliação do alcance dos públicos atendidos e no aprimoramento do atendimento prestado pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 27º Período Avaliatório (01 de julho a 30 de setembro de 2025), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 30 indicadores, sendo que em 3 deles **houve o pedido de desconsideração (10.1, 10.2, 10.3)**. Posto isso, do total de indicadores, 17 tiveram suas metas alcançadas plenamente, 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório (12.1 e 12.2) e o indicador 13.1 será apurado apenas no último período avaliatório. É importante ressaltar que nos 7 casos em que a meta não foi alcançada (Indicadores 2.2, 4.2, 4.3, 7.1, 7.3, 10.4 e 11.1) houve uma média de cumprimento de 90%. Nesse trimestre, ainda, destaca-se a conclusão e entrega de um produto importante: Seminário "Selo Prevenção Minas e Mediação de Conflitos: A Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade. Além disso, iniciou-se a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento do Programa Ceapa.

No Gráfico abaixo é possível comparar os resultados dos indicadores para o trimestre anterior (abril, maio e junho) do ano de 2025, condizente ao 26º PA, e do atual trimestre (julho, agosto e setembro), que diz respeito ao 27º PA. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa pontuar que o indicador não atingiu a meta como se espera.

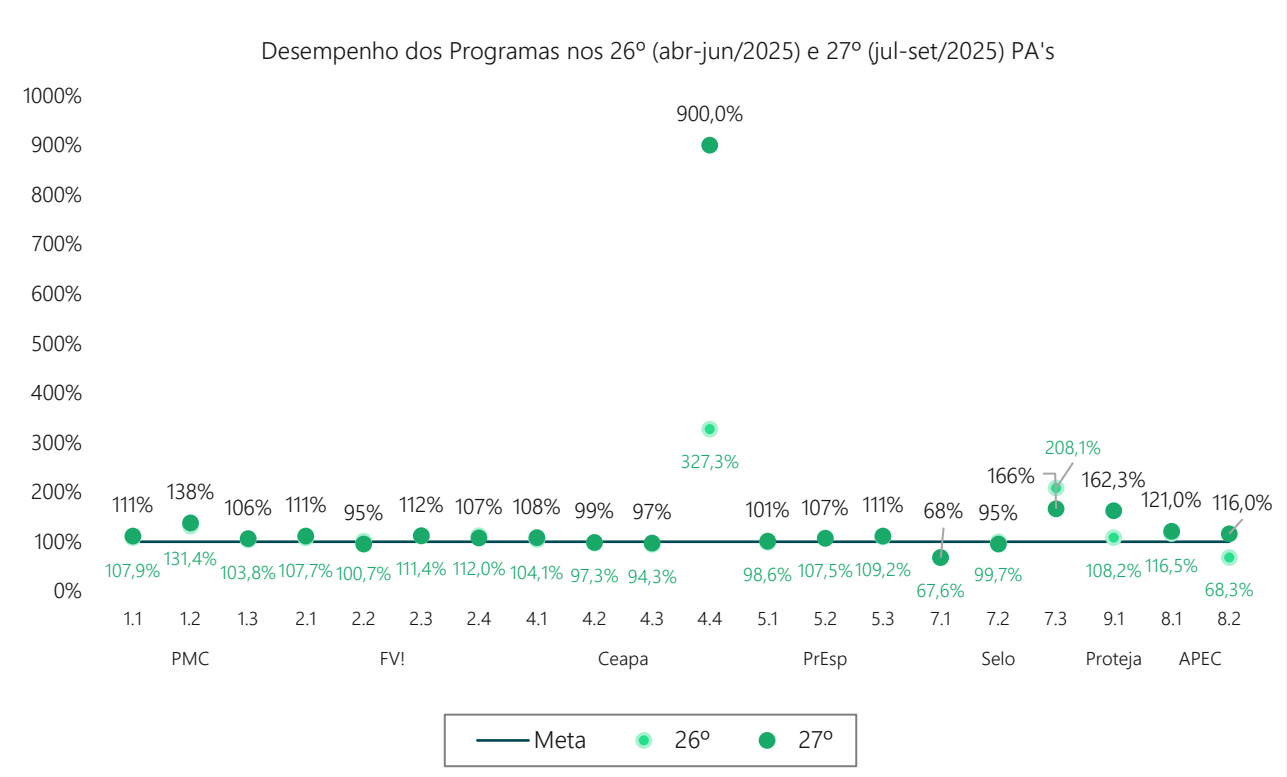


Figura 54: Desempenho dos indicadores

No comparativo entre o 26º e o 27º Períodos Avaliatórios do Contrato de Gestão, observa-se um desempenho positivo e consistente dos Programas de Prevenção à Criminalidade. Dos 20 indicadores avaliados, a ampla maioria manteve ou ampliou o percentual de alcance das metas, refletindo a continuidade das ações e o fortalecimento dos resultados operacionais dos programas. O Programa Mediação de Conflitos (PMC) apresentou evolução em todos os indicadores, com destaque para a média mensal de pessoas atendidas, que passou de 131,4% para 138% do previsto, e para o número de atendimentos acumulados, que cresceu 11,1% em relação à meta. O Programa Fica Vivo! (FV!) manteve resultados expressivos, sobretudo no volume de atendimentos (112,2%) e de oficinas realizadas (111,1%), ainda que tenha havido leve redução na média de jovens participantes, que caiu de 100,7% para 95,2%.

O Programa CEAPA também apresentou melhora no desempenho global. O número de atendimentos evoluiu de 104,1% para 108,1% e as ações junto à rede de apoio aumentaram de 94,3% para 97%, mantendo-se próximas do cumprimento integral. No caso do PrEsp, houve avanço em todos os indicadores: o número de atendimentos atingiu 101,1%,

a adesão dos egressos chegou a 106,5% e as mobilizações de rede cresceram para 111,4%, demonstrando amadurecimento na estratégia de inclusão social. O Serviço APEC, que anteriormente havia oscilado com desempenho parcial em um dos indicadores, apresentou melhora significativa, com 121% de atendimentos realizados e 116% de ações junto às redes de apoio — uma evolução expressiva frente ao ciclo anterior, em que o segundo indicador havia ficado em 68,3%.

Por outro lado, o Programa Selo Prevenção Minas manteve resultados heterogêneos, com destaque positivo para a participação social (166,3%), mas com ligeira queda nos demais indicadores: a formação atingiu 95% (ante 99,7% no período anterior) e as ações de articulação permaneceram abaixo da meta (67,8%). Já o Programa Proteja Minas apresentou o maior crescimento proporcional entre todos os programas, passando de 108,2% para 162,3%. De modo geral, nota-se um avanço consistente entre os períodos 26 e 27, tanto em volume de metas plenamente cumpridas quanto na elevação dos percentuais médios de execução, evidenciando a consolidação das estratégias de prevenção e a eficiência das equipes na execução das atividades pactuadas.

O 27º período avaliatório de 2025 foi um período de consolidação da reestruturação dos cargos estratégicos da OS (Supervisores da Prevenção e Gestores Sociais), com muitas capacitações, produção de conhecimento e ações junto ao público da Política. Foram realizados 266.563 atendimentos pelos programas, uma média de 29.618 atendimentos a população por mês, no ano já são contabilizados 519.831 atendimentos. Somado a isso, a política caminha a passos largos para inovações tecnológicas importantes com a implantação do Sistema Ceapa e o desenvolvimento dos sistemas para mais três programas: Selo Prevenção, Proteja Minas e PrEsp previstas para até o final do ano.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:49:47 do dia 03/09/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/03/2026.
Código de controle da certidão: **7821.69BF.80C6.9265**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/10/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/01/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79	CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS		NÚMERO: 1570
COMPLEMENTO: SALA 301,	BAIRRO: BARRO PRETO	CEP: 30180099
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000923916413

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **AHFIFJOQNN**
Documento/Certidão nº **33.563.478** Exercício: **2025**
Emissão em: **03/10/2025** Requerimento em: **15:05:05** Validade: **02/11/2025**

Nome: **INSTITUTO ELO**
CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/10/2025 a 02/11/2025

Certificação Número: 2025100423511324524904

Informação obtida em 08/10/2025 11:10:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão nº: 48114950/2025
Expedição: 19/08/2025, às 15:29:23
Validade: 15/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2025.

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo